



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ROSILENE AGAPITO DA SILVA LLARENA

**REDES SOCIAIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PROJOVEM
URBANO NO ESTADO DA PARAÍBA**

PROJOVEM

João Pessoa - PB
2012



ROSILENE AGAPITO DA SILVA LLARENA

**REDES SOCIAIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PROJOVEM
URBANO NO ESTADO DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: *Ética, Gestão e Políticas de Informação*

Orientadora: *Maria das Graças Targino*

João Pessoa - PB
2012

L791r Llarena, Rosilene Agapito da Silva
Redes sociais no contexto das políticas públicas do ProJovem
Urbano no Estado da Paraíba. / Rosilene Agapito da Silva Llarena. –
João Pessoa, 2012.
174 f.: il.

Orientadora: Maria das Graças Targino
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCSA

1. Redes Sociais. 2. Políticas Públicas. 3. ProJovem Urbano.
4. Fluxo informacional. I Título

CDU: 37.014.5

REDES SOCIAIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PROJOVEM URBANO NO ESTADO DA PARAÍBA

ROSILENE AGAPITO DA SILVA LLARENA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: *Ética, Gestão e Políticas de Informação*

Aprovada em: 19/03/2012

Banca Examinadora:

Maria das Graças Targino

Orientadora, Professora Pós-Doutora em Ciência da Informação, Universidade Federal do Piauí

Joana Coeli Ribeiro

Professora Doutora em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba

Tânia Rodrigues Palhano

Professora Doutora em Educação, Universidade Federal da Paraíba

Edvaldo Carvalho Alves

1o Suplente e Professor Doutor em Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba

Maria das Graças de Almeida Baptista

2o Suplente e Professora Doutora em Educação, Universidade Federal da Paraíba

A meus pais Francisco Epifânio da Silva (in memoriam) e Neusa Agapito da Silva, os quais, em sua humilde e limitada formação educacional, me ensinaram a buscar os caminhos da informação e do conhecimento.

Ao meu filho amado.

Ao meu esposo.

A todos que acreditaram em meu potencial.

AGRADECIMENTOS

*Pelo mistério da vida
Pela boa acolhida
Pela esperança tida
Pela experiência vivida
Pela sabedoria aprendida
A Ti, meu Deus
Com todos os afagos meus.*

*Pelo incentivo dado
Pelo empurrão forçado
Pelo amor colocado
Pelo encorajamento passado
A ti, meu amado e saudosos Pais
Que mesmo não estando aqui, sua força jamais cai.*

*Pelo afeto que senti
Pelo cuidado em mim
Por me fazer dividir
E por estar presente aqui
A ti, minha Mãe querida, minha amiga, meu ouro
És meu verdadeiro tesouro.*

*Por me amar de verdade
Por me dar liberdade
Por usar de sinceridade
Por me ajudar com veracidade
A ti, meu esposo,
Você tem sido maravilhoso.*

*Por minha nova esperança
Por ser fruto de minha aliança
Por ter a beleza de uma criança
Por me trazer a bonança
A ti, meu filho amado,
Sempre estarei a seu lado.*

*Por nossas brigas constantes
Por nossas alegrias ofegantes
Por nossas brincadeiras estonteantes
Pelas nossas andanças errantes
A vocês, minhas irmãs queridas
Um grande beijo cheio de vida.*

*Às amigas queridas (Cláudia Duarte e Maria José Cândido)
Conversas, risos e partilhas,
Alegrias, brincadeiras e sabedorias,
Por tudo que vivemos
Por tudo que aprendemos,*

Na coragem de dispor
Tempo, ouvidos e amor.

A você, Cláudia Duarte,
Que com muito amor e arte
Comigo se preocupou
E o ProJovem me apresentou

À equipe do ProJovem
Em especial Fábíia Daniéla
E a todos que se envolvem
Com esse Programa espetacular
Agradeço essa nova maneira de pensar.

Eu não poderia esquecer
Àqueles que me fizeram crescer
Na vida acadêmica me ensinaram
E nas teorias me desafiaram
Minhas limitações respeitaram
A vocês, Joana Coeli e Guilherme Ataíde
Meus queridos professores
Meus espelhos, meus doutores.

E por fim, àquela que sorriu para mim
E com uma dedicação sem fim
Lia, relia, linha por linha
Modificava, palpitava, me ouvia
Acreditando que eu podia
E que mesmo na simplicidade eu faria
Essa dissertação que apesar de sofrida
Me faria uma cientista.

A você Graça Targino
Que tão longe esteve perto
Meus agradecimentos, meu afeto,
Meu carinho.

Rosilene Agapito da Silva Llarena

O homem não tece a teia da vida. É antes um dos seus fios. “O que quer que faça a essa teia, faz a si próprio”.

(Trecho da carta do cacique Seattle, 1855).

RESUMO

LLARENA, Rosilene Agapito da Silva. **Redes sociais no contexto das políticas públicas do ProJovem Urbano no Estado da Paraíba**. João Pessoa, 2012. 174 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2012.

Prioriza-se o uso da metodologia descritiva e de análise das redes sociais como alternativa metodológica para estudo e compreensão do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o ProJovem Urbano. A proposta é descrever o sistema de redes do PJU, na tentativa de construir o desenho organizacional das redes nele presentes. Os resultados podem contribuir para o desenvolvimento de um desenho organizacional das redes existentes, estabelecendo elos (grafos) entre os principais componentes, caracterizando um modelo específico de rede social que envolve a intenção da formação de jovens nos aspectos da educação básica, qualificação profissional, participação cidadã e inclusão digital na sociedade da informação. Dá-se ênfase à realidade específica da Paraíba (PB), Unidade Federativa selecionada por conta da escassez de estudos sobre a atuação do Programa, no âmbito do Estado, como também, da inserção da pesquisadora no contexto da região Nordeste (NE). Enuncia-se, assim, o objetivo geral da pesquisa: analisar a(s) rede(s) social (is) do ProJovem Urbano no Estado da Paraíba (PJU-PB) como parte integrante de uma rede nacional do PJU como política pública para a formação da juventude brasileira nos aspectos educacionais, profissionais, de participação cidadã e inclusão digital. A partir daí, identificam-se os objetivos operacionais: (a) analisar o desenho organizacional das redes sociais do PJU em sua condição de gestão em rede; (b) verificar em que direções e como acontece o fluxo de informação na rede social do PJU-PB; (c) contribuir para a construção de um desenho organizacional da(s) rede(s) social(is) do PJU-PB a partir do PJU Nacional. Para a consecução dos objetivos pretendidos, discutem-se conceitos básicos para o estudo das redes sociais do PJU na internet o que pressupõe analisar a Ciência da Informação e sua natureza interdisciplinar, bem como a inserção do acesso e da recuperação da informação na esfera da CI. No momento seguinte, apresentam-se as políticas públicas (informacionais) no contexto educacional do ProJovem Urbano, o que demanda conceituar as políticas públicas em termos genéricos e, em especial, no caso do ProJovem Urbano, e, também, as políticas públicas de juventude, educacionais e de informação. A mola propulsora da investigação está na crença de que este estudo pode contribuir para o desafio do Programa: aproximar as diferentes gestões do PJU em diversos Estados do Brasil na busca pela inclusão social dos jovens entre 18 e 29 anos sem ensino fundamental concluído, no contexto da prática dos direitos de cidadania.

Palavras-chave:

Redes Sociais; Políticas Públicas; ProJovem Urbano; Fluxo informacional.

ABSTRACT

The use of descriptive methodology and analysis of social networks are prioritized as a methodological alternative for the study and understanding of the National Program for Youth Inclusion, the so called 'Projovem Urbano'. The proposal is to describe the networking system of PJU, in an attempt to develop the organizational design of the networks which can be found in it. The results can contribute to the development of an organizational design of existing networks, establishing links (knots) among major components, characterizing a specific type of social network which involves the intention of providing young people with educational opportunities in aspects such as elementary education, vocational training, citizenship awareness and digital inclusion into the information society. Emphasis is given to the specific reality of the Brazilian state of Paraíba (PB), which was selected because of the lack of studies on the performance of the Program within the state, but also because of the insertion of the researcher into the context of the Northeastern Region (NE). Thus, the general objective of the research is stated as follows: to analyze the social network(s) of the 'Projovem Urbano' Program in the state of Paraíba (PB-PJU) as an integrating part of a national network of PJU as a public policy for the schooling of Brazilian youth in the above mentioned aspects of education, professionalism, citizenship awareness and digital inclusion. Thereafter, the operational objectives are identified: (a) to examine the organizational design of the social networks of PJU in its condition as a networking management system, (b) to verify the directions as well as the manner through which the flow of information occurs in the PJU-PB social network, (c) to contribute to the construction of an organizational design of the social network(s) of PJU-PB considering the National PJU Program as datum level. In order to achieve the intended goals, we discuss the basic concepts for the study of the PJU social networks on the Internet, which requires analysis of the Information Science and its interdisciplinary nature, as well as inclusion of access and retrieval of information in the sphere of CI. Finally, we present the public (informational) policies in the educational context of the 'Projovem Urbano' Program, which demands conceptualizing public policies in general terms and also particularly in the case of 'Projovem Urbano', as well as the public policies pertaining to youth, education and information. The driving force of the research lies on the belief that this study can contribute to the challenge of the Program: to approximate the various administrations of PJU in several states of Brazil in the quest for social inclusion of young people aged between 18 and 29 years old who haven't completed elementary education, in the context of the practice of citizenship rights.

Keywords: Social Networks, Public Policies, 'Projovem Urbano', Informational Flow.

LISTA DE ABREVIATURAS E / OU SIGLAS

AC	Acre
AC	análise de conteúdo
AG	Alagoa Grande
AL	Alagoas
AL	Alhandra
AM	Amazonas
AR	Araruna
AP	Amapá
AR	Areia
ARS	Análise de Redes Sociais
ASGA	Assessoria de Gabinete
ASGI	Assessoria de Gestão da Informação
ASPO	Assessoria de Planejamento e Organização
BA	Bahia
BY	Bayeux
Caed	Centro de Avaliação de Políticas Públicas
CC	Conceição
CE	Ceará
CE	Coordenação Estadual
CHS	ciências humanas e sociais
CI	Ciência da Informação
CJ	Cajazeiras
C&T	ciência e tecnologia
CL	Coordenação local
CMC	Comunicação mediada por computador
CN	Coordenação Nacional
CNJ	Conselho Nacional da Juventude
Conjuve	Conselho Nacional de Juventude
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPPE	Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia
CP	Coordenação local
CR	Catolé do Rocha
CS	Ciências sociais
CU	Cuité
CV	ciências da vida
DF	Distrito Federal
EAC	Encontro de Adolescentes com Cristo
ECET	engenharias, ciências exatas e da terra
EJC	Encontro de Jovens com Cristo
<i>e-mail</i>	<i>electronic mail</i>
ES	Espírito Santo

EUA	Estados Unidos da América
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento
FUNDAR	Fundação Darcy Ribeiro
GB	Guarabira
GC	Gestão do conhecimento
GI	Gestão da informação
GO	Goiás
GT	Grupo de Trabalho
Ibase	Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas
IES	Instituição (ões) de ensino superior
ICT	Informação científica e tecnológica
IT	Itabaiana
LISA	<i>Library and Information Science</i>
MA	Maranhão
MA	Mari
Mcm	meios de comunicação de massa
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MinC	Ministério da Cultura
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
MT	Monteiro
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NE	Nordeste
ONG	Organização não governamental
O.R.C.	organização e representação do conhecimento
PA	Pará
PA	Patos
PB	Paraíba
PC	Participação Cidadã
PE	Pernambuco
PF	Pedras de Fogo
P&D	pesquisa e desenvolvimento
PI	Piauí
PJU	ProJovem Urbano
PJU-PB	ProJovem Urbano do Estado da Paraíba
PLA	Plano de Ação Comunitária
PND	Política Nacional de Desenvolvimento
PNLEM	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
PO	Pombal
POP	Projeto de Orientação Profissional

PPGCI-UFPB	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba
PPI	Projeto Político Pedagógico
PPIPJU	Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano
PPP	Projeto Político Pedagógico
PR	Presidência da República
PR	Paraná
Proeja	Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio e na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária
Promed	Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio
ProUni	Programa Universidade para Todos
QP	Qualificação Profissional
RI	regime de informação
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
AS	Sapé
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
Secom	Secretaria de Comunicação da Presidência da República
SG	Secretaria Geral [da Presidência da República]
SI	sistema de informação
SL	Santa Luzia
SMA	Sistema de Monitoramento e Avaliação
SN	Solânea
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SO	Sousa
<i>Soft</i>	<i>Software</i>
SP	São João do Rio do Peixe
SP	São Paulo
SR	Santa Rita
SU	Sumé
TIC	tecnologias de informação e de comunicação
TV	Televisão
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UR	Uiraúna
www	<i>world wide web</i>

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

p.

QUADRO 1	Síntese dos participantes do PJU-PB / amostra da pesquisa.....	32
FIGURA 1	Mapa do Brasil e destaque para o Estado da Paraíba.....	36
FIGURA 2	Mapa da Paraíba e destaque para os municípios incluídos na pesquisa.....	37
FIGURA 3	Representação dos tipos de conhecimento ou espiral do conhecimento.....	67
FIGURA 4	Semiose: ato de percepção de Peirce.....	68
FIGURA 5	Conversão conhecimento / informação baseada na semiose de Peirce.....	69
QUADRO 2	Síntese do Sistema de Monitoramento e Avaliação.....	78
FIGURA 6	Desenho organizacional de fluxos informacionais da atuação das universidades parceiras junto aos polos de atuação.....	79
TABELA 1	Distribuição da amostra por município e escola, ProJovem Urbano da Paraíba.....	91
TABELA 2	O que é ser jovem, ProJovem Urbano da Paraíba.....	93
FIGURA 7	Temas de interesse para os jovens, ProJovem Urbano da Paraíba.....	96
FIGURA 8	Participação em movimentos comunitários por partes dos jovens, ProJovem Urbano da Paraíba.....	98
FIGURA 9	Diagrama ilustrativo da política pública de juventude.....	100
FIGURA 10	Missão do ProJovem Urbano frente às políticas públicas de juventude.....	100
FIGURA 11	Fluxo de informações do ProJovem Urbano representado por atores sociais do Programa.....	112
FIGURA 12	Dispositivos do ProJovem x instâncias de gestão do ProJovem Urbano.....	113
FIGURA 13	Artefatos de informação do ProJovem.....	114
FIGURA 14	Caracterização da modalidade do regime de informação do ProJovem.....	115
FIGURA 15	Desenho organizacional da rede dos fluxos informacionais do ProJovem Urbano do Estado da Paraíba.....	119
FIGURA 16	Modelo de relação hierárquica piramidal de gestão organizacional.....	135

FIGURA 17	Modelo de organograma de relação hierárquica piramidal de gestão organizacional.....	135
FIGURA 18	Modelo de gestão organizacional em rede.....	136
FIGURA 19	Modelo de gestão organizacional em rede.....	142
FIGURA 20	Modelo de representação de organizações piramidais.....	144
QUADRO 3	Redes distribuídas do ProJovem Urbano do Estado da Paraíba: <i>blogs</i> e <i>site</i> ..	145
FIGURA 21	Desenho organizacional de fluxos informacionais das redes de municípios parceiros do ProJovem Urbano do Estado da Paraíba.....	147
FIGURA 22	Desenho organizacional das redes de fluxos informacionais: <i>blogs</i> e <i>site</i> dos municípios parceiros do ProJovem Urbano do Estado da Paraíba.....	148
FIGURA 23	Desenho organizacional das redes de fluxos informacionais do ProJovem Urbano do Estado da Paraíba x Coordenação Nacional x demais Estados.....	151
FIGURA 24	Desenho organizacional das redes de fluxos informacionais entre ProJovem Urbano do Estado da Paraíba e o ProJovem nacional.....	152

SUMÁRIO

	RESUMO.....	09
	ABSTRACT.....	10
	LISTA DE ABREVIATURAS E / OU SIGLAS.....	11
	LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	16
1	INTRODUÇÃO – PRIMEIRAS PALAVRAS: EM BUSCA DO TEAR.....	20
1.1	Justificando a proposta investigativa.....	24
1.2	Objetivos: em busca do entrelaçamento.....	27
2	NA TRILHA DA REDE: ENTRELAÇANDO OS FIOS METODOLÓGICOS.....	30
2.1	Tipologia da pesquisa.....	30
2.2	Universo e amostra da pesquisa.....	31
2.3	Área geográfica de execução da pesquisa.....	36
2.4	Coleta de dados e detalhamento.....	37
2.5	Indicadores para análise.....	42
3	A PROBLEMÁTICA À LUZ DA ALEGORIA DAS CAVERNAS: TECENDO A TEIA DE ESCLARECIMENTOS NA REDE DE SIGNIFICADOS.....	43
3.1	Conceitos e discussões que arrematam a rede.....	47
3.1.1	Ciência da Informação e sua natureza interdisciplinar.....	47
3.1.2	Ciência da Informação: a eterna discussão conceitual.....	50
3.1.3	Ciência da Informação: ciência moderna ou pós-moderna? Eis a questão!.....	54
3.1.4	Informação: a discussão conceitual prossegue.....	57
3.1.5	Recuperação da informação e impactos dos recursos tecnológicos.....	61
3.1.6	Conhecimento: mais discussão conceitual.....	64
4	POLÍTICAS PÚBLICAS (INFORMACIONAIS) NO CONTEXTO EDUCACIONAL DO PROJOVEM URBANO.....	74
4.1	ProJovem Urbano: marcas de sua existência.....	74
4.2	Políticas públicas: conceitos e aproximações.....	79
4.2.1	O que são políticas públicas?.....	81

4.2.2	Políticas públicas no âmbito global e o ProJovem em particular.....	84
4.3	O Estado e as políticas públicas: a adesão ao ProJovem Urbano.....	87
4.3.1	Políticas públicas de juventude e o jovem do ProJovem Urbano no Estado da Paraíba.....	90
4.3.2	Políticas públicas educacionais.....	103
4.4	Políticas públicas de informação: fato ou perspectiva no ProJovem Urbano?.....	105
4.4.1	Políticas públicas de informação na sociedade da informação.....	108
4.4.2	Aplicação do regime de informação ao ProJovem Urbano: tentativa de entender suas políticas de informação.....	110
4.4.3	Políticas de informação no ProJovem Urbano: traços de forte timidez.....	116
5	O FIO CONDUTOR DA GESTÃO PROJÓVEM URBANO: AS AMARRAS DAS REDES SOCIAIS.....	122
5.1	Conceituando e entendendo redes.....	122
5.2	Redes sociais: desvendando a teia de comunicações.....	123
5.3	Redes sociais na internet: entrelaçados em suas próprias características.....	129
5.4	Organizações e redes sociais: gestão interconectada.....	131
5.4.1	A influência das redes sociais no ProJovem Urbano e no ProJovem Urbano da Paraíba.....	137
5.4.2	Gestão da rede do ProJovem Urbano.....	140
6	CONSIDERAÇÕES PARA RECOMEÇAR.....	154
	REFERÊNCIAS.....	158
	APÊNDICES.....	170
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada à equipe responsável pelo PJU-PB.....	171
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada ao corpo docente do PJU-PB.....	172
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada ao corpo discente do PJU-PB	173
	APÊNDICE D – Questionário aplicado ao corpo discente do PJU-PB.....	174

1 INTRODUÇÃO – PRIMEIRAS PALAVRAS: EM BUSCA DO TEAR

“Vem brincar comigo, propôs o príncipe, estou tão triste... – Eu não posso brincar contigo, disse a raposa. Não me cativaram ainda. Mas se tu me cativas, minha vida será como que cheia de sol. Conhecerei um barulho de passos que será diferente dos outros. Os outros passos me fazem entrar debaixo da terra, o teu me chamará para fora da toca, como se fosse música”. (Antoine de Saint-Exupéry, 1981, p.36).

Inúmeros artigos, livros, obras categorizadas como literatura cinzenta, crônicas, etc. servem de fonte para descrever a sociedade no atual momento histórico e trazem como foco de desenvolvimento as tecnologias e suas façanhas. As inovações tecnológicas, por sua vez, são descritores sociais que concorrem para a classificação de sociedade moderna ou arcaica, globalizada ou não, integrada ou desarticulada, desenvolvida ou subdesenvolvida. E mais, ainda que não sejam decisivas, tais inovações ajudam a definir uma sociedade de classes ou igualitária, na análise econômica, social e cultural de um país.

No entanto, ao trilhar pela atualidade nos deparamos com inúmeros caminhos a serem seguidos e nos vimos obrigados à decisão em percorrer apenas um: neste caso, aquele que julgamos suprir nossas demandas informacionais na condição de pesquisadora. Consequentemente, de tantos acontecimentos que influenciam a sociedade atual em sua base estrutural, seguimos o caminho que nos favorece perceber quanto os fenômenos comunicacionais modernos interferem nas relações organizacionais, na identidade de um povo, nas trocas de ideias e nas conversações, na estrutura e mobilização social.

Trata-se do advento da comunicação mediada por computador (CMC), dentro do prescrito por Recuero (2009, p. 16), que “mais do que permitir aos indivíduos comunicar-se, ampliou a capacidade de conexão, permitindo que redes fossem criadas e expressas nesses espaços: as redes mediadas pelo computador”. Isto é, a CMC permite conectar não apenas computadores, mas, também, pessoas e organizações de interesses comuns em grandes e potentes redes comunicacionais.

Entretanto, ao tratar do novo espaço cultural eletrônico, o que percebemos é que, ao mesmo tempo em que as redes de informação eletrônica propiciam aos cidadãos a conexão entre indivíduos, independentemente do tempo e do espaço, elas podem violar identidades e a unidade das culturas locais, acentuando a relação desigual de poder. Assim sendo, a partir do entendimento dessas redes e de seu papel na contemporaneidade, estabelecemos considerações para estudo e compreensão do tema abordado na pesquisa: as redes sociais no contexto das

políticas públicas do ProJovem Urbano no Estado da Paraíba (PJU-PB), localizado no Nordeste (NE) brasileiro.

Pensar o ProJovem Urbano, segundo Salgado (2008), em sua condição de gestão em rede, significa expressá-lo como conjunto de células interligadas por conexões, pelas quais circulam fluxos de informações e valores. Na visão de Salgado e Amaral (2008a), as relações entre esses componentes produzem estruturas mutáveis e sempre provisórias. Isto significa que devem ser sistematicamente recicladas para que possam dar conta da gestão das singularidades que permeiam quaisquer redes sociais, inclusive as do PJU.

Para melhor entendimento, apresentamos, aqui, nosso objeto de estudo. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o PJU, consiste em programa de política nacional voltado para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro. Seu objetivo macro é “[...] criar condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil” (BRASIL. Programa Nacional de Inclusão de Jovens. ProJovem Urbano, 2008a, p. 5). De fato, o PJU configura-se como iniciativa do Governo Federal no mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, desde 2005. O Programa firma-se junto à Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional da Juventude (CNJ) no sentido de efetivar uma política de juventude, propiciando aos jovens envolvidos a oportunidade de se tornarem protagonistas de sua própria inclusão social na perspectiva da cidadania.

Em termos amplos, o Programa articula-se a partir de duas noções básicas:

- (1) Oportunidade para todos.
- (2) Direitos universalmente assegurados.

Está ele presente nos 26 Estados brasileiros, além do Distrito Federal (DF) e mais de 50 municípios com mais de 200 mil habitantes e conveniados diretamente com a Coordenação Nacional (CN), independentemente das gestões estaduais.

O PJU, objeto de estudo frente às redes sociais subjacentes a ele, se caracteriza por tratar a inclusão social no contexto do desenvolvimento e dos direitos de cidadania. Desenvolve um currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional visando à elevação da escolaridade e à qualificação profissional, e, ainda, às ações comunitárias, culturais, esportivas e de lazer na participação cidadã. De forma similar, possui o intuito de incrementar a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação no caso de jovens entre 18 e 29 anos que não concluíram o Ensino Fundamental em tempo hábil e que estão fora dos muros da escola.

Para viabilizar a concepção interdimensional do PJU, sua gestão é intersetorial e

compartilhada com os órgãos de administração de políticas de juventude, educação, trabalho e progresso social em todos os níveis de implantação. Isto porque, o Programa organiza-se como rede da qual participam alunos, educadores, gestores, consultores, instituições (a exemplo de universidades e fundações) e diferentes categorias de gestores, em nível municipal, estadual e nacional. A partir de então, tomando como referência a institucionalização do PJU e o envolvimento de variados segmentos sociais, apresentamos as questões norteadoras da pesquisa:

- ◆ O que significa o PJU em sua condição de organização em rede?
- ◆ Qual a origem de sua criação?
- ◆ Por que está ele organizado em rede?
- ◆ Quais as formas de relacionamento e / ou compartilhamento entre os partícipes da rede?
- ◆ As relações sociais estabelecidas em rede lhe ajudam a cumprir o objetivo de formação integrada do jovem cidadão?
- ◆ Há um desenho organizacional das redes, que caracterize as relações sociais existentes em seu âmago?
- ◆ Que tipo de informações e de conhecimentos são compartilhados em rede?
- ◆ Há representação das informações e dos conhecimentos compartilhados que permitam a recuperação das informações demandadas?

Tais questionamentos conduzem ao problema central desta pesquisa:

AS REDES SOCIAIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PROJOVEM URBANO NO ESTADO DA PARAÍBA (PJU-PB) CONTRIBUEM PARA A GESTÃO DOS FLUXOS INFORMACIONAIS DO PROGRAMA?

A este respeito, esclarecemos que contatos preliminares com membros da equipe de gestão do PJU fazem crer que a Coordenação Nacional do Programa não mantém um desenho

organizacional consolidado de suas redes sociais e isto pode impedir ou dificultar a representação das informações e dos conhecimentos compartilhados e / ou sua organização. Este pressuposto *per se* é essencial para justificar a necessidade de descrever e analisar o PJU. Como antes dito, está ele compartilhado em categorias de células e permite na rede, a comunicação, o intercâmbio de ideias e de informações, a organização de eventos, a alimentação do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) e o cumprimento de outros objetivos do Programa que influenciam diretamente no PJU-PB.

Tendo em vista o alcance do Programa em todas as unidades da federação, como antes mencionado, observamos que o imenso fluxo de informações através das redes sociais existentes no PJU, se dá por algumas vias principais:

- ◆ Coordenações municipais, coordenações de polos, professores e alunos do PJU dos municípios com mais de 200 mil habitantes.
- ◆ Coordenações estaduais, coordenações de polos, professores e alunos do PJU dos Estados.
- ◆ PJU dos municípios com mais de 200 mil habitantes e a CN.
- ◆ PJU dos Estados e a CN.
- ◆ PJU dos municípios com mais de 200 mil habitantes e o PJU dos Estados.
- ◆ Alunos, professores e população em geral do PJU dos municípios com mais de 200 mil habitantes e a CN.
- ◆ Alunos, professores e população em geral do PJU dos Estados e a CN.

Para a troca de informações das vias citadas e ou de outras não mencionadas, o Programa dispõe de *electronic mails* (*e-mails*) institucionais, exclusivo para as coordenações locais, municipais, estaduais e de polos. Mantém, ainda, portal com espaço para conversas e trocas de informações das categorias de células do PJU (Portal PJU) e telefones próprios e linha telefônica gratuita (0800) para contatos com alunos, professores e população em geral. Registramos, também, a manutenção do SMA exclusivo para as coordenações locais, além do jornal PJU.

Outro pressuposto que conduz a investigação em pauta é a percepção de que significativo volume de informações que alimenta o fluxo informacional do PJU acaba por se perder no “meio do caminho”. Isso parece decorrer do intenso fluxo informacional em circulação e da consequente descaracterização de desenho organizacional informacional das redes.

Diante deste panorama, à luz da Ciência da Informação (CI), a necessidade de classificação, organização e arquivamento das informações se torna imprescindível, haja vista que o Programa atinge grande número de municípios e os 26 Estados brasileiros. Esta necessidade se dá, principalmente, para fins de responsabilidade jurídica e social, além do cumprimento de suas resoluções e de leis documentais que regem o PJU.

1.1 Justificando a proposta investigativa

Após a explanação anterior, justificamos este estudo a partir da reflexão sobre como a CMC influencia diferentes estruturas sociais fortificando redes comunicacionais e estabelecendo novas relações sociais. Afinal, os modos como as diferentes instituições ou campos sociais se estruturam, na atualidade, determinam, por um lado, ações e representações dos sujeitos sociais. Por outro lado, quando observamos as relações sociais como meio de entendimento do funcionamento da sociedade, “o relevo são os modos como os sujeitos, vivendo coletivamente, reproduzem, enfrentam ou modificam as estruturas sociais”, ainda segundo Marteleto e Tomaél (2005, p. 81).

As bases significativas da sociedade, espaço e tempo, estão sendo continuamente transmutadas, organizadas em torno do espaço de fluxos e de tempo. As tecnologias de informação e de comunicação (TIC) encurtam distâncias, permitem tomada de decisões mais ágil, construção de ideias, mobilização social, novas relações sociais e uma série de outras ações antes inimagináveis, e tudo em tempo real. Para Castells (2009), a construção social das novas formas dominantes de espaço e de tempo desenvolve uma meta rede, indiferente às eventuais dificuldades de comunicação e de troca de informações e / ou conhecimentos. Essa rede altera o perfil de gestão das mais diferentes instituições e organizações sociais no que concerne à sua administração, sejam elas públicas ou privadas. Ao mesmo tempo, constroem-se novos tipos de relações, diferentes daquelas objetivadas exclusivamente para gestão. Estamos nos referindo às relações pessoais, econômicas, sociais, enfim, aos interesses comuns que mudam a base relacional do ser humano.

As mais distintas instituições organizacionais adotam o modelo comunicacional em rede em sua gestão e tentam superar os desafios trazidos com ele. Especificamente no PJU, os

principais desafios dizem respeito às instâncias de gestão do Programa, à gestão intersetorial, ao redesenho da matrícula dos jovens, à redefinição do público potencial, além do auxílio financeiro condicionado à frequência dos jovens. Tudo isto gerenciado por meio de rede.

Isto faz vislumbrar quão importante é a análise das redes sociais, em geral. Seu foco analítico recai sobre as relações e as interações entre os indivíduos, como forma de entender a estrutura relacional da sociedade atual, reforçando Marteleto e Tomaél (2005), quando reafirmam que a análise das redes sociais dá ênfase ao modo como indivíduos e organizações estruturam suas interações, desempenham papéis e executam ações em função de questões, interesses e objetivos comuns.

Como decorrência, é evidente a relevância da análise das redes do PJU-PB, a partir da descrição do PJU Nacional. É um recurso para o entendimento do Programa, em sua condição de política pública capaz de atender a uma expressiva parcela da população de jovens brasileiros, parcela esta que constrói suas relações, desempenha papéis e executa funções que promovem a inclusão social com vistas à inserção desses jovens na escola e no mercado de trabalho. É preciso reforçar que a maneira como as instâncias de gestão do PJU (nível nacional, gestão local e gestão dos polos) se relacionam em concepção interdimensional e intersetorial compartilhada pelos órgãos de administração pública de juventude, educação, trabalho e desenvolvimento social vem chamando atenção das mais diversas organizações, instituições e da sociedade como um todo. Consiste em bem-sucedido exemplo de gestão e administração em rede, onde inexistem limites entre tempo e espaço.

Reiteramos, pois, que um olhar mais específico para o PJU que utiliza a informação e o conhecimento como principal ingrediente de sua organização no âmbito de suas redes específicas é mais do que necessário. Compreender essa complexa gestão em rede e desenhar seu fluxo organizacional constitui desafio para quem anseia em manter o Programa como modelo de gestão e de organização administrativa. Isto é, entender com profundidade e consistência as redes sociais e os fluxos informacionais do PJU-PB constitui norte qualitativo face à organização das informações trocadas na *web*, em relação ao PJU nos Estados e municípios brasileiros envolvidos com o Programa.

À luz das ciências sociais e aplicadas, analisar as diferentes redes sociais e, em especial, as redes sociais do PJU na *web*, não significa tão somente apreender as relações sociais que se configuram neste momento histórico específico, e que vêm alterando as bases comunicacionais do planeta. É, antes de tudo, entender as inúmeras funções da informação em novos suportes e como ela se estrutura como força motriz para superação dos desafios sociais e até para gestão e obtenção de poder.

Decerto, as redes sociais figuram como séria revolução comunicacional de fluxos informacionais interativos. Em outras palavras, a informação está passando por mais uma fase revolucionária, assim como passou quando saiu dos urros dos homens das cavernas para as pedras, como a da roseta; assim como saiu das pedras para as tabuinhas de barro ou de madeira, pergaminho e papel até chegar às máquinas, mais e mais complexas e sofisticadas. Enfim, a cada fase, um novo suporte; a cada suporte, uma nova fase; a cada momento, novos movimentos; a cada movimento, grandes revoluções, as chamadas revoluções informacionais.

As ciências, inclusive as ciências sociais e aplicadas, estudaram e estudam cada fase de fluxos informativos comunicacionais e seus efeitos sobre a sociedade. Os estudos revelam (e ainda revelarão) as facetas do contexto comunicacional atual e futuro.

Ao participar ativamente da gestão local do PJU no Estado da Paraíba (PB), entre 2008 e 2009, e conhecer suas instâncias de gestão, pudemos apreender a complexidade das trocas informacionais por intermédio das redes, da organização do conhecimento nelas geradas e do gerenciamento do Programa em suas diversas articulações. Percebemos essa complexidade e diagnosticamos a necessidade de entendimento mais profundo sobre as redes do PJU e os fluxos de informações e conhecimentos que perpassam por elas. Isto representa o fio condutor da motivação de nossa pesquisa: a tentativa de propor um desenho organizacional dos fluxos informativos das redes do PJU-PB e, por conseguinte, contribuir para a organização efetiva do Programa e, então, colaborar com outros planos de trabalho de instância pública ou privada que mantêm como modelo de gestão o PJU.

Estudar, analisar e desenhar estas redes se torna, hoje, um desafio de caráter inovador, a fim de que, em contribuição com o PJU-PB, possamos nutrir a certeza de que o trabalho com políticas públicas via grandes redes está apto a concretizar projetos e ideias comuns em benefício de uma coletividade específica ou da comunidade em geral. Assim, em síntese, as causas que justificam a seleção do tema podem ser assim enunciadas:

- ◆ A relevância social das redes sociais na sociedade atual pautada na informação, no conhecimento e nas relações comunicacionais diferenciadas que modificam as estruturas sociais nas mais diversas instâncias.
- ◆ O imperativo de verificar as redes sociais do PJU-PB.
- ◆ A oportunidade de identificar a natureza dos fluxos informacionais estabelecidos nas redes sociais da *web* que envolvem os interesses do PJU.

- ♦ A possibilidade de fornecer um desenho organizacional capaz de compreender o direcionamento das informações produzidas nas redes referentes ao PJU-PB.
- ♦ A chance de levar à Coordenação Nacional sugestão de desenhos organizacionais dos fluxos informacionais de Estados parceiros.
- ♦ A probabilidade de fornecer subsídios para estudos posteriores na mesma linha temática.

1.2 Objetivos: em busca do entrelaçamento

Enunciamos, a seguir, nossos objetivos. Em termos de **objetivo geral**, pode ser assim formulado:

- ♦ Analisar a (s) rede (s) social (is) do PJU-PB como parte integrante de uma rede nacional do PJU, como política pública, para a formação da juventude brasileira nos aspectos educacionais, profissionais, de participação cidadã e inclusão digital.

Eis nossos **objetivos específicos**:

- 1 Descrever o PJU em sua condição de gestão em rede.
- 2 Verificar em que direções e como acontece o fluxo de informação na rede social do PJU-PB.
- 3 Contribuir para a construção de um desenho organizacional da (s) rede (s) social (is) do PJU-PB a partir do PJU Nacional.

Na busca de identificar e / ou (re) construir respostas para os questionamentos de pesquisa já apresentados, de acordo como nossos objetivos, em termos estruturais, a dissertação em pauta consta de cinco capítulos. Além da introdução (capítulo um), o segundo capítulo, intitulado “Na trilha da pesquisa: entrelaçando a rede”, reúne método e procedimentos de pesquisa. O capítulo subsequente, “A problemática à luz da alegoria das cavernas: tecendo a teia

de esclarecimentos na rede de significados”, discute conceitos vigentes em Ciência da Informação, fundamentais para nortear nossa trilha e tecer os fios que serão entrelaçados, arrematando os “nós” do problema de pesquisa.

O capítulo quatro, por sua vez, apresenta o ProJovem Urbano, como política pública de juventude e de caráter educacional em sua condição de gestão em rede. Intitulado “Políticas públicas (informacionais) no contexto educacional do ProJovem Urbano no Estado da Paraíba”, sintetiza, ainda, as individualidades do PJU-PB em relação a conceitos que permeiam o Programa em termos genéricos e reúne entendimentos de participantes diretos do PJU-PB.

O capítulo cinco disserta sobre o conceito de rede que nos permite caracterizar a rede do PJU e do PJU-PB, em particular. Sob o título “O fio condutor da comunicação e fluxos informacionais: as redes sociais no contexto do ProJovem Urbano no Estado da Paraíba”, analisa, ainda, os dados de pesquisa com o intuito de delinear a estrutura do fluxo informacional do referido Programa em nível estadual, no caso, Paraíba. Por fim, o capítulo seis, “Considerações para recomeçar”, sintetiza nossas inferências, evidenciando que a busca de novos conhecimentos é um processo contínuo e ininterrupto. Seguem as fontes bibliográficas e eletrônicas consultadas e o material complementar, sob o formato de quatro apêndices referentes aos instrumentos de coleta empregados no decorrer da investigação.

Com tudo isso, pensamos contribuir para acentuar a expressão “evolução das palavras na construção do homem” (NÓBREGA, 2001, p. 8) que indica a evolução do homem pela construção e manuseio das palavras. Ademais, embora não seja usual finalizar assim a introdução de uma pesquisa de caráter científico, acrescentamos o trecho abaixo. São palavras que refletem e sintetizam nosso pensamento sobre o ato comunicacional e os fluxos informacionais nos suportes atuais, os quais, em sua evolução, envolvem a história humana:

No princípio era a Palavra. E a Palavra era Deus. Porque, na intimidade trinitária, era um só Deus, mas não um Deus só. Na intercomunicação das pessoas, o Filho era o Verbo, o conceito gerado. A palavra era o Pai. E a palavra se fez humana, oral e escrita. Gravou-se nos monumentos e nas pirâmides. E tudo foi feito pela Palavra, e sem ela nada se fez do que de humano se fez. Hoje o satélite artificial voa para além de Netuno e de Plutão, para fora do sistema solar. A palavra nos fez peregrinos das galáxias. Tece a rede da comunicação (NÓBREGA, 2001, p. 171).

A cada momento histórico um homem diferente. A cada diferença, nova forma de expressar, trabalhar, trocar e organizar... Talvez o momento histórico construa seu homem graças à maneira como gerencia as palavras. Hoje, aqui e agora, as redes sociais através do computador mediam nossas relações. É a “identidade do ser”, expressão utilizada pelo citado Castells (2009, p. 498), sendo moldada, mais uma vez, no decorrer do processo histórico da humanidade,

ultrapassando os limites das características culturais, da formação política ou do fundamentalismo religioso. É a comunicação em rede empregando a palavra de uma nova maneira para caracterizar o novo ser.

2 NA TRILHA DA PESQUISA: ENTRELAÇANDO OS FIOS

Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1991, p. 6).

Iniciamos o presente capítulo, recorrendo, além da epígrafe de Paulo Freire, às palavras de Rudio (2007, p. 9), quando este concebe pesquisa, no sentido amplo, como:

[...] um conjunto de atividades orientadas para a busca de um determinado conhecimento. A fim de receber o qualitativo de científica, a pesquisa deve ser feita de modo sistematizado utilizando para isto método próprio e técnicas específicas e procurando um conhecimento que se refira à realidade empírica. Os resultados, assim obtidos, devem ser apresentados de forma peculiar. Dessa maneira, a pesquisa científica se distingue de outra modalidade qualquer de pesquisa pelo método, pelas técnicas, por estar voltada para a realidade empírica e pela forma de comunicar o conhecimento obtido.

Sob esta ótica, reforçamos a crença de que um trabalho de pesquisa pode ser entendido como superação de obstáculos quando o pesquisador trilha caminhos desconhecidos. Descobertas significantes ocorrem durante a caminhada da investigação, advindas da observação das longas caminhadas e dos métodos antes empregados por outros estudiosos. Quer dizer, a relevância do método e a discussão que o ronda são inegáveis. Para Santos (2006, p. 2), por exemplo, o método é fundamental porque se trata da construção de um sistema intelectual que permite “[...] analiticamente, abordar uma realidade a partir de um ponto de vista, sendo isso uma construção no sentido de que a realidade social é intelectualmente construída”.

Para tanto, neste capítulo, descrevemos o caminho percorrido ao longo da investigação para que, nos capítulos seguintes, possamos apresentar os resultados centrais das observações e as reflexões feitas enquanto estivemos com o “pé na trilha”.

2.1 Tipologia da pesquisa

Ao viajar por caminhos distintos e propor metodologias diferentes, estudiosos em ciências sociais e aplicadas tornam factíveis seus objetos de estudo. Em geral, eles concordam com a aplicabilidade da pesquisa qualitativa neste campo do conhecimento, tal como fazem Minayo *et al.* (2005, p. 12), para quem se trata de tipo de investigação científica que

[...] recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivados do

positivismo, da fenomenologia, hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo. [...] Adotando, então, multimétodos de investigação para estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles.

A pesquisa qualitativa ou, no mínimo, a pesquisa quali-quantitativa, oferece a liberdade de percorrer métodos distintos e aliar-se à quantificação dos dados para basear as análises. Logo, classificamos esta investigação sob diferentes perspectivas:

- ♦ **Do ponto de vista da abordagem do problema** – pesquisa quali-quantitativa, considerando-se as interações entre pesquisador e pesquisado e o mundo real onde os fenômenos humanos caracterizam-se por criarem e atribuírem significados às inter-relações sociais, o que não impede a quantificação de alguns elementos.
- ♦ **Do ponto de vista dos objetivos** – pesquisa descritiva, uma vez que descreve propriedades de determinada população ou fenômeno, no caso, o PJU-PB.
- ♦ **Do ponto de vista dos procedimentos técnicos** – neste caso, é possível uma classificação de mão dupla: (a) Análise de Redes Sociais (ARS), como metodologia oriunda da antropologia cultural e da sociologia, mas com “[...] aplicações em diversas disciplinas, cujo foco analítico recai sobre as relações e interações sobre os indivíduos, como maneira de entender a estrutura relacional da sociedade” (MARTELETO; TOMAÉL, 2005, p. 82); (b) Análise de conteúdo (AC) – mediante a utilização da técnica de categorização. A AC precede a coleta de dados, define seu campo de ação como análise de significados e estabelece categorias relacionadas ao objeto de pesquisa à medida que tais classes são identificadas.

2.2 Universo e amostra da pesquisa

Além de pesquisa documental para exame minucioso das informações disponibilizadas pela Coordenação Nacional ou pelo próprio PJU-PB e de revisão de literatura sobre o tema – políticas públicas, redes sociais e ARS –, num primeiro momento, identificamos a população ou universo inerente ao objeto de estudo. Assim, tomamos como referência a concepção consensual de que a população ou o universo de uma pesquisa é o conjunto de indivíduos que partilham, no mínimo, uma característica em comum. Em se tratando do PJU, o universo compreende:

- ♦ O PJU nacional como fator de entendimento do Programa em geral.
- ♦ O PJU no Estado da Paraíba e seus participantes ativos: (a) coordenadores locais (executivo, pedagógico e de polos); (b) apoio técnico de nível superior e médio; (c) apoio administrativo aos arcos; (d) professores; (e) alunos.

Identificada a população, diante da impossibilidade de trabalhar com todas as unidades amostrais, nossa delimitação e procedimentos metodológicos seguiram os passos ora descritos. Em primeiro lugar, análise dos dados obtidos através de contatos com a Coordenação local, nos três níveis arrolados, e com representantes do apoio técnico de nível superior e médio, além de representantes do apoio administrativo aos arcos. A estes, aplicamos entrevistas semiestruturadas e recorreremos à técnica de observação relativa às redes do PJU-PB, **Quadro 1**.

Quadro 1 – Síntese dos participantes do PJU-PB / amostra da pesquisa

PARTICIPANTES	N
Coordenador executivo.	01
Coordenador pedagógico.	01
Apoio técnico de nível superior.	02
Apoio técnico de nível médio.	02
Coordenador executivo de polo.	01
Coordenador pedagógico de polo.	01
Apoio técnico de nível superior de polo.	02
Apoio técnico de nível médio de polo.	02
Apoio administrativo aos arcos (saúde, alimentação, agroextrativismo, vestuário, construção e reparo) e monitoramento.	02
TOTAL	14

Fonte: Produção da autora, 2012.

É óbvio que cada membro da equipe imbuído de diferente cargo possui funções também diferenciadas, a saber:

1. Coordenador executivo – responsável pela execução do Programa em nível de Estado: planejamento das ações gerais; distribuição das funções para cada ação; orçamento de políticas públicas; processos licitatórios; compra de materiais; contratação, etc.

2. Coordenador pedagógico – responsável pelas ações pedagógicas no âmbito geral do Programa; planejamento das ações pedagógicas; solicitação de materiais pedagógicos; apoio aos professores e ações similares.
3. Apoio técnico de nível superior – apoio técnico administrativo diretamente aos coordenadores executivo e pedagógico, em diferentes instâncias.
4. Apoio técnico de nível médio – apoio técnico administrativo aos coordenadores executivo e pedagógico na organização de materiais e documentação; controle de material; atendimento ao público em geral e ações do mesmo porte.
5. Coordenador executivo de polo – responsável pela execução das atividades no contexto do polo.
6. Coordenador pedagógico de polo – responsável pelas ações pedagógicas também na esfera do polo.
7. Apoio técnico de nível superior de polo – apoio técnico administrativo diretamente aos coordenadores executivo e pedagógico de polo.
8. Apoio técnico de nível médio de polo – apoio técnico administrativo aos coordenadores executivo e pedagógico na organização de materiais e documentação; controle de material; atendimento ao público em geral, etc., sempre no domínio de cada polo.
9. Apoio administrativo aos arcos – responsável pelo apoio exclusivamente às questões pertinentes aos arcos ocupacionais.

Como consequência das funções diferenciadas, a entrevista semiestruturada (**APÊNDICE A**. Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada à equipe responsável pelo PJU-PB) priorizou as questões:

1. Como se dá a gestão em rede do PJU-PB?
2. Qual sua função no PJU-PB?

3. Quais suas atribuições de acordo com a função exercida?
4. Quais as redes sociais utilizadas pelo PJU-PB na *web*?
5. Quais as características dessas redes sociais?
6. Quem pode acessar às referidas redes?
7. Qual a frequência de acesso?
8. Existe algum critério para utilização dessas redes sociais junto ao PJU-PB?
9. Quais ou que tipos de informações circulam nessas redes?
10. Qual a influência dessas redes no PJU-PB?
11. Qual a política de organização e armazenamento dos fluxos informativos oriundos dessas redes?

No momento seguinte, recorreremos à técnica de amostragem probabilística aleatória simples para aplicação de entrevistas com:

- ◆ Docentes com atuação em municípios paraibanos, de modo que a amostra incorpore representantes das áreas de conhecimento propostas pelo Programa, a saber: ciências humanas, língua portuguesa, inglês, matemática, ciências da natureza, qualificação profissional e participação cidadã. O **APÊNDICE B** (Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada ao corpo docente do PJU-PB) traz as perguntas a eles direcionadas:

1. Qual seu entendimento sobre o PJU e o PJU-PB?
2. Qual sua função no PJU-PB?
3. Quais suas atribuições de acordo com sua função no Programa?
4. Que tipo de serviço informacional utiliza para cumprir sua função como educador do PJU?
5. Como acontece a comunicação entre:
 - ◆ Professores x alunos?
 - ◆ Professores x professores?
 - ◆ Professores x Coordenação local?
6. Você participa de redes sociais na *web* referentes ao Programa?
7. Com que frequência?
8. Que tipos de redes sociais referentes ao PJU na Paraíba você identifica?
9. Quais as informações trocadas entre educador e Coordenação local?

10. Quem utiliza as referidas redes?
11. Quais ou que tipos de informações circulam nessas redes?

De forma similar, também mediante amostragem probabilística aleatória simples, aplicamos entrevistas com os alunos devidamente matriculados e assíduos às aulas nos municípios selecionados, descritos nominalmente no item seguinte. No caso, o instrumento de coleta (**APÊNDICE C**, Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada ao corpo discente do PJU-PB) consta das seguintes perguntas:

1. Qual seu entendimento sobre o PJU-PB?
2. Como acontece a comunicação entre:
 - ◆ Professores x alunos?
 - ◆ Professores x professores?
 - ◆ Professores x Coordenação local?
3. Você utiliza o computador e a internet com facilidade?
4. Você utiliza os serviços da *web* para obter ou passar informações sobre o PJU-PB? Se sim, quais?
5. Como você conceitua redes sociais?
6. Você tem conhecimento sobre redes sociais referentes ao PJU-PB?
7. Você utiliza redes sociais no PJU-PB? Se sim, com que frequência?

Levando em conta a importância do alunado para o sucesso do Programa, tentamos obter respostas ainda mais aprofundadas junto aos discentes. Por esta razão, utilizamos também a técnica de questionário (**APÊNDICE D**, Questionário aplicado ao corpo discente do PJU-PB) mediante as seguintes perguntas:

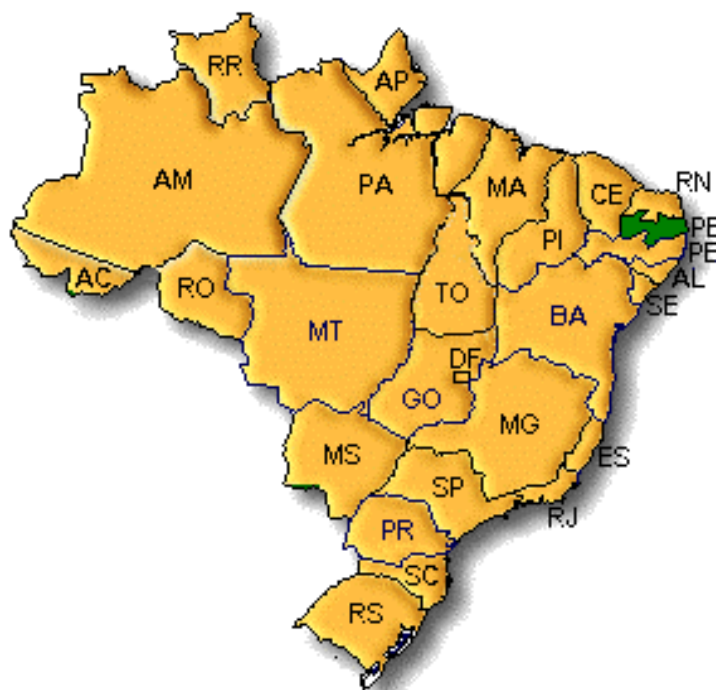
1. O que significa ser jovem nos tempos atuais?
2. Quais os temas importantes para discussão entre os jovens, sociedade e governantes para construção de políticas públicas de juventude que atendam às necessidades dos jovens nos tempos atuais?
3. Você participa de algum movimento, grupo, projeto, ação, partido, sindicato, que favoreça a juventude ou a comunidade de maneira geral? Se sim ou não, justifique sua resposta. Em caso de resposta afirmativa, identifique qual (is)? Em caso de resposta afirmativa, quais suas ações neste movimento?

2.3 Área geográfica de execução da pesquisa

Dentro da escala geográfica do Brasil, efetivamos recorte espacial para concretização de nosso objeto de pesquisa. A delimitação do espaço geográfico se deu de duas maneiras:

- ♦ Do todo para as partes, estudamos o PJU nacional em sua condição de gestão em rede, o que exige explorar a literatura existente em relação ao Programa, quer esteja no formato impresso e / ou no suporte eletrônico. Analisamos, ainda, o material produzido pelo próprio PJU em atendimento às demandas dos professores, alunos, coordenadores e gestores das escolas parceiras. Aqui, mantivemos contato com a Coordenação Nacional através de *e-mail* e telefonemas para sanar dúvidas, sempre que necessário.
- ♦ Das partes para o todo, analisamos o PJU situado na Paraíba, em dois momentos distintos. Na sede da Coordenação estadual do PJU na Paraíba (**Figura 1**), localizada na Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, Centro Administrativo do Governo, João Pessoa – PB. A Coordenação estadual abriga a equipe responsável pelo Programa no Estado, como constante do **Quadro 1**.

Figura 1 – Mapa do Brasil e destaque para o Estado da Paraíba



Fonte: URL <http://talles-net.webnode.com.br/geografia>, 2012.

Quanto aos municípios da Paraíba, sua seleção decorreu da proximidade com a sede do Programa, para facilitar a aplicação das entrevistas semiestruturadas. Como resultado, as unidades amostrais concernentes ao item – município – são: Bayeux, Cabedelo, Guarabira, Santa Rita e Sapé, como a **Figura 2** aponta.

Figura 2 – Mapa da Paraíba e destaque para os municípios incluídos na pesquisa



Adaptação da fonte: URL <http://ccaufpb.wordpress.com/2010/06/18/conselho-estadual-de-desenvolvimento-rural-sustentavel-homologa-novo-mapa-territorial-para-o-estado-da-paraiba>

2.4 Coleta de dados e detalhamento

Reforçamos, a seguir, as seis etapas responsáveis pela execução da pesquisa, cuja coleta, em sua totalidade, aconteceu entre agosto de 2010 e julho de 2011.

1. **Estudo de natureza descritiva** sobre redes sociais e sobre o PJU com o intuito de: (a) revisão bibliográfica sobre redes sociais; (b) descrição do PJU em sua condição de gestão em rede.

Como antes mencionado, nesta etapa, realizamos levantamento bibliográfico e revisão de literatura sobre redes sociais e sobre o ProJovem Urbano, graças à análise minuciosa de fontes documentais sobre o tema. Sem dúvida, isto contribuiu para planificar a pesquisa, por conta dos dados atuais, que orientaram nossas indagações e ajudaram a responder e fundamentar as questões centrais de pesquisa. Neste momento, ressaltamos a importância da consulta à base de dados *Library and Information Science* (LISA), onde encontramos 47 artigos relevantes, sem

contar a contribuição da obra de Regina Martelete (2001), pioneira na área de redes sociais no Brasil e que aparece também em obras coletivas, como Martelete e Tomaél (2005).

Tomamos como base para análise do levantamento bibliográfico relativo às redes sociais:

- ◆ Os documentos pertinentes ao período entre 2000 e 2011.
- ◆ Documentação referente às redes sociais na CI consistindo em estudo sobre as redes sociais em si e sobre a metodologia de ARS.

A pesquisa sobre o PJU consistiu, também, na análise de vídeos e de documentários, além de material impresso editado pelo próprio Programa, em sua condição de fontes primárias:

- ◆ Revistas informativas do PJU.
- ◆ Livros destinados aos coordenadores locais, gestores de escolas parceiras, professores e alunos, além do Projeto Pedagógico Integrado (PPI), Plano Nacional de Formação para Gestores, Formadores e Educadores; Plano de Implementação do ProJovem Urbano no Estado da Paraíba; Manual do Educador: orientações gerais; Plano de Implementação do PJU-PB.
- ◆ Documentação que rege o PJU em território nacional, a saber: Constituição Federal; Lei nº. 11.692, de 10 de junho de 2008; Decreto nº. 6.629, de 4 de novembro de 2008; Resolução CD – [Fundo Nacional de Desenvolvimento, FNDE] nº. 22, de 26 de maio de 2008; Parecer CNE / CEB nº. 18/2008 – Homologação do PPI; Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; Resolução CD / FNDE nº. 29, de 19 de junho de 2009; Instrução Normativa s. n. 011997; Portaria Interministerial nº. 127 / 08; Resolução nº. 14, de 21 de maio de 2010.

À medida que analisávamos e selecionávamos a documentação pertinente, construíamos o referencial teórico, que está aberto a modificações, acréscimos e proscições.

2. **Contato com a Coordenação local da Paraíba** para execução das entrevistas semiestruturadas (**APÊNDICE A**), mediante a categorização dos conteúdos (AC), com o objetivo de identificar a (o):

- a) Natureza das informações sobre a gestão do Programa na *web*.
- b) Nível de participação da população estudada.
- c) Motivo da participação da população.
- d) Análise de documentação produzida na *web* através da rede comunicacional do PJU-PB, para identificação dos diferenciados tipos de documentação.

As entrevistas aconteceram em visitas periódicas à sede da Coordenação local em João Pessoa – PB. De início, entrevistamos os coordenadores executivo e pedagógico, individualmente, seguidos dos apoios técnicos de nível superior e de nível médio. Num terceiro momento, contatamos os coordenadores executivo e pedagógico e apoios técnicos de nível médio e superior de polo. Por fim, entramos em contacto com os apoios administrativos de arco e de monitoramento. Finalizadas as entrevistas, iniciamos a transcrição das falas e a análise dos dados, recorrendo, ainda, à análise da documentação produzida pela Coordenação estadual.

Nessa fase da pesquisa, estudamos os documentos em circulação na rede do PJU-PB, estabelecendo elos entre os representantes estaduais e a Coordenação Nacional, entre municípios, escolas parceiras e Coordenação estadual. Estamos nos referindo a *papers* de diferentes naturezas: ofícios, solicitações, reivindicações, comunicados e informativos. E tudo isto circulando em três momentos distintos:

- a) Instalação do Programa no Estado da Paraíba, anos de 2005 e 2006.
- b) Experimentação e vivência de ordem pessoal desta pesquisadora, anos 2008 e 2009, exatamente quando da primeira fase do ProJovem Urbano.
- c) Fase posterior – acontecimento e aprimoramento do Programa na PB, anos de 2010 e 2011 (segunda fase).

3. **Aplicação de entrevistas** estruturadas com professores (**APÊNDICE B**) e alunos (**APÊNDICES C e D**). Como antes dito, tais instrumentos de coleta visavam, sempre, à apreensão do entendimento dos participantes em relação ao Programa e à checagem de sua participação efetiva (ou não) em redes sociais da *web*.

São duas escolas parceiras por cada um dos cinco municípios – Bayeux, Cabedelo, Guarabira, Santa Rita e Sapé. Dentre elas, selecionamos aleatoriamente uma única escola e na

escola sorteada, trabalhamos também mediante sorteio aleatório tanto para os docentes como para os discentes. No que diz respeito aos estudantes, em especial, além de cobrar deles, como mencionado, tanto a matrícula como a assiduidade às aulas, acrescentamos que sua amostra totalizou 100 jovens: 20 em cada um das cidades. Em relação ao corpo docente, contatamos sete professores por cada escola, totalizando 35 indivíduos.

No caso dos alunos, além do **APÊNDICE C**, foram eles questionados quanto à juventude e às políticas públicas (**APÊNDICE D**). A ênfase maior para esse segmento se justifica pelo fato de ser relevante conhecer mais detidamente seu pensamento, haja vista que são os estudantes que sentem mais de perto os efeitos das políticas públicas a eles direcionadas. Ademais, em geral, na literatura, prevalecem os conceitos das políticas públicas e até do Programa expressos por aqueles que têm poder decisório e não de quem a recebe. Quanto aos procedimentos de coleta propriamente ditos, quando do momento de chegada à sala de aula, antes de seu início, perguntamos a cada um deles se era aluno do Programa. Caso positivo, explicamos o porquê da pesquisa e da consequente aplicação do questionário, solicitando sua colaboração voluntária no sentido de responder às perguntas, o que assegurou o êxito de 100% de participação na pesquisa, neste caso específico.

4. **Análise de conteúdo dos dados obtidos** e sua respectiva interpretação mediante a AC e, sobretudo, a metodologia ARS com o intuito de produzir o (s) desenho (s) organizacional (is) das redes detectadas no PJU-PB.

Sobre a metodologia de ARS, não se trata de proposta nova para a CI, embora não seja amplamente utilizada na área. Sua adoção em CI tem crescido nos últimos 20 anos com edição de artigos em revistas científicas do campo, em função do incremento da quantidade de dados disponíveis para análise, do avanço da informática e do processamento de dados, com consequente aumento do poder computacional à disposição dos pesquisadores. A esses motivos, agregam-se outras razões: ampliação dos temas de interesse e das áreas de conhecimento que utilizam a ARS; e publicação de inúmeros manuais sobre a temática. A este respeito, Marteleto (2001, p. 15) esclarece que a ARS consiste em setor da

[...] tecnologia da informação e das ciências sociais que trata do processo de analisar qualquer tipo de rede por meio da teoria das redes e pode ser aplicada no estudo de diferentes situações e questões sociais. Estabelece um novo paradigma na pesquisa sobre a estrutura social, tornando-se um meio para realizar uma análise estrutural cujo objetivo é mostrar em que a forma da rede é explicativa dos fenômenos analisados, além de mapear os relacionamentos entre indivíduos numa rede social.

Dizendo de outra forma, a ARS consiste no mapeamento de

[...] relações entre os diversos atores de uma organização e a representação destes relacionamentos na forma de matrizes, gráficos e análises quantitativas e qualitativas destes relacionamentos, estando alinhados com a Ciência da Informação e o conhecimento dos fluxos de informação e conhecimento (MARTELETO; TOMAÉL, 2005, p. 81).

Na mesma linha de pensamento, Sousa (2007) enfatiza que a ARS, como metodologia de pesquisa, é adotada em pesquisas sociais e organizações para analisar as redes sociais e suas implicações dentro e fora das instituições. Isto porque, pode e deve ser vista sob um prisma multidisciplinar ou interdisciplinar, haja vista que sua origem está em campos diversos, entre os quais estão sociologia, psicologia social e antropologia. Em sua visão, a ARS está estreitamente relacionada com a gestão do conhecimento (GC) numa instituição e ambos, ARS e GC se alinham com a CI, mediante os fluxos informacionais e a circulação de novos conhecimentos.

Tanto para Marteleto (2001, 2010), como para Marteleto e Tomaél (2005), um ponto importante da ARS diz respeito a seu aspecto qualitativo e quantitativo, como aqui se reitera:

Os métodos e técnicas de ARS nos levam a colocá-las como um método quantitativo em virtude de sua abordagem ao utilizar a base matemática e estatística permitindo a sistematização da informação de forma a possibilitar a visualização de sua estrutura e de seus padrões. É qualitativa porque investiga as aspirações, atitudes, crenças, valores e os reflexos que os padrões de relacionamentos produzem no contexto em que se desenvolvem (SOUSA, 2007, p. 122).

Para triangular as questões inerentes ao conhecimento, à comunicação e à informação, é possível adotar perspectiva analítico-interpretativa. Esta, segundo Marteleto e Tomaél (2005, p. 86), considera três dimensões de configuração e de movimento próprias das redes sociais:

a) a dimensão propriamente social e comunicacional, que permite traçar elos, interações e motivações dos atores em função do convívio e dos interesses e objetivos comuns a serem alcançados; b) a dimensão linguística e discursiva, pela qual se estudam os diferentes recursos cognitivos e informacionais que os atores acionam no compartilhamento dos problemas e suas soluções; c) a dimensão de produção de sentidos, que se visualiza quando os elementos interativos, comunicacionais, informacionais e cognitivos clareiam uma zona de encaminhamento da ação social e / ou organizacional.

Diante das ideias centrais que norteiam a ARS, afirmamos que a coleta de informação para análise das redes sociais do PJU, via entrevistas e questionários, parece favorecer a

apreciação das redes estudadas e sua descrição. Sobre isto, esclarecemos que para proceder à análise, configuração e diagramação dessas redes, com vistas à identificação de medidas das redes, usamos o *software Ucinet* (<http://analytictech.com>), desenvolvido por Borgatti e Everett e Freiam (2002). O *soft* possui capacidade para representar por gráficos grandes redes, decompondo-as e identificando *clusters*, ou seja, redes dentro de redes.

5. Análise dos **desenhos organizacionais das redes**, detectadas com desenvolvimento de trabalhos de pesquisa. No caso do PJU-PB, a análise resultou da inferência de toda a sustentação teórica devidamente amadurecida ao longo da pesquisa. Os resultados estão dispersos ao longo da dissertação e enfatizados nos dois últimos capítulos.
6. Construção do **documento final** – dissertação e apresentação da pesquisa aos interessados, incluindo o *staff* que integra o Programa, em âmbito nacional, estadual e municipal.

2.5 Indicadores para análise

Há dois indicadores principais para análise:

1. As redes sociais do PJU-PB na *web*.
2. Fluxos informacionais do PJU-PB frente à Coordenação Nacional do Programa:
 - a) Procedência das informações.
 - b) Tipos de informações.
 - c) Nível ou frequência de participação da população estudada nos fluxos informacionais.
 - d) Motivação da participação dos segmentos da população estudada.

Na realidade, os procedimentos metodológicos ora descritos apenas sinalizam a premência de construção de entendimento mais consolidado sobre políticas públicas, inclusão e relações sociais, e, ainda, construção da cidadania. Tudo isto com vistas à busca de conhecimentos permanentes que objetivem, irremediavelmente, melhor qualidade de vida para as coletividades, ou, no caso especial, para os brasileiros e / ou paraibanos.

3 A PROBLEMÁTICA À LUZ DA ALEGORIA DAS CAVERNAS: TECENDO A TEIA DE ESCLARECIMENTOS NA REDE DE SIGNIFICADOS

“O conhecimento deve-se constituir numa ferramenta essencial para intervir no mundo” (FREIRE, 1991, p. 12).

Valemo-nos do princípio democrático de liberdade de expressão, do pensamento filosófico e até mesmo da linguagem artística e alegórica para entender as indagações de pesquisa, tomando como referência conceitos da CI. Tais conceitos são norteadores para delinear os termos adotados ao longo da investigação. Para que pudéssemos entendê-los melhor, diante da diversidade de concepções que cercam um mesmo termo ou uma mesma expressão, estabelecemos analogias com a alegoria da caverna de Platão, filósofo e matemático do período clássico da Grécia Antiga, para que, de maneira simbólica, pudéssemos agregá-las aos conceitos em CI, clarificar nosso pensamento e, conseqüentemente, representá-los. Assim sendo, agora, nos valemos do princípio de que é necessário:

1. Relembrar as questões norteadoras e o problema central de pesquisa.
2. Elencar os termos ou conceitos importantes para entendimento dessas questões.
3. Relembrar a alegoria da caverna e estabelecer analogias com os conceitos necessários.

Tomamos como referência tanto a institucionalização do PJU como o envolvimento de diferentes segmentos sociais com o fim de retomar os seguintes questionamentos de pesquisa antes formulados:

- ◆ O que significa o PJU em sua condição de organização em rede?
- ◆ Qual a origem de sua criação?
- ◆ Por que está ele organizado em rede?
- ◆ Quais as formas de relacionamento e / ou compartilhamento entre os partícipes da rede?
- ◆ As relações sociais estabelecidas em rede lhe ajudam a cumprir o objetivo de formação integrada do jovem cidadão?
- ◆ Há um desenho organizacional das redes, que caracterize as relações sociais existentes em seu âmbito?
- ◆ Que tipo de informações e de conhecimentos são compartilhados em rede?

- ◆ Há representação das informações e dos conhecimentos compartilhados que permitam a recuperação das informações demandadas?

Como dito, estas perguntas nos conduzem ao problema central da pesquisa, também relatado anteriormente e aqui sintetizado: as redes sociais, em meio às políticas públicas do PJU-PB, são decisivas para a gestão dos fluxos informacionais do Programa. Reforçamos que a retomada dessas questões objetiva valorar sua função como recurso para andamento mais seguro da pesquisa. Como decorrência, elencamos conceitos essenciais à consecução de um trabalho fluido. A princípio, é perceptível que as questões norteadoras giram em torno de palavras-chave estudadas em CI, algumas das quais estão subentendidas. Exemplificando: informação, conhecimento, busca, relações sociais, redes sociais, busca de informações, gerenciamento da informação, fluxos informacionais, GC, organização da informação, recuperação da informação, políticas públicas e a própria CI.

Alguns destes termos, a exemplo de políticas públicas, relações sociais e redes sociais, estão discutidos com maior profundidade nos capítulos subsequentes. As demais expressões são tratadas com mais brevidade ao longo deste capítulo. Afora tais observações, acrescentamos que, no momento, conceituemos o termo alegoria, uma vez que faz parte integrante de nossa fala. Sobre este item, Geertz (2001, p.183) a concebe, em sua essência, como a representação de pensamentos ou de ideias por determinados elementos simbólicos e diz:

Com a alegoria podemos expressar reflexões através de analogias e comparações, histórias, representações artísticas e culturais de modo geral. Como uma mágica, ela vem iluminar o conhecimento que vem de dentro e facilita o alcance deste conhecimento para quem o recebe.

Na verdade, acreditamos que tecer uma rede conceitual a fim de superar os obstáculos encontrados na constituição de nosso referencial teórico é uma estratégia válida. Inferimos que tal qual o mito da caverna de Platão, há mitos que trazem à tona as sombras na escuridão dos conceitos elucidados em CI. Sem clarificá-los, é inviável entender as questões de pesquisa relatadas. Ao abandonar a caverna, onde estão refletidas as sombras deste campo científico, corremos o risco de ofuscamento pelo brilho intenso da luz do conhecimento, face à imensidão de conceitos e de teorias, muitas das quais ainda não estão suficientemente clarificadas e que só o serão mediante o avanço e o amadurecimento epistemológico da CI.

Se nossas observações não alcançarão a magnitude de estudos anteriores e as expectativas de exaustão que cercam as pesquisas científicas, acreditamos, no entanto, que podem contribuir para a construção de uma ponte entre os mundos sensível e inteligível citados por Platão. É

quando o filósofo tece considerações sobre a relevância da diferença entre pensar racionalmente e pensar emocionalmente. Na alegoria da caverna, resume as questões sobre a aprendizagem do homem e busca suas verdadeiras ideias no universo maravilhoso do incognoscível. O filósofo e matemático grego estabelece confronto entre o mundo sensível e o mundo inteligível. Assim, para compreensão desses dois mundos com mais objetividade, lembremos a alegoria da caverna de Platão:

Imagine alguns homens vivendo em uma caverna, com grande abertura do lado da luz. Encontram-se ali desde a sua meninice, presos por correntes que os imobilizam totalmente e de tal modo que não podem nem mudar de lugar, nem volver a cabeça e não conseguem ver mais que aquilo que lhes está na frente. A luz lhes vem de um fogo aceso certa distância, por trás deles, em uma eminência do terreno. Entre esse fogo e os prisioneiros há uma passagem elevada, ao longo da qual, imagine-se um pequeno muro, semelhante aos balcões que os ilusionistas levantam entre si e os assistentes e por cima dos quais mostram seus prodígios. Pensemos que ao lado desse muro alguns homens levam objetos de todos os tipos. Tais objetos são levados acima da altura do muro e os homens que os transportam, alguns falam, outros seguem calados. Os prisioneiros, nessa situação, jamais viram outra coisa senão as sombras, jamais ouviram outra voz senão os ecos que reboam no fundo da caverna. Falarão das sombras como se fossem objetos reais, terão os ecos como vozes verdadeiras. Esses estranhos prisioneiros são semelhantes a nós, homens e mulheres comuns. Pensemos agora no que lhes acontecerá se forem libertados das cadeias que os prendem e curados da ignorância em que jazem. Se um dentre eles se levantar e volver o pescoço e caminhar, erguendo os olhos para o lado da luz, certamente tais movimentos o farão sofrer e a luz ofuscar-lhe-á a visão e o impedirá que veja os objetos cuja sombra enxergava há pouco. Ficará deveras embaraçado e dirá que as sombras que via antes são mais verdadeiras que os objetos que são mostrados agora. E se tal prisioneiro, arrancado à força do lugar onde se encontra for conduzido para fora, para plena luz do sol, por acaso não ficaria ele irritado e os seus olhos feridos? Deslumbrado pela luz, porventura não precisaria acostumar-se para ver o espetáculo da região superior? O que a princípio mais facilmente verá serão as sombras, depois as imagens dos homens e dos demais objetos refletidos nas águas, e finalmente será capaz de ver os próprios objetos. Então olhará para o céu. Suportará mais facilmente, à noite, a visão da lua e das estrelas. Só mais tarde será capaz de contemplar a luz do sol. Quando isso acontecer reconhecerá que o sol governa todas as coisas visíveis e também aquelas sombras no fundo da caverna. (PLATÃO, VII, 518 b-d, [340 a.C.?]).

Uma quantidade elevada de interpretações acerca deste mito foram geradas ao longo dos séculos, das décadas e dos anos. Por isto, retomemos a explanação sob a ótica do próprio Platão. Ao explicar a alegoria da caverna, afirma:

[...] Caverna subterrânea é o mundo visível. O fogo que a ilumina é a luz do sol. O prisioneiro que sobe à região superior e contempla suas maravilhas é a alma que ascende ao mundo inteligível. E o que pensa, ou o que pensamos individualmente, só Deus sabe se é verdade. Crê, em todo caso, que nos mais

altos limites do mundo inteligível, está a ideia do bem que dificilmente percebemos, mas [...] ao contemplá-la, concluímos [...] [ser] ela é a causa de tudo o que é belo e bom (PLATÃO, VII, 518 b-d, [340 a.C.?).

Discípulo de um dos expressivos ícones da filosofia grega, Sócrates, Platão define as ideias (ou o mundo das ideias) e suas relações, atribuindo-lhes valores. É a *performance* de um pensamento lógico e aritmético. Em sua alegoria, constata que o ser humano pode viver no mundo das sombras (ignorância), acreditando num mundo completamente diferente da realidade. Talvez, possa atingir a luz (sabedoria) com a pretensão de viver livre de preconceitos, conhecer a verdade ou as verdades, que, por certo, são sempre mutáveis e transitórias.

Ao tratar do mundo das ideias, Platão enfatiza que há uma realidade autônoma por trás do mundo dos sentidos em que estão contidas as ideias, as imagens-padrão, as formas primordiais de um pensamento e que são eternas e imutáveis. Esta concepção é por ele chamada de teoria das ideias. Sobre o mundo dos sentidos, salienta que nada do que existe, em sua essência, é duradouro. Tudo é mutável e jamais eterno. São coisas tangíveis.

Afirma que nunca podemos chegar a conhecer verdadeiramente algo que se transforma. O máximo que conseguimos alimentar são opiniões incertas ou conhecimentos aproximados mediante o uso de nossos cinco sentidos. Assegura, pois, que só podemos chegar a manter um conhecimento seguro daquilo que reconhecemos com a razão. Em outras palavras, para Platão, não podemos ter senão opiniões incertas acerca de tudo o que sentimos ou percebemos sensorialmente. Quando muito, chegamos a conhecimentos seguros sobre aquilo que reconhecemos tão somente com a razão. Diante do exposto, questionamos:

- ♦ Quais as comparações entre os conceitos do mundo sensível e inteligível em CI?
- ♦ E como esses conceitos podem contribuir para esta pesquisa?

Ao pensar o mito da caverna em CI, imaginemos que os cientistas da informação (bibliotecários, arquivistas, museólogos, documentalistas e outros) estão prisioneiros numa escura caverna onde sombras são projetadas acerca da identidade da área e da definição de seu objeto de estudo. Acorrentados e obrigados a conviver diuturnamente com as assombrações dos conceitos e das teorias acerca de seu campo de atuação, as sombras fazem emergir pontos circulares de discussão em torno dos quais cada estudioso / acadêmico / pesquisador / cientista traz sua verdade e a defende, com garra e veemência, como absoluta. Por isto, tal como ocorre em outras disciplinas e ciências, muitos conceitos em CI ainda não são consensuais e, sim,

sempre polêmicos e controversos.

Embora discutam, com frequência e sistematicamente, os teóricos parecem não ir adiante. Tudo permanece no campo das ideias e / ou das sombras que compartilham entre si. Quer dizer, mesmo que cada cientista da informação defina suas teorias embasadas em arcabouços teóricos antes apresentados por seus companheiros de caverna, a CI conserva a eterna dificuldade em alcançar sua amplitude.

Ao perceber que a CI pode alçar voos longínquos e poderosos sobre outras instâncias, em sua perspectiva transdisciplinar, multidisciplinar e interdisciplinar, à luz do entrelaçamento da rede de conhecimentos, a princípio, os olhos parecem se ofuscar. Posteriormente, entende-se que a CI coopera, de forma significativa, com outras áreas e vice-versa. Para nós, esta realidade funciona como força motriz no sentido de estimular a compreensão de conceitos sobre a CI, sua natureza e funcionalidade, o fluxo informacional e os conhecimentos gerados incessantemente.

3.1 Conceitos e discussões que arrematam a rede

Imaginemos, agora, que as questões de pesquisa encontram-se projetadas, como sombras, nas paredes das cavernas de nossa investigação. Para melhor entendê-las, buscamos autores que discutem conceitos que clarificam os referidos questionamentos e podem ajudar a entender a teia de conhecimentos que se forma ao longo de nossas discussões. Repetimos que os conceitos ora trabalhados não pretendem esgotar a amplitude de suas possibilidades, mas, sim, lançar luz suficiente para espantar as sombras da curiosidade e da falta de informação.

A princípio, abordamos a interdisciplinaridade da CI e, no momento seguinte, sua diversidade conceitual e a questão recorrente – Ciência da Informação: moderna ou pós-moderna? A seguir, discutimos a complexidade conceitual que cerca o termo informação e, então, a recuperação da informação facilitada graças ao impacto dos recursos tecnológicos. Finalizamos o capítulo com considerações acerca da concepção do conhecimento.

3.1.1 Ciência da Informação e sua natureza interdisciplinar

Discorrer sobre CI quase sempre conduz ao debate em torno de sua natureza interdisciplinar, porquanto se configura como ciência que investiga e compreende objetos de estudo de outros campos. Em torno desta assertiva, há quem afirme que ela está em construção e que sua inter-relação com outras áreas do saber é imatura e pouco clara. Em oposição, outros estudiosos asseguram que tal relação sempre existiu e é exatamente sua presença que ajuda a

caracterizar a CI.

Dentre os cientistas da informação que, em nossa percepção, parecem ter abandonado as sombras de suas cavernas para discutir a CI numa visão ampla, tomando como referência as bases epistemológicas que a regem, a história de sua segmentação e os paradigmas antes vigentes ou em vigor, citamos, de início, Pinheiro e Loureiro (1995). São autores que atribuem a fragilidade teórico-conceitual da CI à incipiência de investigação científica na área e à presença também frágil de teóricos. Mencionam, ainda, fatores outros, como equívocos relacionados à denominação da área por problemas de tradução ou de interpretação.

Para os autores supracitados, a natureza multidisciplinar e interdisciplinar da CI, seus frágeis fundamentos em relação à comunicação e os conceitos de informação *per se* são tratados de forma instável por teóricos, ainda nos anos 60 e 70. Por isto, citamos, em ordem cronológica, Borko (1968); Shera (1968); Goffman (1970); Zunde e Gehl (1972); Foskett (1973); Mikhailov e Chernyi e Gilyarevskii (1975); e Dougherty (1987), até chegar aos nossos dias com Wersig (1993). Este último apresenta novas abordagens e dimensões, as quais favorecem maior compreensão sobre o significado e a extensão da CI. Além do mais, levanta controvérsias acerca dos problemas atuais na investigação da área face ao seu fracionamento em inúmeras disciplinas, o que deveria nortear uma estrutura sólida e proveniente de um amplo conceito científico ou de modelos e concepções devidamente reformuladas.

No que concerne às dimensões tecnológica e social da CI, Pinheiro e Loureiro (1995) acreditam que os aspectos tecnológicos, desde sua origem e sua inserção na CI, estão em discussão na esfera dos fundamentos e princípios, das teorias e da história, e também no campo da representação e recuperação da informação. Isto é, a interação *on-line*, o processo automatizado nesse campo específico, a força crescente das TIC e a atuação mais e mais abrangente dos computadores impõem o elemento tecnológico como fator determinante na evolução da CI. Em sua concepção, as inovações tecnológicas estão definitivamente atreladas à CI na resolução parcial ou total de problemas.

No entanto, os dois autores ora referendados enfatizam os espectros da CI em seu caráter eminentemente interdisciplinar. Como decorrência, os conhecimentos envolvidos no trilhar da Ciência da Informação se estendem por todos os demais campos científicos, revestindo a interdisciplinaridade inevitável à CI como expressivo instrumento de dimensão social e humana, extrapolando os limites puros e simples da ciência e tecnologia (C&T).

Dizendo de outra forma, as definições de pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, como processo progressivo de integração disciplinar, constituem elemento esclarecedor das sombras das questões de pesquisa enunciadas.

Para Pinheiro (2009), a transdisciplinaridade é o nível máximo de integração disciplinar; a interdisciplinaridade, o nível intermediário, em que a CI parece se inserir; e a pluridisciplinaridade ou multidisciplinaridade, o menor nível de interação entre as disciplinas.

Em consonância com a autora antes citada, Pinto e Cavalcante e Silva Neto (2007) confirmam a CI como interdisciplinar. Em sua opinião, a natureza da informação, a estrutura do conhecimento e seus registros, o estudo do comportamento do usuário e o uso da informação, a recuperação da informação, o impacto, a economia e o valor da informação como fator histórico de avanço da CI são todos eles elementos que atestam a premência da participação da área com outras disciplinas. Na realidade, os autores em pauta reiteram teóricos clássicos, à semelhança de Borko (1968) e Le Coadic (2004) com o fim de explicarem a relação da CI com outras disciplinas em sua transformação rumo ao campo interdisciplinar.

A bem da verdade, embora pareçam próximos, a natureza da pluridisciplinaridade / multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade mantém suas especificidades. Estudiosos desta temática, como Japiassu e Marcondes (1993, p. 18) admitem que a

[...] interdisciplinaridade estabelece comunicação entre as disciplinas, no sentido científico, possibilitando o fluxo de informações entre elas, ampliando horizontes de conhecimentos em uma perspectiva de seu fortalecimento. É o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão de seus limites, mas, acima de tudo, é o princípio da diversidade e da criatividade; é um método de pesquisa e de ensino suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas ajam entre si, esta integração podendo ir da simples comunicação das ideias, até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa.

Quanto à pluridisciplinaridade, Pinto e Cavalcante e Silva Neto (2007) a visualizam como postura referente ao estudo de um único objeto ou de uma única disciplina por várias outras, simultaneamente. A meta é conseguir que o objeto de estudo se enriqueça por conta do cruzamento de variadas disciplinas, o que requer cooperação efetiva entre diferentes campos.

No que tange à transdisciplinaridade, esses autores a percebem como uma nova postura científica, cultural, espiritual e social. Tomando como base o prefixo trans, afirmam que ela envolve aquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas e além de toda e qualquer disciplina. Sua finalidade é a compreensão do mundo atual, em que um dos imperativos indispensáveis é a unidade dos conhecimentos. Em termos similares, Random (2000, p. 26), argumenta que a transdisciplinaridade “viria pôr um fim nas fronteiras das disciplinas, porém não as eliminaria”.

Mesmo indo além da interdisciplinaridade, o exposto nos faz concordar com os

epistemológicos para quem a CI configura-se como área do saber que, desde sua estruturação, ainda no início dos anos 30, constitui um campo interdisciplinar. Afinal, esteve e está sempre associada a diversos outros campos. Diante desta interdisciplinaridade irrefutável,

[...] a CI emerge como metaciência ou supraciência, no sentido de que não lida com segmentos específicos da informação – informação jurídica, informação tecnológica, informação científica, etc. – mas com a metainformação, que ultrapassa fronteiras rigidamente demarcadas para interagir com outras áreas. Isto significa que detém um manancial inesgotável de possibilidades de investigação científica, o que não exclui [...] a necessidade de refletir sobre sua própria essência e função social, reafirmando [...] [aqueles] para quem há considerável carência de pesquisas consistentes sobre os próprios profissionais de informação (TARGINO, 1995, p. 3).

3.1.2 Ciência da Informação: a eterna discussão conceitual

Shera e Cleveland (1977, p. 261) são categóricos quando afirmam que a Ciência da Informação constitui campo de conhecimento que investiga as propriedades e o comportamento da informação em que o processo que rege o fluxo de informação e seu meio de processamento conversa ou relaciona-se com outros campos do conhecimento.

Este conceito é o de Borko (1968, p. 3), transcrito a seguir, mesmo que apresentem alguns pontos singulares, traduzem a CI como campo interdisciplinar do conhecimento:

A CI é uma disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o seu fluxo informacional e os meios de processá-la para otimização do seu acesso e uso. Está relacionada com um corpo de conhecimentos concernentes que abrange a origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Trata-se de uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada com vários campos; tem tanto um componente de ciência pura, que indaga o assunto sem ter conta sua aplicação, como um componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos.

Sendo assim, em se tratando da CI, quais as comparações possíveis entre o mundo sensível e o mundo inteligível colocados por Platão? Senti-la como linguagem consiste em indício de que podemos pensar o mundo sensível de Platão. Linguagem na acepção de diferentes formas de expressão e de comunicação que garantem a preservação das criações do passado e, continuamente, as entrega às gerações presentes para que repassem às gerações futuras, por meio de múltiplos vocábulos das línguas em constante transformação.

Organizar, classificar, buscar, recuperar, indexar, programar e arquitetar são linguagens cotidianas na realidade de um cientista da informação. Ação inteligível é saber lidar com cada

uma delas, mediante preparação profissional contínua e adoção de comportamento ético à luz de teorias pensadas sob a razão. Segundo Pinheiro e Loureiro (1995, p. 2), em conferência da *Special Libraries Association*, ano de 1967, Rees e Saracevic (1972, p. 93) dizem:

A Ciência da Informação não é uma melhor recuperação de dados, como a física não é uma mecânica reforçada [...] É um ramo de pesquisa que toma sua substância, seus métodos e suas técnicas de diversas disciplinas para chegar à compreensão das propriedades, comportamento e circulação de informação.

Sinteticamente, para os dois autores supra, a CI constitui o estudo dos fenômenos da comunicação e, também, das propriedades inerentes aos sistemas de comunicação. Em consonância com este pensamento, Borko, em seu artigo clássico *Information science: what is it?*, editado ainda em 1968, além de reelaborar as ideias de Taylor, de 1966, descortina ampla visão dos caminhos possíveis em torno da natureza e dos conceitos da CI, declarando que se trata de disciplina que investiga e esmiúça

[...] as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processamento para acesso e uso otimizados. Ela diz respeito àquele corpo de conhecimento ligado à origem, coleta, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação [...] Possui um comportamento de ciência pura, que investiga o interior do assunto sem considerar suas aplicações, é um componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos (BORKO, 1968, p. 4).

No mesmo artigo, esse autor afirma que, em seu cerne, a pesquisa científica em CI estuda as propriedades e o comportamento da informação, além da utilização e da transmissão da informação e do fluxo informacional. Há, ainda, a possibilidade de analisar o processamento da informação para armazenagem e recuperação otimizadas. Isto corresponde a reafirmar a CI como ciência interdisciplinar, derivada e relacionada com áreas distintas, tais como: matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologias do computador, operação de pesquisa, artes gráficas, comunicação, biblioteconomia, administração e campos similares. Em sua visão, a CI possui componentes de ciência pura e de ciência aplicada, em cuja área vem desenvolvendo serviços e produtos. Em suma, a definição apresentada por H. Borko é bastante abrangente, e imprime à Ciência da Informação amplitude e multidimensionalidade.

Prosseguindo, lembramos que há proximidade entre biblioteconomia, documentação e CI. Segundo Arruda (2009), biblioteconomia e documentação são aplicações da Ciência da Informação. Logo, deve haver parceria no sentido de bibliotecários e documentalistas se fundamentarem nas teorias da CI, ao tempo em que esta deve levar em conta técnicas e

experiências de bibliotecários e documentalistas. A CI mantém como uma de suas metas prover informações capazes de suprir as demandas informacionais de várias instituições da sociedade. Isso pressupõe a adoção de técnicas e procedimentos voltados à acumulação e à transmissão de conhecimentos recém-gerados. Ainda sobre a inter-relação entre biblioteconomia, documentação e CI, e, portanto, entre os profissionais desses campos, Shera (1968, p. 95) ressalta que

[...] a Ciência da Informação não se opõe à biblioteconomia, ao contrário, ambas as disciplinas são aliadas naturais, e os bibliotecários não deveriam rechaçar esse novo membro de sua família intelectual, do mesmo modo que o especialista em informação não deveria desacreditar os bibliotecários. No momento, pelo menos, o bibliotecário e o especialista da Ciência da Informação podem falar línguas diferentes, pois as novas noções exigem também uma terminologia nova, porém finalmente se chegará a um acordo e a uma compreensão mútua.

Dougherty (1987), por sua vez, discute as relações entre bibliotecários e analistas de sistemas, ao dissertar sobre a *performance* de sistemas de bibliotecas universitárias e centros de processamento de dados nos *campi*. Também o autor os considera aliados naturais e chama a atenção para a importância de cooperação e de conhecimento recíproco entre as respectivas culturas profissionais.

Porém, retomamos a ideia de que algumas sombras ainda teimam em se projetar na caverna, quando o assunto é a conceituação da CI. Pinheiro e Loureiro (1995) juntam que a concepção de CI, em mais de 30 anos de evolução, tem propiciado diferentes correntes e gerado discussões diversificadas, que vão desde sua autonomia e seu estatuto científico, passando pelo objeto de estudo (a informação) e incluindo problemas terminológicos até alcançarem as conexões interdisciplinares. Entretanto, sua epistemologia carece de fundamentos teóricos que possam delinear, com precisão e segurança, seu horizonte científico. É como se a epistemologia da CI estivesse em permanente e infindável construção. Paradoxalmente, como antes alertamos, os estudos nessa direção são poucos e pouco aprofundados, o que concorre para manter a fragilidade teórica e conceitual da área.

A tudo isto, Arruda (2009, p. 35) acrescenta, literalmente, que “[...] a falta de rigor definatório e conceitual consensual tem inclusive contaminado muito do discurso que se reivindica da Ciência da Informação”. Visões iniciais da área, como as cunhadas no evento considerado fundador da disciplina, no *Georgia Institute of Technology*, no início dos anos 60 do século XX, são pouco rigorosas e, muitas vezes, praticamente circulares, uma vez que não deliberam o que é informação.

Nesse evento, nas palavras de Shera e Cleveland (1977, p. 265) e reiterando Taylor (1966) apresentam a CI como a ciência que investiga propriedades e comportamento da informação e de seu fluxo, além das “[...] forças que governam o fluxo de informação e os meios de processamento da informação para otimização da acessibilidade e do uso”. Ainda sobre este item, Arruda (2009) lembra que pioneiros da CI, na década de 60, conceituavam a Ciência da Informação como disciplina voltada para problemas, em especial, a então denominada “explosão informacional”, traço fundamental das coletividades que emergem na fase pós II Grande Guerra Mundial em oposição às sociedades anteriores.

Esta ênfase operacional da Ciência da Informação em seus primórdios, se por um lado deixou lacunas e contribuiu para uma grande confusão conceitual da qual a Ciência da Informação se ressentia até hoje, pelo lado econômico da assim chamada “indústria da informação”, se constituiu num sucesso, dando origem a um dos setores econômicos mais dinâmicos da sociedade atual. Esse forte setor econômico da “indústria da informação” contribuiu pelo seu peso social, pelas suas ligações com a mídia, pelos fortes interesses econômicos mobilizados, para cristalizar conceitos e terminologias para o fenômeno informação – num processo chamado de “invenção da informação” – destituído do necessário rigor requerido por uma disciplina científica (ARRUDA, 2009, p. 36).

Mais adiante, década de 70, autores discutem a evolução do conceito da CI, a exemplo de Goffman (1970). Este propõe como alvo principal da área a instituição de princípios de comportamento dos processos comunicacionais em sua ligação com os sistemas de informação, indicando uma abordagem científica unificada, que compreende os fenômenos informacionais no âmbito biológico, na existência humana e na órbita tecnológica. Zunde e Gehl (1972), por sua vez, sinalizam o reduzido alcance das teorias, leis e hipóteses da CI e suas características como disciplina empírica, cujos parâmetros se constituíram em seus fundamentos. Ao contrário de estudiosos europeus, os autores ora referendados não circunscrevem o sujeito e o objeto da CI ao domínio da C&T. Além do mais, chamam a atenção para o fato de que, como disciplina científica, a CI não se vincula à reflexão metafísica ou ontológica do que a informação é, ou seja, de sua natureza *per se*.

Foskett, um pouco depois, ano 1973 (p. 59), evidencia a natureza interdisciplinar da CI, como

[...] disciplina que surge de uma “fertilização cruzada” de ideias que incluem a velha arte da biblioteconomia, a nova arte da computação, as artes dos novos meios de comunicação e aquelas ciências como psicologia e linguística, que, em suas formas modernas, têm a ver diretamente com todos os problemas da comunicação – a transferência do conhecimento organizado.

Em 1975, Mikhailov, Chernyi e Gilyarevskii ressaltam, mais uma vez, a CI como ciência que contempla qualquer tipo de informação, desde a informação mais genérica à informação científica e tecnológica (ICT). Ao tomar como referência o pensamento de Klaus Otten em sua publicação clássica *Basis for a science of information*, é ainda Shera e Cleveland (1977) quem relacionam quatro itens que constituem alicerce para o progresso das bases da CI. Entre eles, destacamos o reconhecimento da variedade de conceitos sobre a área e, ainda, a importância essencial da comunicação como forma de escoamento e de sobrevivência da própria informação.

Ainda recorrendo a Susan Artandi, em *Theories of information*, Shera e Cleveland (1977) buscam, na teoria da informação, o ponto de partida a fim de ampliar o pensamento acerca dos problemas subjacentes à informação em toda sua complexidade.

Em nossos dias, como vimos anteriormente, ao tempo em que Wersig (1993, p. 232) assinala as desvantagens da partição da CI em disciplinas, assevera, com palavras *ipsis litteris*, que, independentemente da denominação imposta à CI, tudo indica que

[...] ela não possuirá uma teoria, mas uma estrutura proveniente de um amplo conceito científico ou modelos e conceitos reformulados. Esses serão intertecidos a partir de seu desenvolvimento e do problema do uso do conhecimento nas condições pós-modernas de informatização. Havendo uma interconexão entre tudo, Ciência da Informação deve desenvolver um sistema de navegação conceitual.

Retomando Pinheiro e Loureiro (1995), eles creem que as soluções propostas à CI até o momento caracterizam-se por campos de reflexão ou experiências práticas e não em ciência em sua acepção mais clássica. Consequentemente, os cientistas da informação se perdem em discussões permanentes em torno de paradigmas com a finalidade de assegurar a maturidade científica de seu campo de atuação. Logo, a CI nem pode nem deve ser vista como ciência dita clássica, mas, sim, como protótipo de uma nova ciência ou de uma ciência emergente e, portanto, em fase de maturação e consolidação.

Assim sendo, para esses estudiosos, as reflexões sobre o que constituiria essa nova ciência e suas estruturas têm alcançado grande amplitude e se destinam a subsidiar as vanguardas do desenvolvimento científico ora em ebulição. Esta nova ciência não dirige suas pesquisas para o desvendamento do mundo. Em sentido diverso, se constrói por abordagens estratégicas voltadas para a solução ou trato de eventuais problemas.

3.1.3 Ciência da Informação: ciência moderna ou pós-moderna? Eis a questão!

Para Santos (1988, p. 46), vivemos num tempo de tantas surpresas que ao nos

debruçarmos sobre nós mesmos podemos descobrir que nossos “[...] pés são um cruzamento de sombras, sombras que vêm do passado, que ora pensamos já não sermos, ora pensamos não termos ainda deixado de ser. Sombras que vêm do futuro que ora pensamos já sermos, ora pensamos nunca virmos a ser”. Sob esta perspectiva, ao tratar das ciências modernas, afirma que as ciências do século XXI parecem estar nas sombras quando lidamos com a ambiguidade e a complexidade do tempo presente, que se impõe como processo transitório social, econômico, político e tecnológico, tornando as perguntas norteadoras de objetos de estudo cada vez mais complexas. Portanto, Boaventura de Sousa Santos posiciona as ciências modernas na mesma situação que a CI, qual seja, viver ou sobreviver das sombras ou à sombra.

Ademais, a CI é uma ciência moderna quanto ao seu surgimento. Logo, sair das sombras e vislumbrar novos horizontes são ações que condizem com perguntas de pesquisa cada vez mais simples e inteligíveis objetivando o entendimento dos percursos do conhecimento científico e da CI como ciência moderna e / ou pós-moderna em relação às metodologias adotadas. Para tanto, é ainda Santos (1988) quem delineia pontos centrais que balizam o progresso das ciências modernas. Trata-se do paradigma dominante que diz respeito ao modelo de racionalidade herdado a partir do século XVI e consolidado no século XIX, cuja racionalidade científica antevê uma única forma de atingir o conhecimento verdadeiro: aquela decorrente da aplicação de seus próprios princípios epistemológicos e de suas regras metodológicas. É o denominado determinismo mecanicista.

Esse teórico apresenta duas vertentes consideradas antagônicas desse paradigma. A primeira, sujeita ao jugo positivista, que consiste em aplicar à análise da tessitura social todos os princípios epistemológicos e metodológicos que presidem o estudo da natureza desde o século XVI. A segunda consiste em reivindicar para as ciências sociais (CS) um estatuto epistemológico e metodológico próprio com base na especificidade do ser humano e em sua distinção polar em relação à natureza. De fato, apesar de aparentemente distintas, as duas correntes acabam por privilegiar as ciências naturais em detrimento das ciências sociais, isto é, a segunda vertente figura como indício da crise do modelo até então hegemônico.

A caracterização da crise do paradigma dominante traz consigo o perfil do paradigma emergente, nomeado de “[...] paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente” (SANTOS, 1988, p. 12). Para justificar sua premissa, o autor adota quatro parâmetros básicos sobre o conhecimento: “todo conhecimento científico-natural é científico-social; todo conhecimento é local e total; todo conhecimento é autoconhecimento; todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum” (p. 13). Quer dizer, diante de um paradigma emergente, sabemos o caminho, mas desconhecemos onde estamos exatamente na jornada.

Rafael Capurro e Birger Hjørland, em texto de revisão acerca do conceito de informação, ano 2007, dissertam sobre o modo de produção do conhecimento nos períodos moderno e pós-moderno. Na fase moderna, destacam a segmentação do conjunto de conhecimentos, sobretudo, no século XVI, com visível tendência à especialização presente de forma progressiva no século XIX com dois pontos nucleares. São eles: a distinção entre sujeito e objeto; e a produção do conhecimento disciplinada pelo método, instituindo, portanto, o método da ciência clássica.

Para os autores, o modelo da ciência moderna prioriza a funcionalidade e a utilidade do conhecimento. Logo, a integração deste conhecimento aos processos produtivos acaba por aproximar a ciência dos centros de poder econômico, social e político. Tais centros passam, então, a manter papel decisivo na definição de prioridades científicas. O modelo da racionalidade moderna assume o *status* de critério de cientificidade e traz como consequência a naturalização da explicação do real, que decorre do distanciamento do sujeito frente ao objeto.

Assim, a ciência pós-moderna contrapõe-se à moderna e propõe a elaboração de conhecimento total e local, determinado por temáticas. A fragmentação pós-moderna, por seu turno, é essencialmente temática, e seu conhecimento é caracterizado como tradutor – compreensivo e imperativo. Assim, enquanto Capurro e Hjørland (2007) argumentam que a ciência pós-moderna se constitui graças à transgressão metodológica, para Santos (1988), isto decorre da analogia e da pluralidade de métodos, incluindo a escrita científica. De qualquer forma, é indiscutível que a inter-relação sujeito e objeto é vista de modo diferente na modernidade e na pós-modernidade, e constituem um paralelo que recupera a questão do conhecimento. Decerto, há tentativa permanente de definir objeto. No caso da CI, eis, então, a dificuldade de identificação de seu objeto. Neste ponto, os mais pessimistas argumentam que a decantada interdisciplinaridade não lhe confere identidade.

Para vislumbrar luz além da caverna de Platão, no caso dos cientistas da informação, estes precisam atentar para dois itens. O primeiro refere-se ao nosso dever de contribuir para a superação da distinção dicotômica entre ciências modernas e pós-modernas. O segundo diz respeito ao modelo já superado de verdade absoluta da cientificidade, e que deve ser defendido ou lembrado sistematicamente pelos profissionais da informação, em sua condição de experts com maior intimidade no tratamento das informações. É preciso, pois, reforçar a concepção humanística das ciências como um todo em sua condição de agente catalisador da progressiva fusão das diversas ciências. Isto corresponde a posicionar o cidadão no centro do conhecimento, como autor e sujeito da C&T.

A assertiva cercada de questionamentos – Ciência da Informação: ciência moderna ou pós-moderna? Eis a questão! – se justifica exatamente porque, ainda hoje, aqui e ali, a percepção

de uma verdade única ainda persiste. E pior. Isso se dá mesmo nos campos onde paira extrema subjetividade, como aqueles em que o ser humano, os grupos sociais e a sociedade em geral figuram como objetos de análise centrais.

Acreditamos, porém, que um novo modelo de ciência, com base na aproximação entre as variadas ciências, é capaz de superar o modelo totalitário das ciências naturais com vistas a alcançar uma verdade universal, decorrente do deslumbramento ocasionado por teorias surgidas, principalmente, a partir do século XIX. Tais teorias possuíam, em seu âmago, a crença de que seus estudos, como a origem da natureza e a natureza do homem, poderiam ser expressos em valores matemáticos, capazes de explicar racionalmente o universo em toda sua complexidade.

Superando o critério utópico de verdade única, acreditamos contribuir para a superação da dicotomia entre ciências modernas e pós-modernas, no momento em que categorizamos a CI no território onde estão conceitos variados, mas próximos, em sua essência. Dentre eles, as concepções de organização e disseminação da informação que giram em torno do conceito de informação. Em nossa interpretação, este é o recurso inicial para iluminar nossos pensamentos, após o ofuscamento causado pela luz de fora da caverna, com a pretensão de apreender os conceitos em torno da CI como ciência.

3.1.4 Informação: a discussão conceitual prossegue...

É o momento de rever conceitos vigentes (ou não) em torno da informação, elemento central da sociedade contemporânea. Diferentes concepções refletem, irremediavelmente, tensões entre abordagens de natureza subjetiva e objetiva. No entanto, em CI, é vital ponderar a informação como força constitutiva da sociedade, em que pesem os diferentes significados que a cercam.

Segundo Capurro e Hjørland (2007), esses significados díspares devem ser considerados no esfera da estrutura das teorias a que se supõe que eles sirvam, deixando-os dependentes teoricamente dos termos científicos, uma vez que as definições científicas de termos estão entrelaçadas, sempre, com as funções que atribuímos a elas em nossas teorias. Porém, sem dúvida, os termos ou as expressões quase nunca se livram de suas raízes ou de seus significados etimológicos. Daí, devemos levar em conta o risco de definições persuasivas, até porque, no caso de informação, o custo da aplicação dessas concepções em CI tem sido extremamente alto.

Os estudiosos ora arrolados trazem o termo informação a partir das origens grega e latim e em dois contextos distintos: no intangível (espiritual) e no tangível – biológico ou de fortalecimento, no caso do prefixo *in*. Colocam a ação de informar como modelagem da mente

ou do caráter, treinamento, instrução na utilização moderna e pós-moderna da informação. Tratam, ainda, a palavra em seu sentido ontológico, assim como retomam sua evolução, em inglês (*information*) e alemão (*Informationen*), utilizado no sentido de educação e comunicação. Por outro lado, na atualidade, mais e mais, as disciplinas adotam o conceito de informação dentro de seu contexto e com relação a fenômenos específicos – versatilidade da informação ou interdisciplinaridade da informação, sendo ela um fenômeno estritamente humano.

Na verdade, Capurro e Hjørland (2007) discutem a informação como conceito interdisciplinar, evocando autores clássicos, como Claude Elwood Shannon, que, ainda em 1948, num evento científico, em coautoria com Norbert Wiener, apresenta sua teoria matemática da comunicação. Citam, também, Carl Friedrich Weizsäcker, Martín Heidegger e Donald G. Fink, no intuito de conceituar informação nas ciências naturais e na comunicação em sua condição de mensagem significativa. Para esses clássicos, a informação é apenas o que é apreendido ou informação é o que gera novas informações.

Capurro e Hjørland (2007) chamam a atenção para os obstáculos enfrentados pelo domínio da informação como campo científico, o que exige revisão séria e sistemática para banir terminologias e concepções incompatíveis que rondam a denominação – informação. Isto demanda atitude científica permanente e cuidado extremo com as tipologias que tendem a cercear os limites da informação. Como autores antes mencionados, à semelhança de Pinheiro e Loureiro (1995), lembram que, ao procurar se instalar como prática científica, a CI esbarra sempre com uma concepção da área pouco discriminante e nada convincente.

Ainda na esfera dos conceitos de ciências naturais, Capurro e Hjørland (2007) discutem a informação como elemento potencial e relevante, relacionando-a à temporalidade – tempo global. A partir de leituras e vivências, sustentam que a concepção de informação deve assumir a mesma referência ou, no mínimo, referência similar, em todos os contextos. A bem da verdade, é Capurro quem desenvolve a epistemologia da CI mediante a noção de paradigmas, detalhada por Kuhn (2003). Propõe, então, sua teoria sobre o possível avanço da CI em três paradigmas. De naturezas física, cognitiva e social, os modelos por eles propostos dão origem ao que se tornou conhecido, como o Trilema de Capurro.

Na esfera das ciências humanas e sociais (CHS), o conceito de informação segue a tendência reducionista, vinculada aos estímulos sensoriais (através da revolução cognitiva) e aos fatores culturais, de acordo com o processamento do cérebro por mecanismos desenvolvidos historicamente. Perpassa, ainda, pela visão nas engenharias, ciências exatas e da terra (ECET), segundo a qual a informação é considerada como uma diferença na realidade; ou, ainda, pela visão do citado Shannon, que prioriza a comunicação de conhecimentos.

De fato, tudo leva a crer que a distinção entre as variadas teorias da informação refere-se à natureza do mecanismo de liberação ou aos mecanismos de processamento de informação ou, também, aos seletores ou intérpretes (discriminação, interpretação ou seleção). Dizendo de outra forma, a informação pode ser analisada em ampla rede de diferentes disciplinas e não somente pela Ciência da Informação. Aliás, Capurro e Hjørland (2007) rememoram que, em CI, o termo informação, no contexto histórico, passa do significado de balcão de referência à substituição de documentação e / ou à utilização em biblioteconomia com interesse em aplicações computacionais e com influência da teoria da informação.

No entanto, “do outro lado da moeda”, há teóricos, como Richard Wurman (1991), para quem a era da informação corresponde a uma explosão da não informação, onde circulam um número inacreditável de dados. São percepções que encontram eco em outros autores, como Targino (1995). Com vigor, a autora afirma que só é informação o que, de fato, reduz incertezas ou o que conduz à compreensão, até porque inexiste uniformidade entre os indivíduos: o que é informação para alguém, pode ser mero dado para outrem. Afinal, informação é uma construção subjetiva e independente dos fenômenos objetivos, como Cole (1994) também acorda.

Historicamente, acrescentamos que, em 1968, o termo informação substitui a palavra documentação. Prossegue em sua evolução até ser analisado na expressão recuperação da informação, cujo sentido também é apreciado sob várias dimensões. Há, inclusive, argumentos que julgam mais apropriado referir-se à recuperação de documentos e não à recuperação da informação e / ou ao sistema de recuperação de fatos.

A discussão que pauta o item – informação: a discussão conceitual prossegue... – pretende, paralelamente, alertar para a relevância de os cientistas da informação lidarem, com segurança e desenvoltura, com as polêmicas inerentes ao uso do termo informação, porquanto é ele essencial ao seu cotidiano. Como resultado esperado, os profissionais da informação em geral e os cientistas da informação, em particular, necessitam conhecer a função específica da informação, e, por conseguinte, da CI em relação à geração, coleta, organização, interpretação, e, também, ao armazenamento, à recuperação, à disseminação, à transformação e ao uso da informação de formas distintas das atividades para as quais outros profissionais são qualificados. Portanto, o conceito de informação dever estar bem definido.

Se para Capurro e Hjørland (2007), a teoria da informação proposta por Shannon transforma-se, desde os anos 50, em respeitado modelo conceitual para pesquisa em diversos campos, numa visão cognitiva, há alternativas. Por exemplo, Naomi J. Brookes e Nicholas J. Belkins, também incluídos em sua revisão de literatura “O conceito de Informação”, definem a informação como elemento relativamente específico da Ciência da Informação. Enquanto isto,

Karl E. Popper (1975) apresenta uma visão direcionada a três mundos singulares, mas interdependentes. São eles:

1. Mundo 1 – objetos ou estados físicos.
2. Mundo 2 – consciência ou estados físicos.
3. Mundo 3 – conteúdos intelectuais.

Neste último, Popper (1975) utiliza as palavras conhecimento e informação de forma intercambiável. Esse mundo tem sido comparado ao conceito de sinais na tradição semiótica de Charles Sanders Peirce (1995), filósofo, cientista e matemático norte-americano, cuja obra é marcante, sobretudo, para o campo da semiótica.

Indo além, Capurro e Hjørland (2007) admitem que Michael Keeble Buckland fez uso da palavra informação em relação a coisas, processos e conhecimento, o que acarreta duas consequências importantes. Primeiramente, reintroduz o conceito de documento e indica a natureza subjetiva da informação. Segundamente, acredita que qualquer coisa pode assumir o caráter informativo, e, assim sendo, a informação pode ser identificada, descrita e representada em sistemas de informação para diferentes domínios de conhecimento. O domínio está relacionado à hermenêutica, às abordagens semióticas e ao construtivismo social.

As considerações acerca da fragilidade da ou diversidade conceitual da informação, no mínimo, funciona como alerta para que, no bojo da CI, nos preocupemos com a identidade, os objetivos, o fortalecimento e a continuidade histórica da área. Urge que revisemos o conceito de informação nunca isoladamente, e, sim, em comparação com outras percepções e definições, propondo o avanço mais significativo da Ciência da Informação.

Tudo conduz à imperiosa necessidade de a informação ser considerada pelos cientistas da informação como reflexo inevitável da função social do sistema de informação (SI), em que a inclusão dos processos interpretativos é condição *sine qua non* nos processos de informação, na condição de tarefa interdisciplinar e multidisciplinar. Isso estimula a construção de redes, consideradas como processos de interpretação e que sendo de natureza científica, atuam como atividade auto-reflexiva, que demanda e exige o domínio de conceitos comuns, inclusive o de informação. E mais, os cientistas da informação tal como os cidadãos mais esclarecidos não podem relegar a nítida distinção entre informação e conhecimento, binômio este, no qual a primeira atua como matéria-prima do segundo elemento, reiterando as palavras:

[...] O conhecimento é um corpo sistemático de informações adquiridas e organizadas, que permite ao indivíduo compreender a natureza, de sorte que é através da compreensão que o ser humano transmuta informação em conhecimento. Este, por sua vez, ocupa dois planos básicos e não excludentes. Como a própria denominação sugere, o conhecimento pessoal é restrito ao indivíduo, enquanto o social ou público, no qual se insere o saber científico, está disponível à coletividade, registrando-se, ainda, o conhecimento semi-social, sem grande alcance coletivo (TARGINO, 1995, p. 2).

Para a autora supra, em qualquer circunstância e instância, a informação age como instrumento eficaz do processo desenvolvimentista de campos do conhecimento humano, nações e povos. Além do mais, aflora como elemento de unificação das relações interdisciplinares e transdisciplinares da própria CI.

3.1.5 Recuperação da informação e impactos dos recursos tecnológicos

Uma terceira visão acerca da luz fora da caverna de Platão refere-se à recuperação da informação. Em seus suportes tecnológicos, é ela fator primordial para apreensão de nosso objeto de estudo. O fato de tentar construir um desenho organizacional das relações do PJU-PB na rede nos possibilita organizar, classificar e recuperar as informações fluidas do Programa.

Robredo (2005) demonstra como a arquitetura dos registros documentais e o grau de detalhamento da representação e da organização de seus níveis de especificidade (ou facetas) determinam e propiciam a escolha mais adequada da arquitetura da armazenagem dos elementos informacionais. A nova fase da recuperação da informação incorpora metadados, nova visão da classificação e das facetas para alcançar os paradigmas dominantes, abordagens inovadoras de descrições, representações e codificações da informação registrada em tipos distintos de suporte, seja ele físico ou virtual. É esse autor quem discorre, também, sobre a evolução do processo de catalogação ou de descrição bibliográfica de um registro, mediante a incorporação de elementos descritivos às exigências ora vigentes face à evolução das demandas dos usuários, do mercado e da sociedade. Ao que parece, essa mudança nas exigências sociais e mercadológicas decorre de nova visão epistemológica da CI e do avanço das TIC, cuja discussão ocorre em duas vertentes:

1. Arquitetura dos registros de informação na entrada do sistema.
2. Arquitetura da informação armazenada nas bases de dados.

Nas palavras de Robredo (2005), é impossível ignorar a importância da velocidade com que as mudanças tecnológicas estão acontecendo na difusão da informação e no acesso aos conhecimentos gerados. Mesmo assim, as grandes revoluções das bibliotecas, dos arquivos, dos museus e dos meios de comunicação de massa (mcm) e difusão em geral mantêm normas e padrões essenciais a uma eficaz recuperação da informação, independentemente das tecnologias.

Para González de Gómez (2004a, 2004b), há certa homologia entre linguagem, TIC e os temas contemplados na Ciência da Informação, denominada, de modo genérico, de dispositivo de informação = configurações combinatórias de linguagem, tecnologia e informação. Instigados, sobretudo, pela acentuada expansão da imprensa no Ocidente, os saberes em torno dos sistemas sociais de comunicação continuam se alargando. Produzem, então, mais e mais reflexões e indagações responsáveis pelo incremento quase inimagináveis de massas documentais, presentes desde o século XX e acentuados, agora, século XXI.

Há visível alteração quanto às formas de inscrição, armazenagem e transmissão da produção social discursiva, por conta da passagem das tecnologias culturais e da reprodução veloz de tecnologias intelectuais. A autora insiste que, nas últimas décadas, a recuperação da informação vem acontecendo em duas etapas:

1. Dispositivo de representação que descreve, codifica, sumariza as fontes primárias de informação para facilitar a busca seletiva e a consequente localização efetiva.
2. A localização e disponibilização das fontes primárias escolhidas, com frequência, dão acesso aos *full texts*.

Aliás, aqui, relembremos que a recuperação da informação tem como traço central a ação planejada. Isso implica conhecimento, domínio dos parâmetros, obediência às diretrizes preestabelecidas, atenção às questões traduzidas em linguagem do sistema, que possui, sempre, estratégias de aferição dos resultados. Afinal, qualquer sistema de recuperação da informação objetiva o controle e o acesso planejado a fontes determinadas de informação visando ao seu uso e à sua transformação gnosiológica e comunicacional. Há, então, um trabalho em dois níveis de linguagem: a linguagem de informação preferencial ou metalinguagem; a linguagem formalizada do sistema ou sistêmica.

No que concerne à diferença entre as expressões – recuperação da informação e busca de informação – González de Gómez (1999, 2002, 2003, 2004a, 2004b) diferencia a recuperação da informação de busca de informação, posicionando a primeira como processo deslanchado

propositadamente pelos cidadãos com o fim explícito de mudar seu estado de conhecimento. Vale dizer que a recuperação da informação mantém o usuário e os processos heurísticos como centro do processo. Isto é, possui uma finalidade, adota estratégias não planejadas e procedimentos de interação, além de acompanhar o julgamento para mensurar sua relevância.

A autora fala, ainda, sobre as novas superfícies meta-informacionais e como novos dispositivos de recuperação da informação reestruturam novas práticas, mormente no espaço virtual ou, em especial, na internet. Amplia suas concepções, mediante a relação acentuada entre linguagem, comunicação e informação em duas linhas de indagação:

- 1) Linguagem como dimensão dos dispositivos de tratamento da informação, sob o ponto de vista de sua concepção e sob visão crítica de estudos filosóficos de Ludwig Wittgenstein (ênfase para as nuances da natureza humana) e do alemão Jürgen Habermas, representante máximo da Escola de Frankfurt, na esfera da teoria da comunicação social.
- 2) Linguagem como dimensão de práticas e ações de informação dos sujeitos e das organizações.

González de Gómez (2004a, 2004b) descreve o SI como significações compartilhadas num contexto organizacional, consistindo em estágio intermediário caracterizado como modelização da informação, diferentemente da modelagem de dados, recurso usado para descrever uma estrutura que se presta ao acesso e à armazenagem de dados em meio digital. Observa, também, que a comunicação mediada pelo SI deveria estar sujeita às condições do uso local da linguagem de cunho organizacional numa modelagem informacional. Em sua visão, o SI é uma instituição social, cujo significado das mensagens produzidas em seu interior não pode ser separado das ações humanas que produzem mensagens. Logo, deve ser concebido como instrumento linguístico de comunicação, que consiste em diferentes grupos de pessoas se interagindo via linguagem formal.

González de Gómez (2004a, 2004b) evoca Márcia J. Bates (e as fontes consultadas por ela) para explicar o modelo em cascata (qualquer componente de recuperação inserido num recurso eletrônico de informação) de recuperação da informação. Os estratos ou *layers* – que indicam a centralidade do usuário e da informação – de um componente de recuperação interagem entre si de maneira sinérgica, neutra ou conflituosa. Os estratos / *layers* dividem-se em quatro zonas, a saber: (1) infraestrutura técnica; (2) conteúdo / informação; (3) tratamento da

informação e construção de interface; (4) usuário e práticas de busca de informação. A autora ressalta o fato de que toda e qualquer ação de informação, que constrói um valor de informação, age a partir de um hábito ou memória de ações de informação que a precede. Esta memorização pode acontecer de modo tácito ou intencional, de modo institucionalizado ou informal, e se fixa e reproduz num plexo de instrumentos e meios disponibilizados pelo ambiente cultural.

Diante de suas colocações, González de Gómez (2004a, p. 62) conceitua informação como aquilo que constitui uma ação de informação:

Informação para algo e para alguém se constitui em possibilidades de sentido que sempre sobrepassam aquele que foi intencionalizado em sua constituição e fica entrançada nos estratos anônimos e opacos de caráter tecno-materiais que lhe outorgam durabilidade e atualizam as condições de sua comunicação e translação. As práticas e atividades sociais de informação são combinações híbridas de ações polimórficas e mimeomórficas que requerem ser olhadas em todas as suas dimensões e estratos para serem entendidas, modificadas, facilitadas.

González de Gómez (2004a, 2004b) parte do conceito de comunidade em geral, da comunidade científica e / ou de investigadores, em particular, para explicar as práticas de informação na ciência e construir as relações pertinentes. Acredita que, no cenário atual, organizar a produção contemporânea de conhecimentos científicos assume a complexidade de um sério problema frente às estruturas transdisciplinares de compartilhamento de conhecimentos. Diante de suas convicções, apresenta grupo como um conjunto de indivíduos

[...] reunidos por um projeto ou programa de ação que partilham objetivos comuns e que, ao mesmo tempo em que compartilham e constroem práticas, experiências e espaços sociais, partilham e constroem uma teia de significados expressa em inscrições e textos documentários. Suas características são: diferentes corpos de conhecimento, os membros utilizam-se de diferentes abordagens, desempenham papéis diferentes, trabalham em um problema comum, a natureza do problema determina a seleção dos participantes do grupo, os membros são influenciados uns pelos outros (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2004a, p. 59).

Tudo isso leva a crer que a recuperação da informação, na contemporaneidade, assume a feição de uma prática grupal, em que as relações mediadas pelas TIC facilitam as buscas, da mesma forma como a comunicação mediada por computador (CMC) também o faz.

3.1.6 Conhecimento: mais discussão conceitual...

Ainda que não constitua o cerne de nossa dissertação, uma última visão, neste

entrelaçamento dos fios, é considerada importante para clarear as sombras de nossos questionamentos de pesquisa: a discussão em torno do conceito de conhecimento em confronto com o termo informação. Levamos em conta que as redes de comunicação têm sido incorporadas, de forma irreversível, ao cotidiano humano. São elas as responsáveis pelo fluxo informacional intenso na sociedade e pela geração contínua de conhecimentos que integram o cotidiano dos cidadãos. Essa nova forma de comunicar traz estratégias inovadoras de informar e de aprofundar saberes, o que demanda análises mais críticas a respeito do fluxo de informação e da GC inseridos na realidade atual.

Tal como se dá em torno da CI e da expressão informação, também aqui há definições diversificadas sobre o termo conhecimento no âmbito das mais diversas ciências. Definições pragmáticas, como a de Senge (1990), o apresenta como capacidade ou capacidades para ações efetivas. Outras concepções filosóficas, a exemplo da apregoada por Platão, um dos primeiros pensadores a se expressar sobre o conhecimento, são mais complexas e completas. No diálogo Teeteto, descrito por Platão (2005), o mestre Sócrates concebe o conhecimento como opinião de cunho verdadeiro e que se faz acompanhar de explicação racional. Na mesma vertente de pensamento, Platão acredita que, ao se traçar uma justificativa resultante de princípios consolidados para reforçar opiniões manifestas, há grande chance de torná-las verossímeis. Impossível manter pontos de vista incertos sobre o que sentimos ou percebemos sensorialmente. A razão é capaz de referir-se à essência e às sensações. Em oposição, os conceitos fundamentados apenas em sensações não podem atingir a magnitude do conhecimento.

As sensações são apegadas à matéria, ao passo que a razão se desliga do material e se atrela ao essencial, ou seja, com aquilo de fundamental que existe no objeto em pauta. Por isto, segundo Platão, no diálogo entre Teeteto e Sócrates, é possível afirmar que um parecer seguido de esclarecimento lógico e coerente é compatível ao delineamento do conhecimento. Para ele, mais do que uma opinião verdadeira acompanhada de explicação abalizada, conhecer se resume na ideia de recordar-se, tornando o conhecimento uma forma de rememorar ideias que sempre estiveram dentro de nós desde o dia em que nascemos e que estão em consonância com a veracidade universal, absoluta ou relativa.

A definição filosófica discutida abarca o entendimento de que o conhecimento é um elemento do ser cognitivo: inexistente conhecimento sem a pessoa que o detém. Como antes prescrito, ao discutirmos o pensamento de Platão e visando à sua consolidação, transcrevemos a fala de Gaarder (1995, p. 101), para quem “Sobre as coisas do mundo dos sentidos, coisas tangíveis, portanto, não podemos ter senão opiniões incertas”, porquanto é utópico e inviável manter conhecimentos consolidados quando não estão eles sustentados pelo raciocínio. Da

mesma forma, é importante analisar o conceito de conhecimento útil, ou seja, aquele que possui capacidade de adaptação, aprendizagem e inovação, defendido por Mokyr (2002). Abrange dois elementos. O primeiro, de caráter proposicional, incorpora crenças a respeito dos fenômenos de regularidade do mundo natural. O segundo é o conhecimento instrucional ou prescritivo relativo às técnicas de aprendizagem.

Na Ciência da Informação, em especial, uma das concepções de maior aceitação é proposta por Nonaka e Takeuchi (1997). Trata de dois tipos de conhecimento: o tácito e o explícito. No primeiro caso, estamos diante do conhecimento pessoal, individual e difícil de ser codificado ou expresso em palavras. É o conhecimento prático e decorrente de experiências vivenciadas por cada cidadão. O conhecimento explícito ou conhecimento objetivo é simples de ser codificado e anunciado em palavras ou sob outros formatos. O diagrama de conhecimento tácito / explícito desses autores, chamado de espiral do conhecimento, à época, pretendia entender com mais propriedade a GC no âmbito das empresas (**Figura 3**). Os autores apresentam, na referida espiral, quatro formas de conversões:

1. Socialização – transmissão imediata do conhecimento tácito de um indivíduo para outro, num processo de interação pessoal.
2. Externalização – ação mais formal no sentido de externar o conhecimento num padrão comum de modelo mental entre emissor e receptor.
3. Combinação – disseminação e sistematização do conhecimento explícito. Pode ser conjugado e / ou comparado com outros conhecimentos explícitos, além de disseminado em grande escala.
4. Internalização – retorno do conhecimento explícito para o tácito, ou seja, apropriação do conhecimento explícito por um indivíduo e seu enquadramento nos modelos mentais particulares do indivíduo.

Figura 3 – Representação dos tipos de conhecimento ou espiral do conhecimento



Fonte: NONAKA; TAKEUCHI, 1997 ou URL <http://www.sgbc.org.br>, 2012.

A compreensão da **Figura 3** exige a apreensão da diferença entre os três elementos: dado, informação e conhecimento:

Dado é proposto como a entidade elementar e essencial da comunicação: um dado é algo físico, que pode ser isolado e medido, e que, por si só, não faz sentido. O dado é independente do ser cognitivo. A informação é percebida como coleção ordenada de dados que faz potencialmente sentido para um ser cognitivo, mas que permanece algo físico e independente do ser que poderá captá-la e interpretá-la. O conhecimento pode depois ser definido como “crença verdadeira justificada”, “capacidade para ação reflexiva”, etc. O importante é [...] o reconhecimento da existência dos fenômenos de percepção, assimilação e enquadramento da informação dentro de um modelo mental, para que, de repente, se torne parte da cognição do indivíduo (CASSAPO, 2008, p. 4).

Peirce (1995) trabalha os conceitos acima com conceituações inovadoras. Recorre à tríade *percipuum*, percepto e julgamento de percepção para esclarecer que qualquer percepção pode ser fonte de aquisição de novos saberes, a partir das coisas do mundo. Cassapo (2008, p. 7) decifra, de forma bastante simples, tais concepções:

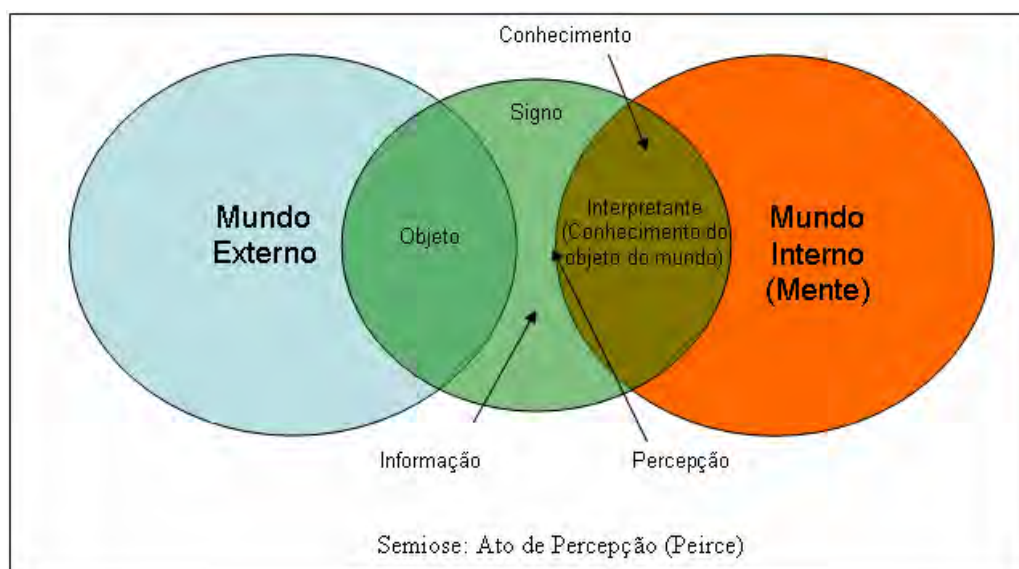
O percepto refere-se àquilo que foi comumente designado como estímulo nas teorias comportamentais e biológicas – o que se apresenta para ser percebido e bate nos nossos sentidos. O *percipuum* refere-se ao modo como o “percepto” é percebido, filtrado e distorcido pelos sentidos, adquirindo, no momento mesmo da sua formação, características próprias ao sistema sensorial do receptor. O julgamento de percepção refere-se ao modo como o *percipuum* é imediatamente acolhido e absorvido nos modelos mentais interpretativos do receptor, influenciando e modificando a natureza destes modelos.

Indo mais adiante, acrescentamos que a semiose ou a noção de percepção de Peirce (1995, p. 9), em que

[...] um signo tem a intenção de representar um objeto é, de certa forma, a causa ou determinante, até mesmo se o signo represente falsamente o objeto. Entretanto, dizer que ele representa seu objeto implica que ele afete uma mente de tal modo que, de certa maneira, determine, naquela mente, algo que é imediatamente próprio ao objeto. Essa determinação da qual a causa imediata ou determinante é o signo e da qual a causa mediada é o objeto pode ser chamada de interpretante.

Ademais, é possível aprofundar a ideia de Peirce mediante a interpretação da **Figura 4**.

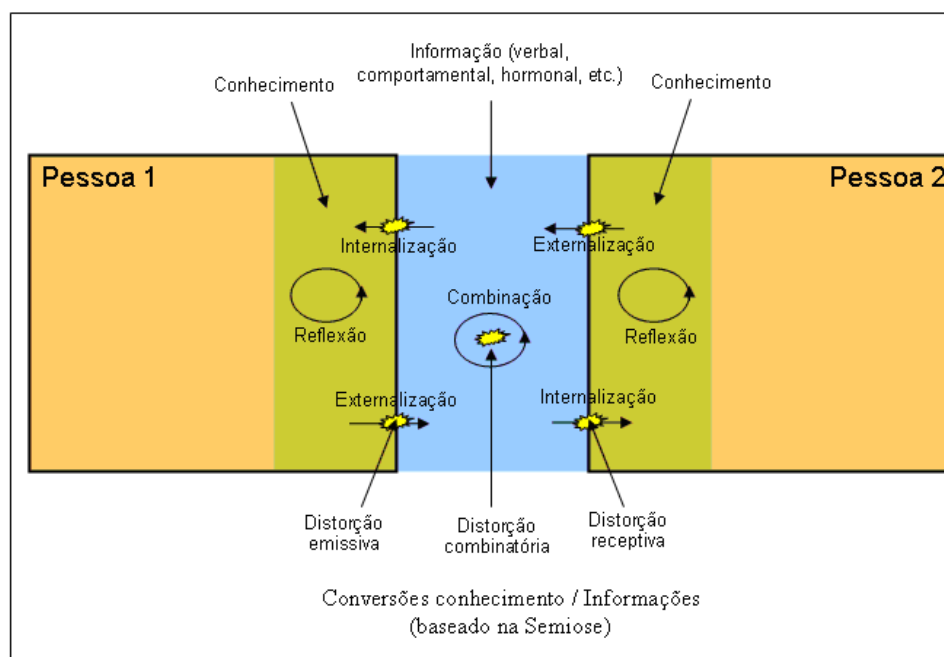
Figura 4 – Semiose: ato de percepção de Peirce



Fonte: CASSAPO, 2008 ou URL <http://www.sgbc.org.br>, 2012.

Dotado desta visão do ato de percepção, Cassapo (2008) propõe “uma economia” dos termos tácito e explícito. Considera o conhecimento como tácito por essência = conhecimento como fato do ser cognitivo. Para ele, uma vez explicitado, o conhecimento deixa de ser conhecimento e passa à condição de informação, que precisa ser percebida e enquadrada num outro modelo mental (outra mente) para se tornar, de novo, conhecimento. O autor ilustra a seguir um modelo (**Figura 5**) de conversão informação / conhecimento baseado na visão peirciana da percepção.

Figura 5 – Conversão conhecimento / informação baseada na semiose de Peirce



Fonte: CASSAPO, 2008 ou URL <http://www.sgbc.org.br>, 2012.

Para Cassapo (2008), o modelo constante da **Figura 5** possui quatro processos básicos:

1. A reflexão como ato da formação de um novo elemento de conhecimento por combinação dos elementos já presentes em determinado modelo mental (determinadamente).
2. A externalização como ato de transformação consciente ou inconsciente de conhecimento em informação. A informação é material e se torna independente da mente que a emitiu, qualquer que seja seu caráter: verbal, comportamental, hormonal, etc. No momento da externalização, uma distorção emissiva é necessariamente gerada, face à dualidade ontológica conhecimento / informação.
3. A internalização como fato da percepção da informação (dos signos) e de seu enquadramento em certo modelo mental, interferindo na natureza deste modelo. A influência do modelo mental na percepção e as próprias características do aparato perceptivo constituem distorção receptiva.
4. A combinação como fenômeno físico de mixagem das informações num ambiente, de forma completamente independente das mentes. Por exemplo, tipicamente, se duas

peessoas falam ao mesmo tempo, assistimos a uma combinação que pode gerar distorção. Trata-se da chamada distorção combinatória.

Devidamente esclarecidas as definições, filosóficas ou não, inerentes ao conhecimento, podemos explorar a organização e a representação do conhecimento ou O.R.C. Na visão de Barbosa (2008), informação e conhecimento têm conquistado, gradativamente, maior valorização nas organizações contemporâneas, o que desperta a atenção crescente de gestores, profissionais e pesquisadores no concernente ao emprego das TIC na gestão da informação (GI) e na GC. Isto faz com que autores, como Drucker (1969) acredite que, em termos de economia, nos dias de hoje, o conhecimento constitui o custo mais elevado das organizações, haja vista que é o principal investimento e, por conseguinte, o principal produto da economia avançada e, ainda, o meio de vida de significativa parcela das coletividades.

Em decorrência de seu significado econômico e de sua valoração social, ainda para Barbosa (2008), os investimentos em TIC nas empresas e instituições em geral vêm sendo altos. Isto desperta constantes controvérsias com vistas a aperfeiçoar tanto a GI como a GC. Em suas origens, a GI consta de trabalhos desenvolvidos por Paul Otlet, publicados ainda em 1934, como sinônimo de organização da documentação, o que justifica o fato de a GI estar mais consolidada do que a gestão do conhecimento

O legado de Otlet é extremamente importante. Ele investe no domínio dos repertórios. De início, a criação do Repertório Bibliográfico Universal, registro e elaboração de referências de documentos impressos desde o século XV. Depois, o Repositório Iconográfico Universal e o Repositório de Dossiês Enciclopédicos, além da Enciclopédia Documentária. Esta última se aproxima do que, nos dias de hoje, chamamos de bibliotecas digitais: além dos metadados referenciais, favorece, à época, o acesso à informação na íntegra.

Para Ferreira e Targino (2012), os projetos de Otlet possuem como meta central a centralização dos conhecimentos produzidos em escala mundial. Para tanto, constrói um palácio do conhecimento e da memória, de início, nomeado *Palais Mondial*, e, posteriormente, *Mundaneum*. Paul Otlet vê no *Mundaneum* a oportunidade de coletar tudo até então publicado, em âmbito universal. No entanto, se, na atualidade, a tendência é a informação largamente distribuída, é possível comparar a iniciativa de Otlet com a *web*, pois ambas as iniciativas visam reunir toda informação produzida num mesmo lugar para acesso a todos os interessados.

Prosseguindo a discorrer sobre a evolução da GI, Barbosa (2008) e Ferreira e Targino (2012) fazem menção às obras de Frederick Hayer e, sobretudo, de Vannevar Bush. A máquina proposta por este último, em 1945, denominada memex (*memory extender*), se contrapõe às

invenções humanas voltadas somente para a amplificação do poderio físico das pessoas e, de forma similar, se opõe à rigidez dos sistemas de informação organizados, à época, linearmente e de forma hierárquica. São catálogos percorridos por ordem alfabética, numérica ou por classes e subclasses, de forma não natural ao cérebro humano. Para o próprio Bush, o memex consiste em dispositivo, onde o homem pode armazenar livros, registros e comunicações, sobretudo, porque é ele mecanizado com vistas a favorecer consultas em tempo ágil e de forma flexível. Sob esta perspectiva, Ferreira e Targino (2012) o percebem como suplemento pessoal capaz de ampliar a memória dos indivíduos.

É interessante remarcar que o memex contempla vínculos entre as informações (chamados trilhas), e, portanto, permite leitura não linear e / ou por associação. É algo como os *links* da atualidade ou como referências cruzadas entre quadros de microfilmes. Cada item de informação poderia ser ligado por diversos caminhos, favorecendo a cada um percorrer o caminho que lhe parece mais interessante, além de poder gerar *links* próprios para enviá-lo a outros caminhos preexistentes. Isto permite afirmar que o memex é a primeira inspiração para o atual hipertexto.

Quanto à gestão do conhecimento, artigo da *Public Administration Review*, de autoria de Nicholas Henry, ano 1974, a define como “[...] políticas públicas para a produção, disseminação, acessibilidade e uso da informação na formulação de políticas públicas” (p. 189). Nessa época, Henry já se preocupa com o que chama de disfunções informacionais. A primeira delas, segundo Barbosa (2008) refere-se ao número exorbitante de dados, o que, com frequência, acarreta ruídos no processo decisório. A segunda disfunção diz respeito às próprias tecnologias, em especial, os sistemas de armazenamento e recuperação da informação baseados em computador, projetados, quase sempre, para maximizar o “[...] conhecimento dos decisores e minimizar dados, os quais apenas turvam o foco e dispersa o impacto da formulação e o resultado das políticas públicas” (HENRY, 1974, p. 191).

Outro trabalho relevante para a discussão da GC é empreendido por Berry e Cook (1976). O próprio título *Managing knowledge as a corporate resource* reflete as preocupações atuais com a relevância do conhecimento. Sob este prisma, os autores não dissertam sobre dados e informações, mas, sim, enfatizam o conhecimento como recurso fundamental às empresas. Assim, em que pesem quaisquer controvérsias, a GI mantém conceitos consensuais, como o delineado por Prusak (2001, p. 1002), para quem a gestão do conhecimento compreende a conjunção “[...] ideias novas e tradicionais e constitui uma resposta concreta à globalização, à disseminação dos computadores e à visão da empresa com base no conhecimento”. Além disto, pelos exemplos antes citados, alusivos ao desempenho de Paul Otlet e Vannevar Bush, é

indiscutível que tanto a GI como a GC surgem de contribuições de pensadores, verdadeiros pioneiros, cujos feitos datam de fases anteriores à introdução e à expansão dos computadores e da recente explosão informacional.

Dentre os autores contemporâneos que investem na GC está Thomas Davenport (1997), para quem, investir em inovações tecnológicas por si só não é suficiente para a garantia de uma administração informacional eficiente. Os administradores precisam primar por uma perspectiva holística e integrada da informação. É ele quem desenvolve um “modelo ecológico” para o gerenciamento das informações, no qual o ambiente informacional ganha destaque. Esse ambiente é constituído pelos seguintes elementos:

1. Estratégia da informação – deriva do que a empresa organizacional deseja fazer com a informação.
2. Política (ou sistema político) da informação.
3. Cultura e comportamento frente à informação.
4. Equipe de informação.
5. Processos de administração informacional.
6. Arquitetura da informação – guia / roteiro para estruturar e localizar a informação no contexto da organização.

Mesmo assim, não podemos suprimir o fato de que, entre os acadêmicos e pesquisadores, há muitas e, às vezes, contraditórias visões a respeito da informação e do conhecimento, o que incrementa as eternas discussões a respeito da possibilidades de seu gerenciamento nos contextos organizacionais. E mais, para muitos autores, o conhecimento, na melhor das hipóteses, pode ser gerenciado apenas por seu detentor. Para outros, pode, sim, ser gerenciado, ainda que indiretamente, graças ao controle das condições que cercam sua produção e seu uso.

Há, por exemplo, divergências conceituais analisadas por Davenport e Cronin (2000), que identificam três visões distintas acerca da gestão do conhecimento:

A primeira, denominada por eles de GC1 tem suas bases na biblioteconomia e na Ciência da Informação. Aqui, a gestão do conhecimento é vista por muitos simplesmente como um produto velho em nova embalagem. Ou seja, a gestão do conhecimento não passa de gestão da informação com outro nome. A GC2 identifica a gestão do conhecimento com a gestão do *know-how* [...] Essa perspectiva, fortemente orientada para sistemas, enfatiza a extração e o descobrimento do valor contido em repositórios de dados e de informação por meio de técnicas sofisticadas, tais como *data mining* e *data warehouse*. A propósito da perspectiva de sistemas da gestão do conhecimento, deve-se salientar que, no campo da inteligência artificial, os sistemas especialistas são também conhecidos como sistemas baseados em conhecimento (*knowledge based systems*). Nesse contexto, os conceitos de representação do conhecimento, engenharia do conhecimento, bases de conhecimento, são bem estabelecidos. Por último, a GC3 tem seus fundamentos na teoria organizacional e considera o conhecimento como fator capaz de proporcionar a adaptação da empresa ao seu ambiente externo. Aqui, o aspecto central da GC é o relacionamento entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito. Neste caso, o que é gerenciado não é o conhecimento em si, e sim o contexto no qual ele se manifesta (BARBOSA, 2008, p.10).

Finalizando, acrescentamos que a produção intelectual relativa à GI e GC resulta do esforço empreendido em diversos campos e por diferentes expertos. Dentre as áreas, citamos administração e ciência da computação. Além disto, administrar ou gerenciar conhecimento não implica exercer controle direto sobre o repertório cognitivos dos indivíduos. Significa, sim,

[...] o planejamento e controle do contexto; enfim, das situações nas quais esse conhecimento possa ser produzido, registrado, organizado, compartilhado, disseminado e utilizado de forma a possibilitar melhores decisões, melhor acompanhamento de eventos e tendências externas e uma contínua adaptação da empresa a condições sempre mutáveis e desafiadoras do ambiente onde a organização atua (BARBOSA, 2008, p. 11).

Com esta transcrição, encerramos este capítulo, reiterando que seu conteúdo é vital como fundamentação para nosso tema. O planejamento via proposta de desenho organizacional em voga nos possibilitará o gerenciamento do conhecimento disponibilizado pelas relações nas redes sociais que envolvem o PJU-PB. Trabalhar com o ProJovem Urbano no Estado da Paraíba e com a gestão das informações e dos conhecimentos gerados na esfera do Programa constitui desafio frente à sua composição de rede. Além do mais, nossas colocações se assemelham, em nossa percepção, a um olhar inerente a quem sai da caverna e admira à luz do sol novas possibilidades de estudo da problemática.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS (INFORMACIONAIS) NO CONTEXTO EDUCACIONAL DO PROJÓVEM URBANO

“Diga-me e eu vou esquecer. Mostre-me e eu posso não lembrar. Envolve-me e eu vou entender” (Provérbio indígena dos nativos americanos).

Este quarto capítulo faz jus à nossa área de concentração da pesquisa – Ética, Gestão e Políticas de Informação, em se tratando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI-UFPB). Como antevisto na introdução, discutimos, aqui, o PJU como política pública de juventude e de caráter educacional em sua condição de gestão em rede, além da apresentação das políticas informacionais nele inseridas.

Além do entendimento sobre a concepção de políticas públicas é preciso conhecer sua categorização: políticas voltadas à juventude, à educação e de cunho informacional. Afora isso, como inevitável, o capítulo apresenta singularidades do PJU-PB em relação a conceitos que permeiam o Programa em termos genéricos e reúne entendimentos de participantes diretamente envolvidos com o Programa na PB.

4.1 ProJovem Urbano: marcas de sua existência

Com a perspectiva de investir numa política nacional integrada, com ações e programas voltados para a formação integral do jovem brasileiro, rememoramos que o Governo Federal, ainda no Governo Luís Ignácio Lula da Silva, lança, em 2005, a Política Nacional de Juventude apostando numa dupla vertente: criar condições essenciais para romper o ciclo de reprodução das desigualdades; e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro da nação. Para tanto, investe na criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, e, sobretudo, no Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, denominado comumente de ProJovem.

A iniciativa de um programa integrado com resultados considerados promissores leva à constituição do Grupo de Trabalho (GT) Juventude, ano 2007, com representantes da Secretaria-Geral (SG) da Presidência da República (PR), da Casa Civil e dos seguintes ministérios: Ministério da Educação (MEC), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Cultura (MinC), Ministério do Esporte e Ministério do Planejamento. A este respeito, segundo informações do Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano, os resultados do GT Juventude sinalizam, à época, caminhos para a realização da proposta da Presidência no sentido de

[...] promover um programa amplo e diversificado de inclusão social dos jovens brasileiros, lançando o ProJovem Integrado, que se articula por duas noções básicas: a) oportunidades para todos; b) direitos universalmente assegurados. Em conjunto, essas noções propiciam que o jovem se torne protagonista de sua inclusão social, na perspectiva da cidadania (BRASIL, Presidência da República, PPI, 2008, p.8).

Em termos genéricos, o ProJovem Integrado compreende quatro modalidades:

1. ProJovem Adolescente.
2. ProJovem Urbano.
3. ProJovem Campo.
4. ProJovem Trabalhador.

O PJU, essência desta dissertação, visa elevar o grau de escolaridade dos jovens entre 18 e 29 anos que estejam fora da escola, com o intuito de lhes favorecer formação e exercício pleno da cidadania. Para tanto, com duração de 18 meses, investe na conclusão do ensino fundamental, em cursos de iniciação / qualificação profissional, no conhecimento básico de informática e no desenvolvimento de experiências de participação cidadã, além de auxílio de R\$ 100,00 por mês. Como decorrência, caracteriza-se por apresentar propostas inovadoras de:

1. Gestão intersetorial, compartilhada por quatro ministérios e propostas de implantação, em regime de cooperação, com Estados, municípios envolvidos, além do DF.
2. Projeto Pedagógico Integrado, o citado PPI, que representa novo paradigma educacional.
3. Materiais pedagógicos produzidos especialmente para atender as características do Programa.

Segundo a fonte do próprio ProJovem Urbano (2008a), o Programa, concebido como intervenção de caráter emergencial, assume caráter experimental ao basear-se em novos paradigmas de articulação entre ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária

visando à formação integral do jovem, considerado como protagonista de sua formação. É o chamado currículo integrado, que propõe aliar teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa do trabalho e da prática cidadã. Essa modalidade de currículo promove situações pedagógicas com vistas à solidificação do protagonismo juvenil, o que pressupõe criar estruturas, tempos e espaços de aprendizagem para viabilizar ações capazes de concretizar experiências fundamentais ao processo de inclusão pretendido, trabalhando, sobretudo, a realidade contextual dos jovens:

[O ProJovem Urbano] situa-se na linha do que se chama “narrativa como técnica de ensino e aprendizagem”, cuja finalidade principal é promover o crescimento pessoal do aluno e sua visão crítica da realidade em que vive e da formação profissional que lhe foi oferecida no curso (BRASIL, Presidência da República, PPI, 2008, p. 8.).

O PJU parte do princípio de que o sujeito aprende quando organiza os conhecimentos de forma própria, relacionando as novidades com seu conhecimento prévio. É o ideal da educação preconizado exaustivamente por Paulo Freire (1991), em que o aprendiz é o sujeito de sua própria história. No caso, as dimensões curriculares são assim concebidas:

A formação básica deverá garantir as aprendizagens que correspondem às Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e a certificação correspondente e, ao mesmo tempo, fundamentar a qualificação profissional e a participação cidadã.

A qualificação profissional inicial deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais, quanto às vocações dos jovens.

A participação cidadã deverá garantir aprendizagens sobre direitos sociais, promover o desenvolvimento de uma ação comunitária e a formação de valores solidários. (BRASIL. Presidência da República, PPI, 2005, p. 4).

Vemos, pois, que o currículo do PJU organiza-se como uma rede resultante do cruzamento de eixos estruturantes com os conteúdos curriculares definidos com base nas características do público potencial, nos objetivos e nas diretrizes definidos para o curso. Cada eixo interage com cada componente curricular, de modo que, mesmo mantendo-se o ponto de vista específico de cada campo de conhecimento, eixos e conteúdos tratam de tópicos comuns. Indo mais além, acrescentamos que a matriz curricular do PJU estrutura-se, de início, em eixos curriculares que se classificam em: juventude e cultura; juventude e cidade, juventude e trabalho, juventude e comunicação; juventude e tecnologia; juventude e cidadania. Depois, vêm os

conteúdos sobre ciências humanas, inglês, língua portuguesa, matemática, ciências da natureza e qualificação profissional.

O Projeto de Orientação Profissional (POP), por seu turno, demanda um olhar interdisciplinar que permite a conjunção do trinômio mencionado – qualificação profissional, formação básica e participação cidadã. Consiste em reflexão continuada sobre atividades curriculares: aprendizagens práticas e sociais, vivências, organização de conteúdos dentro da expectativa teoria x prática. Além disso, outro instrumento de integração do currículo do PJU é constituído pelo Plano de Ação Comunitária (PLA), elaborado, desenvolvido, avaliado e sistematizado ao longo do curso, no componente curricular participação cidadã.

Tem como referência a ideia de que participar e exercer cidadania são ações que se aprendem fazendo. Inicia-se pela construção de um mapa de desafios da comunidade, que exige o conhecimento da cidade, especialmente da realidade social (ou local) em que os jovens estão inseridos, para o que são usados conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes do currículo, quer os de formação básica, quer os de qualificação profissional e de participação cidadã (BRASIL. Presidência da República, PPI, 2005, p. 10)

Segundo o PPI, o PLA requer experiência de trabalho cooperativo e responsabilidade solidária com o grupo, elementos essenciais para a formação de qualquer jovem interessado em motivar mudanças sociais no contexto de sua coletividade. Por toda essa amplitude e também face ao caráter nacional do Programa e do imperativo de prestar contas dos recursos públicos investidos, o sistema de avaliação do PJU combina avaliação formativa processual com avaliação externa.

A avaliação externa se refere à aplicação de exames de capacidades básicas relacionadas com os conteúdos do ensino fundamental. Apesar de externos, os exames se diferenciam em suas funções. O exame diagnóstico, aplicado no início do Programa, em até 30 a 40 dias do início das aulas, como a própria denominação já indica, mantém a função de conhecer o *status quo* dos envolvidos nos processo em fase inicial. Os exames interciclos, efetivados no decorrer do processo, combinam as funções somativa e diagnóstica. O exame final, ao término do curso, possui a função somativa, visando à certificação, isto significa que é condição precípua para o aluno habilitar-se à validação do ensino fundamental concluído.

Ainda sobre as avaliações externas, estão elas sob encargo da CN do ProJovem Urbano, por meio do Sistema de Monitoramento e Avaliação ou SMA, que congrega nove universidades federais, sem interferência das coordenações locais do Programa, sejam municipais ou estaduais. Com parâmetros nacionais válidos para todos os envolvidos, os exames são redigidos por especialistas dessas instituições de ensino superior (IES) e suas datas de aplicação seguem

calendário nacional previamente encaminhado às coordenações locais. Eis a relação das universidades com suas respectivas regionais:

Quadro 2 – Síntese do Sistema de Monitoramento e Avaliação

SIGLA IES	IES	REGIONAIS	
		ESTADO	Sigla
UFAM	Universidade Federal do Amazonas	Amazonas	AM
		Acre	AC
		Roraima	RR
		Rondônia	RO
UFC	Universidade Federal do Ceará	Ceará	CE
		Piauí	PI
		Maranhão	MA
UFPA	Universidade Federal do Paraná	Pará	PA
		Amapá	AP
UFBA	Universidade Federal da Bahia	Bahia	BA
		Alagoas	AL
		Sergipe	SE
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	Pernambuco	PE
		Rio Grande do Norte	RN
		Paraíba	PB
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	Minas Gerais	MG
		Espírito Santo	ES
		Goiás	GO
		Mato Grosso	MT
		Mato Grosso do Sul	MS
		Distrito Federal	DF
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	RJ
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	São Paulo	SP
UFPR	Universidade Federal do Paraná	Paraná	PR
		Rio Grande do Sul	RS
		Santa Catarina	SC

Fonte: Produção da autora, 2012.

Acerca de sua estruturação, os exames externos constam dos exames nacionais externos de ciclo e exame final nacional externo. Os exames nacionais externos de ciclo são aplicados em dois momentos durante o desenvolvimento pedagógico do Programa. O primeiro exame nacional de ciclo é aplicado ao final do CICLO I (sexto mês do curso) e o segundo, ao final do CICLO II (décimo segundo mês do curso). Não são obrigatórios para efeitos de certificação, mas o número de alunos aptos, que deles participa, determina o repasse de recursos às coordenações municipais e estaduais e prevêem como obrigatório o cadastramento prévio dos alunos, no período indicado no calendário nacional de avaliação enviado pela CN. Enquanto isto, o exame final nacional externo, aplicado ao final dos 18 meses do curso, é de cunho obrigatório para efeitos de certificação do aluno para o fundamental, como antes mencionado.

A compreensão mais aprofundada da dinâmica do PJU e da própria Política Nacional de Juventude brasileira requer conhecimento sobre políticas públicas, em particular, as de juventude e as de natureza educacional e informacional. Isto porque entender a origem e a ontologia de uma área do conhecimento é relevante para apreensão de seus desdobramentos, sua trajetória e suas perspectivas.

A este respeito, segundo Souza (2006), a política pública, como área de conhecimento e disciplina acadêmica emerge nos Estados Unidos da América (EUA). Rompe a tradição europeia de estudos e pesquisas na área, uma vez que esta se concentra mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos.

Na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o Governo –, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006, p. 20).

O pressuposto analítico que, de início, define os estudos sobre políticas públicas é o de que, em Estados democráticos, as ações governamentais são passíveis de formulações científicas mediante o envolvimento de pesquisadores independentes e autônomos. Complementando, Fernandes (2007) acentua que a disciplina – políticas públicas – nasce, inevitavelmente, como subárea da ciência política. Representa o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro prioriza o estudo de instituições, vistas como fundamentais para limitar o poder dos governantes. O segundo caminho segue a tradição de Paine e Tocqueville, para quem a virtude cívica com o intuito de promover administrações dignas reside em organizações locais. O terceiro caminho é exatamente o das políticas públicas em busca de entender como e porque os governos optam por certas ações.

Na visão de Melo (2006), no contexto governamental, a inserção das políticas públicas por Robert McNamara, nos EUA, resulta dos impactos da chamada Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências. É quando ocorre a instalação, no ano de 1948, da *RAND Corporation*, organismo não governamental financiado com dinheiro público e citado até hoje como o precursor dos *think tanks* ou usinas de ideias produtoras de pesquisas e análises para a consecução de decisões sobre questões de política pública. Esse grupo de matemáticos, cientistas políticos, analistas de sistema, engenheiros, sociólogos e outros expertos, influenciados pela teoria dos jogos (ramo da matemática aplicada e que alcança

projeção por conta da atuação de John von Neumann e Oskar Morgenstern) acredita que uma guerra pode ser conduzida como qualquer jogo racional.

Essa proposta de aplicação de métodos científicos às decisões do Governo sobre problemas públicos se expande para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social. Na opinião de Fernandes (2007), em referencial teórico exaustivo e fundamentado em outros estudiosos, as políticas públicas contam com quatro "pais": H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. O primeiro introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico / acadêmico com a produção empírica dos governos e de estabelecer diálogo profícuo entre cientistas sociais, grupos de interesse e Governo. Simon, por sua vez, dá ênfase ao conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando que tal entrave pode ser minimizado por meio do uso do conhecimento racional:

[...] a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, etc. Mas a racionalidade pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios (FERNANDES, 2007, p. 9).

O terceiro “pai” das políticas públicas, Lindblom (1979), questiona o racionalismo de seus predecessores, Laswell e Simon. Propõe a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como relações de poder e integração entre as diferentes fases do processo decisório, sem manter um fim ou um princípio determinado. Daí porque as políticas públicas precisariam incorporar novos elementos à sua formulação e à sua análise, além das questões de racionalidade: o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse. Por fim, D. Easton contribui para a área, ao definir política pública como sistema, que compreende relação entre formulação, resultados e ambiente. Para ele, políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, elementos estes que influenciam seus resultados e efeitos.

4.2.1 O que são políticas públicas?

Diante dos comentários até então expostos, resta-nos perguntar e responder à questão: “O que são políticas públicas?” Apesar da impossibilidade de esgotar o assunto, até porque não

constitui a essência de nossa dissertação, é evidente que não há uma só resposta. Por exemplo, para Mead (1995, p. 21) políticas públicas constituem “[...] um campo dentro do estudo da política que analisa o Governo à luz de grandes questões públicas”, enquanto para Lynn (1980, p. 8), formam “[...] um conjunto de ações do Governo que irão produzir efeitos específicos”. Minogue (1988, p. 10) segue o mesmo pensamento e visualiza política pública como a “[...] soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Souza (2003, p. 21) sintetiza com poucas palavras: é o que “[...] o Governo escolhe fazer ou não fazer”.

No entanto, a concepção ainda mais usual até os dias de hoje é a sustentada por Laswell. Para ele, decisões e análises sobre política pública implicam responder aos questionamentos básicos: quem ganha o quê, porque e que diferença faz. De qualquer forma, como Fernandes (2007) afirma, outras conceituações priorizam o papel da política pública na solução de problemas de ordem pública. Críticos das definições que superestimam aspectos racionais e procedimentais, a exemplo de Marques (2000), argumentam que elas ignoram o embate em torno de ideias e interesses para se concentrarem no papel dos governos e nas oportunidades de cooperação que acontecem entre os envolvidos diretamente na política pública – governos, instituições e grupos sociais.

Mas, a bem da verdade, conceitos de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, quer dizer, para os governos. Em geral, assumem visão holística do tema, isto é, acreditam que o todo é mais importante do que a soma das partes e que, se assim for, indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses são levados em conta, mesmo quando há diferença sobre a relevância dos fatores.

Prosseguindo, acrescentamos que Jardim e Marcondes (2003) veem as políticas públicas como alusivas aos programas governamentais direcionados à consecução dos direitos sociais dos cidadãos, o que demanda planejamento, racionalização e efetiva participação popular. Aliás, Pinheiro (2009) ressalta a participação das coletividades como a única estratégia de evitar políticas emanadas unilateralmente do poder institucional. O fato é que diante desses conceitos, aparentemente, distintos, é inegável afirmar que as políticas públicas são processos, conjuntos de decisões e ações orientadas a um ou mais objetivos definidos previamente. Essas ações são desencadeadas por atores que enfrentam algum problema de natureza pública.

Portanto, as políticas públicas estão sob encargo de organismos governamentais através de processo político, referendando Jardim e Marcondes (2003), quando chamam a atenção para a constatação de que as políticas públicas, ainda que fixadas na esfera do Governo, envolvem,

sempre, múltiplos atores. Assim sendo, são delineadas de acordo com as visões conceituais adotadas. Comportam, pois, tanto intenções quanto comportamentos e equilíbrio entre atividades normativas e reguladoras, o que vale dizer que sua execução está inevitavelmente relacionada com a consecução das demais políticas públicas. De forma mais ampla, podemos conceber as políticas públicas como

[...] formas de políticas implementadas pelo Estado que pretendem garantir o consenso social, através de iniciativas que contribuam para a redução de desigualdades e controle das esferas da vida pública para garantir os direitos dos cidadãos. Uma política pública contemporânea ao nosso tempo tem que discutir as questões de raça, credo, gênero, classe social, não se restringindo a discutir a forma e sim ir além, construindo socialmente o seu conteúdo e conceito estratégico de sociedade. Contudo, na prática, é a pressão de setores da sociedade sobre o Governo, seja de forma organizada ou não, que dá origem às políticas públicas (CRUZ, 2009, p. 16).

Logo, para o autor acima referendado, sob a ótica teórica e conceitual, a política pública, em termos gerais, e a política social, em particular, são campos multidisciplinares, cujo foco privilegia as explicações acerca da natureza da política pública e de seus processos. Por repercutir diretamente na economia e nas sociedades, mediante inter-relação entre Estado, política, economia e sociedade, pesquisadores de outros campos – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum e contribuem para avanços teóricos e empíricos. Ao percebermos a política pública como campo holístico e multidisciplinar, quer dizer, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas, é mais fácil visualizar três implicações sintetizadas por Marques (2000, p. 13):

A primeira é que a área torna-se território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos, apesar de possuir suas próprias modelagens, teorias e métodos; a segunda é que o caráter holístico e multidisciplinar da área não significa que careça de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta vários "olhares" em seus diferentes âmbitos. Por último, políticas públicas, depois de desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas que quando postas em ação, são implementadas, ficando submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

A partir de então, resumimos política pública como um campo multidisciplinar que busca, ao mesmo tempo, colocar o Governo em plena ação e analisar essa ação continuamente para, sempre que necessário, apresentar mudanças nos rumos assumidos. Por fim, é interessante rever o pensamento de Châtellet *et al* (1985), quando afirma que a formulação dessas políticas

configura-se como o estágio no qual governos democráticos expressam suas intenções (quase sempre via plataformas eleitorais) em programas com vistas às mudanças efetivas nas realidades onde atuam. Parece-nos redundante o uso da expressão – governos democráticos – por esse autor, porque é completamente utópico pensar em políticas públicas fora do contexto democrático, que favorece a participação ativa dos sujeitos. Esta tem sido a constatação na ordem internacional, com o sucesso pleno de algumas políticas públicas, não obstante a prevalência do caráter capitalista no cenário global mundial.

4.2.2 Políticas públicas no âmbito global e o ProJovem em particular

A ideia de globalização, como destino inexorável da humanidade e de suas formas de organização e de relações, permeia a produção teórica das ciências ditas pós-modernas, transformando-se quase em fértil “campo de esporte intelectual”, que dilui a complexidade dos nexos global-local-global. Revendo sua ontologia, a princípio, é possível pensar que o mundo se transformaria em grande massa singular unida por aliança universal. No entanto, diferentes formas e graus de participação social no processo de globalização trazem diferença crucial à sua forma. No caso de políticas públicas no domínio global, o mesmo acontece: o nível de participação social determina a diferença no planejamento, na implantação e implementação e, sobretudo, em sua execução.

O *Social Watch* ou Observatório da Cidadania – coalizão internacional de cidadãos e 105 organizações civis sem fins lucrativos de 50 países de diferentes regiões do mundo, incluindo o Estado da Palestina e representação da União Europeia – fiscaliza atuações governamentais para erradicação da pobreza e da equidade de gênero no mundo globalizado. Sua meta é monitorar o cumprimento (ou não) dos compromissos assumidos por chefes de Estado na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, ocorrido em Copenhague, ano 1995. Aguiar (2007, p. 7) ressalta de que se trata de um caso exemplar de como dados sobre políticas públicas são transformados em informação para apoio à decisão dos atores sociais:

[o Observatório da Cidadania representa] fiscalização sobre as ações governamentais em prol da melhoria das condições de vida das populações, exercida, na maior parte dos casos, por organizações não governamentais, que participaram de todo o processo de preparação e realização dessas conferências. E que desenvolveram, ao longo da década, competência técnica no monitoramento e análise de dados sobre políticas públicas relativas aos temas com que trabalham.

Quanto ao Brasil, sua participação no *Social Watch* se dá graças ao envolvimento de

cinco organizações não governamentais (ONGs): Cedec (SP), Fase e Ibase (RJ), Inesc (Brasília, DF) e SOS Corpo (Recife, PE). Programas de combate à pobreza e à discriminação de gênero, de promoção de emprego e de integração dos excluídos e marginalizados, com os quais os governantes se comprometem, solenemente, na Cúpula Mundial, por exemplo, não possuem caráter obrigatório, o que justifica a existência do Observatório da Cidadania. É, ainda, Aguiar (2007), quem enfatiza o desempenho de dezenas de atores sociais de distintas nações em interpelar os que têm poder de decisão nas mais diferentes instâncias, na esfera pública e privada, uma vez que são eles que exercem decisiva influência sobre “suas” coletividades no que se refere à solução de problemas ou ao atendimento às reivindicações dos cidadãos.

Como resultado, informes via relatórios anuais, desde 1995, dão subsídios ou refletem um amplo processo de consulta a organismos de base que têm estimulado diálogos locais com instituições estatais e agências internacionais de cooperação na fixação de políticas públicas. Isto porque, as entidades que atuam como interlocutores das sociedades civis junto aos organismos internacionais mobilizam milhares de profissionais com conhecimento técnico ou especializado que os habilita a coletar e analisar informações de interesse público. Para Aguiar (2007), o que acontece, com certa frequência, é um confronto entre conhecimentos estabelecidos sob referências de realidades distintas. Logo, sua legitimação fica atrelada muito mais à escolha política ou de caráter econômico do que à escolha de cunho essencialmente técnica ou científico, face à impossibilidade de decisões universais para realidades idiossincráticas.

Em que pesem todas essas ponderações, sem dúvida, o Observatório da Cidadania estimula a ampliação de uma rede aberta e em permanente construção para apoiar os grupos no intercâmbio de ideias e informações, de metodologias e conclusões, articulando-se sistematicamente com outras iniciativas bem-sucedidas de combate à pobreza e à discriminação. Na verdade, centenas de milhares de organizações, envolvendo milhões de pessoas, se mobilizam diariamente no mundo em torno de prestar solidariedade aos mais desfavorecidos. Esse movimento inclui desde organizações filantrópicas internacionais até pequenos grupos vicinais de autoajuda e redes de solidariedade, muitos dos quais, informais e “invisíveis”, mas nem por isso menos efetivos em sua missão.

Quando nos referimos, em particular, ao ProJovem Urbano, é indiscutível que, em sua condição de política pública de juventude, assume características peculiares discutidas em reuniões do Observatório da Cidadania. É um exemplo de gestão em rede com abrangência de três milhões de jovens, a cada ano, em território nacional. Por outro lado, sua gestão intersetorial é o espelho de ações globais modernizadas à luz das TIC, na mesma linha de trabalho idealizada pelo Observatório da Cidadania. É possível através da rede do ProJovem Urbano:

1. Monitorar e avaliar todo o processo.
2. Matricular e acompanhar os alunos.
3. Acompanhar professores em suas dúvidas, planejamentos e projetos.
4. Compartilhar a gestão intersetorial.
5. Pagar e fiscalizar o auxílio financeiro.
6. Transferir e movimentar recursos financeiros.
7. Prestar contas.
8. Ouvir alunos, professores e equipe executora.
9. Receber denúncias relativas ao Programa.
10. Explorar os conteúdos trabalhados por meio de pesquisas.
11. Compartilhamento de ideias, informações e pesquisas.
12. Conhecer e fazer amigos através das redes sociais específicas do Programa.
13. Compartilhar notícias, eventos e sucessos.
14. Formar equipe executora, professores e alunos no modelo de educação continuada.
15. Esclarecer e compartilhar informações sobre execução física e financeira.
16. Encaminhar documentações e tarefas.
17. Apoio da mídia e dos mcm na política do ProJovem.

Sobre este último, reforçamos a relevância das mídias na contemporaneidade para difusão e acompanhamento das informações governamentais e do setor privado. Ainda que de forma concisa, como adendo, lembramos que o Plano de Mídia do ProJovem Urbano figura como estratégia fundamental para o conhecimento do Programa no Brasil. Estrutura-se em:

- ◆ Plano de mídia federal / nacional – autorizadas anualmente pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), são lançadas campanhas, cujos temas estão fundamentados em lemas e conceitos que envolvem as demandas da juventude envolvida. O material da mídia nacional engloba filmes, *spots*, cartazes, *flyers*, cartazes para bancas de jornais, *busdoor*, panfletos, carros de som, textos para internet, *outdoors*, documentários e revista informativa.
- ◆ Plano de mídia local – planejado pelos executores (Estados e municípios), de acordo com suas demandas, disponibilidades e recursos, respeitadas as singularidades culturais de cada coletividade. Depois da aprovação nos contornos do Estado e / ou município, é apresentado à Coordenação Nacional do Programa.

Segundo a Resolução nº. 22, de 22 de maio de 2008, o referido Plano deve atender aos itens da Ação Promocional contidos no Art. 24. O descumprimento do prescrito gera as sanções previstas no dispositivo legal, com a ressalva de que os planos de mídia se restringem ao caráter educativo, informativo e à orientação social, vedada promoção pessoal de nomes ou de autoridades envolvidas.

Art. 24 – Ficam estabelecidas as logomarcas relativas ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, na produção e divulgação de:

- I - Formulários, cartazes, *banners*, folhetos, faixas, anúncios.
- II - Vídeos, CD-ROM, internet, matérias de mídia.
- III - Livros, apostilas, cadernos, canetas, réguas, lápis.
- IV - Camisetas, bonés, bandanas, mochilas, sacolas, bolsas.
- V - Relatórios.

Ademais, se, na maioria dos países capitalistas, as políticas públicas seguem a balança comercial de maior valor monetário, haja vista a força da economia como peça fundamental para o planejamento e a implantação, nas palavras de Aguiar (2007, p. 7), no novo contexto histórico, o que está em jogo numa ação como a do *Social Watch*

[...] não é a soberania dos Estados nacionais diante do sistema global dos Estados, mas a “soberania” da humanidade como um todo e das sociedades nacionais em particular ante uma visão economicista totalizante (supostamente globalizadora) que impõe um padrão de comportamento político, financeiro, produtivo, cultural e informacional no qual uma parte da humanidade não tem condições de se incluir.

Afinal, a função do Estado é manter o princípio de igualdade universal. Como democrático e participativo, é ele o responsável por pelas políticas públicas que respondem às questões coletivas.

4.3 O Estado e as políticas públicas: a adesão ao ProJovem Urbano

Como visto nos itens anteriores, debates sobre políticas públicas implicam responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos na definição e implantação dessas políticas. Nesse processo de delineamento,

[...] sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas (MARQUES, 2000, p. 10).

Essa autonomia relativa gera determinadas capacidades, as quais, por sua vez, criam condições para a concretização dos objetivos das políticas públicas. À margem dessa autonomia, o desenvolvimento dessas capacidades dependem de fatores culturais, econômicos, políticos e tecnológicos e, ainda, dos diferentes momentos históricos de cada nação.

Aqui, vale a pena revisão sobre o termo Estado, que nos conduz a dois autores de destaque: Aristóteles e Weber. Como transcrito por Santos (2006, p. 37), o primeiro define Estado como “[...] uma comunidade estabelecida com alguma boa finalidade, uma vez que todos sempre agem de modo a obter o que acham bom”. Assim sendo, temos um Estado bom por natureza, porquanto a intenção de cada indivíduo é obter algo positivo: a soma de todas as aspirações pessoais resultaria numa grande edificação da bondade, chamada Estado. Quer dizer, Aristóteles justifica a necessidade do Estado como recurso para assegurar a vontade coletiva da bondade e potencializa o bem coletivo. A viabilização da “bondade” (sob a forma de progresso) para o coletivo é imposta à população como dominação ou recrutamento de súditos fiéis a um sistema político capaz de administrar o Estado.

Para Weber (2006), em oposição, o Estado só existe se os homens dominados ou subjugados obedecem à autoridade imposta pelos dominadores ou dominantes. Isto corresponde à crença de que o Estado é uma relação de dominação entre os indivíduos, paradoxalmente, apoiada e legitimada pelas forças em vigor. Muitas vezes, a violência é uma estratégia de o Estado manter a ordem e desestimular eventuais protestos. Além da polícia, há a justiça, ambas devidamente oficializadas, com o fim de promover e garantir a ordem social, o que significa apaziguar intrigas entre os homens e regular confrontos entre cidadãos e Estado.

No entanto, indo além, Weber (2006) reconhece que o Estado não se limita ao exercício de repressão física organizada. Mantém papel essencial nas relações de produção e na delimitação e reprodução da estratificação social, pois exerce função específica na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante. Tudo isso corresponde a certa contradição consigo mesmo, na medida em que ordenamentos e atividades do Estado não possuem outra finalidade senão a de fomentar o sistema de mercado da produção de mercadorias em seu território e mantê-lo em funcionamento. Esse teórico refere-se, de fato, à propaganda divulgada pelo Estado, e, muitas vezes, voltada para o social. Trata-se, na visão desse teórico clássico, em

discurso falacioso de igualdade, porque o Estado segue sempre sua vocação de promover o capital, que constitui em seu aliado central para a efetivação de suas propostas.

Logo, discorrer sobre o Estado é discorrer sobre processo desenvolvimentista das nações. Conforme palavras de Santos (2006), a palavra – desenvolvimento – começa a ser empregada com a acepção atual de crescimento, aumento, progresso, quando se evidenciou que essas etapas não figuram como virtualidades intrínsecas a qualquer sociedade. Para que se efetive desenvolvimento em países onde pairam sérios desníveis sociais, é imprescindível tratamento especial aos entraves que impedem o avanço. Em outras palavras, antes de qualquer procedimento com cunho desenvolvimentista, o Estado formula um planejamento de suas pretensões direcionadas a um problema ou ao um segmento ou específico, haja vista que planejar é, quase sempre, assegurar dentro dos preceitos legais em vigor, o mínimo de segurança e de estabilidade à pessoa e à sua propriedade.

A interferência econômica no planejamento (o que carece de estudos aprofundados) é um fator comum no Ocidente, onde a economia rege o sentido de desenvolvimento:

A serviço do planejamento a economia perdeu seu *status* científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado desenvolvimento: a venda da ideologia do crescimento aos Estados, a imposição de uma ideologia de sociedade de consumo às populações. Ambas combinadas induzem ao capital estrangeiro e à aceitação de um só parâmetro aplicável à economia, sociedade, cultura, ética; em suma, à dependência e à dominação; à dominação através da dependência (SANTOS, 2006, p. 6).

Independentemente da crítica ora enunciada, para além da crescente sofisticação na produção de instrumentos de avaliação de programas, projetos e políticas públicas, é fundamental menção às questões de planejamento. São elas que informam as decisões tomadas, as escolhas feitas, os caminhos de implementação traçados e os modelos de avaliação aplicados em relação às estratégias de intervenção governamental.

No caso do PJU, o Governo Federal propõe que cada Estado ou município apto a aderir ao Programa, elabore um plano de implantação, conforme a fundamentação legal do PJU, mencionada, na íntegra, no **item 2.4**. A obediência à legislação que rege o ProJovem Urbano, junto ao Projeto Político Pedagógico (PPP) são os meios de garantir o funcionamento do Programa em prol do público-alvo. E mais, o plano de efetivação constitui importante ferramenta de planejamento, definição de gastos e controle, não somente para quem elabora, mas também para os mencionados órgãos – SNJ; SG-PR; CNJ; CN do ProJovem Urbano; FNDE; MEC e demais órgãos de controle envolvidos, como citados no decorrer da dissertação.

Ao Estado (ente executor) cabe a responsabilidade, no plano inicial, de: receber e executar os recursos financeiros transferidos pelo Governo Federal; prestar conta do dinheiro público recebido relativo às finanças do ProJovem; recrutar e selecionar jovens; providenciar espaço físico adequado à equipe como um todo; matricular o alunado; formar e contratar a equipe executora; receber, armazenar, zelar e distribuir os materiais didáticos; certificar em nível de fundamental e de qualificação profissional; prover lanches e refeições; garantir a manutenção de laboratórios de informática, oficinas e espaços específicos à qualificação profissional. E, mais, contratar educadores e merendeiras; prestar quaisquer esclarecimentos solicitados por órgãos públicos ou privados e por qualquer cidadão; assumir responsabilidade por eventuais litígios de natureza trabalhista; monitorar e fiscalizar as atividades em seu todo; enfim, avaliar sistematicamente o Programa, em todas as facetas e em todos os momentos.

Diante do funcionamento satisfatório das ações e do Programa, é quando é possível afirmar que o Estado assume sua legítima responsabilidade e executa políticas públicas, dentro da premissa de que elas representam o sinônimo de “Estado em ação”, como previsto por Santos (2006, p. 38). O exposto mostra que a relação entre sociedade e Estado; o grau de distanciamento ou de aproximação; as formas de emprego (ou não) dos mcm entre os segmentos sociais e os órgãos públicos; são todos estes elementos que refletem a realidade conjuntural. Incorporam, portanto, fatores culturais e estabelecem contornos próprios para as políticas pensadas para uma determinada comunidade. Indiscutivelmente, as formas de organização, o poder de pressão e de articulação dos diferentes estratos sociais na apresentação e reivindicação de demandas são fundamentais para a conquista dos mais simples ou mais amplos direitos sociais incorporados à prática cidadã.

4.3.1 Políticas públicas de juventude e o jovem do ProJovem Urbano no Estado da Paraíba

Como dito antes, políticas públicas são implementadas pelo Estado com o fim de garantir o consenso social por meio de iniciativas capazes de reduzir desigualdades e controlar efetivamente as esferas da vida pública para manutenção dos direitos aos cidadãos. No caso particular das políticas públicas de juventude, estas se destinam aos indivíduos de faixa etária entre 14 e 29 anos.

Ao tempo em que reconhecemos as diferenças culturais de povos e nações, de forma similar, sabemos que a juventude se diferencia a depender do momento temporal e das delimitações espaciais. No atual tempo histórico, na realidade nacional, o traço característico refere-se às desigualdades e às discriminações que se conjugam entre si e produzem graus de

vulnerabilidade distintos com reflexo nas vivências do jovem brasileiro. Exemplificando: origem social e níveis de renda familiar aliados às disparidades econômicas entre as regiões ou entre campo e cidade são fatores intervenientes no comportamento de nossa juventude. Os elementos responsáveis por preconceitos e discriminações se caracterizam por:

- ◆ Recortes étnicos, raciais e de gênero.
- ◆ Deficiências físicas e mentais.
- ◆ Diversidade de orientação sexual.
- ◆ Pertencimento religioso.
- ◆ Pertencimento associativo e político.
- ◆ Pertencimento a “galeras”, gangues, torcidas organizadas e similares.

Juntas, desigualdades e discriminações desenham o perfil da juventude nesse momento específico da história brasileira. Consequências de discriminações, preconceitos e desigualdades são noticiadas todos os dias nos meios de comunicação de massa. Crimes, indícios de marginalidade, violência, desemprego, desesperança, descrédito, intolerância e tristeza são elementos presentes no cotidiano brasileiro e que de tão habitual, passam quase despercebidos, embora tragam desconforto, inquietação e insegurança para os jovens. Resta-nos perguntar: **O que significa ser jovem para os participantes do ProJovem Urbano da Paraíba?**

Diante de questão similar direcionada (**APÊNDICE D**) aos 100 jovens componentes de nossa amostra na condição de participantes do ProJovem Urbano do Estado da Paraíba, matriculados em turmas e escolas diferenciadas das cidades de Bayeux, Cabedelo, Guarabira, Santa Rita e Sapé distribuídos em conformidade com a **Tabela 1**.

Tabela 1 – Distribuição da amostra por município e escola, ProJovem Urbano da Paraíba

TURMA	MUNICÍPIOS									
	Bayeux		Cabedelo		Guarabira		Santa Rita		Sapé	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Turma I – Escola I	8	40	15	75	10	50	12	60	12	60
Turma II – Escola II	12	60	5	25	10	50	8	40	8	40
TOTAL/município	20	100	20	100	20	100	20	100	20	100
TOTAL	100									

Fonte: Produção da autora, 2012.

Quanto ao conteúdo das respostas, recorrendo-se à técnica de análise de conteúdo já

descrita, reunimos as colocações por proximidade em cinco grupos diferentes, como a AC permite fazê-lo:

GRUPO 1 – Jovem é quem estuda e trabalha. Este grupo explicita, sobretudo, a inter-relação escolaridade e inserção no mercado de trabalho.

GRUPO 2 – Jovem é quem preza a liberdade sexual, independentemente de laços matrimoniais. Este grupo explicita, sobretudo, a dissociação entre sexualidade e casamento.

GRUPO 3 – Jovem é quem constitui família moderna, ou seja, distante da família tradicional. Este grupo explicita, sobretudo, novos arranjos familiares, tais como famílias de homossexuais; mães e filhos; avós e netos; avós, netos e pais, entre outras combinações, nas quais entram os padrastos / madrastas, enteados (as), meio-irmão (a), etc.

GRUPO 4 – Jovem é quem reconhecido pelo que sabe ou possui. Este grupo explicita, sobretudo, novas percepções de inserção no mundo, com ênfase para o manuseio / o domínio dos recursos tecnológicos.

GRUPO 5 – Este grupo reúne falas em que os entrevistados se mostram confusos em relação à sua situação de identidade no mundo.

As respostas obtidas comprovam a diversidade que caracteriza a juventude atual. São caminhos flagrantemente diferentes em seu percurso no período de transição à vida adulta. Ao contrário dos tempos idos, em que um padrão consolidado de juventude seguia sequência linear e previsível de acontecimentos no curso da vida do jovem – saída da escola, ingresso no mercado de trabalho, saída da casa dos pais, formação de família via casamento, nascimento do primeiro filho e assim por diante, a **Tabela 2** insinua extrema diversidade. É a confirmação de múltiplas trajetórias juvenis decretadas na vivência do jovem de hoje ou de séria indecisão como uma das falas expressa muito bem: “[...] A situação faz a ocasião [...]” (J.A.S. 22 anos – aluno matriculado na Turma I da Escola I, Bayeux), Isto é, há predisposição para se adaptar seja lá ao que for, distante de valores sedimentados.

Tabela 2 – O que é ser jovem, ProJovem Urbano da Paraíba

MUNICÍPIO	GRUPOS										
	GRUPO 1		GRUPO 2		GRUPO 3		GRUPO 4		GRUPO 5		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N
Bayeux	2	11,76	0	0	2	11,11	6	23,08	10	34,48	20
Cabedelo	4	23,53	2	20	5	27,78	6	23,08	3	10,34	20
Guarabira	5	29,41	3	30	4	22,22	1	3,85	7	24,14	20
Santa Rita	4	23,53	1	10	5	27,78	5	19,23	5	17,24	20
Sapé	2	11,76	4	40	2	11,11	8	30,77	4	13,79	20
TOTAL	17	100	10	100	18	100	26	100	29	100	100

Fonte: Produção da autora, 2012.

Na atualidade, nos deparamos com jovens bem distintos – há quem saia da casa dos pais muito cedo ou aqueles que aproveitam as benesses da proteção dos pais quase indefinidamente. Há quem constitua família tradicional ou se oponha às uniões tradicionais. Há quem estude e trabalhe, simultaneamente. Há quem só trabalhe ou só estude. Há adeptos a orientações sexuais menos tradicionais. Há os que professam credos ortodoxos ou liberais. Há os filiados a partidos políticos e os omissos. Há os conectados à Grande Rede 24 horas ao dia em oposição aos que se negam a aderir às tecnologias. Há de tudo...

Por conta disso, a prevalência de um ou outro grupo é frágil. Vejamos: em Bayeux e Guarabira, o Grupo 5 aparece com o maior índice de pontos, 10 (34, 48%) e sete (24,14%). Trata-se do Grupo que reúne as falas mais frágeis e, por conseguinte, plenas de indecisão, como se o jovem se perguntasse, com certa constância, qual seu papel no mundo ou qual o sentimento que lhe move – solteiro ou casado? Trabalhador ou estudante? Trabalhador ou desempregado? Incluído ou excluído? Longe ou perto da morte? Isolado ou conectado? Chama-nos atenção falas como: “Ser jovem é ser jovem! É ser assim como eu, como eles, como todo jovem é” (A. C. M. S. 25 anos); “Eu não sei o que é ser jovem, não! Tenho 22 anos, mas acho que já sou velha. Perdi toda a minha juventude, não aproveitei meu momento, não tenho trabalho, não casei, só tenho dois filhos. Mesmo assim eu gosto de balada” (M.L.V. 22 anos); “Ser jovem é coisa de novela, de televisão. A gente vive no mundo e deve aproveitar tudo na idade que tem. Se vem um trabalho, trabalha. Se vem um namoro, namora.” (J.L.C.S. 28 anos). “Tenho 19 anos. Não sei se jovem ou adulto. Sei que tenho que estudar, trabalhar e gosto de me divertir, mas não sei se isso

é coisa de jovem, não. Ser jovem é ser marginal” (V.J.S.C. 19 anos). Em Santa Rita, consegue equivalência com os Grupos 3 e 4, para os quais, respectivamente, ser jovem é viver em famílias não tradicionais e ser reconhecido ora pelos conhecimentos que detém ou pelo que possui.

Algumas falas que caracterizam o grupo 3, estão aqui enfatizadas: “Ser jovem é ter liberdade para pensar e se relacionar. Por exemplo, sou homossexual e quero ter uma família com meu companheiro e adotar dois filhos” (I.S.F.S. 28 anos). “Em primeiro lugar, ser jovem, é ter apoio da família para continuar e fazer o que eles fazem. Minha família é minha avó e meus tios, meus dois primos e meu irmão. Todo mundo dá força pra o outro, aí eu me sinto forte e faço coisas de jovens” (A.P.R.C. 23 anos). “Ser jovem é ser como eu, assim na minha idade, e fazer o que eu faço, coisas da minha idade. Minha família, minha mãe e minha avó me apoia no que faço. Dizem que é coisa da idade” (M.J.S.B. 20 anos).

O Grupo 4, por seu turno, prevalece também em duas cidades, Sapé, com oito (30,77%) pontos e Cabedelo, seis ou (23,08%). Lembramos que esse Grupo congrega respostas de jovens que reconhecem a importância da informação e do conhecimento, como apregoado por Castells (2009), para quem as tecnologias assumem papel de fundamental importância exatamente por incrementar o circuito informacional e, então, facilitar o estabelecimento e a consolidação de redes sociais, o que significa agilizar a interação entre as pessoas (jovens ou velhos) dentro da perspectiva de estrutura relacional da sociedade, como apregoado por Marteleto (2001, 2010) e Marteleto e Tomaél (2005).

Alguns exemplos de falas que caracterizam esse grupo se colocam a seguir:

- “O jovem é aquele que tem forças pra buscar o que quer, estudar, ir atrás de onde tá o conhecimento pra ser o que quer” (Z.M.C. 21 anos);
- “Ser jovem é ir atrás de todo conhecimento que existe pra ele saber aonde pisa. Mas ele é tanto que não dá pra gente alcançar, mas é importante” (M.P.C.L. 26 anos);
- “Ser jovem é lutar pra conseguir as coisas. Ele tem força pra isso. Depois de velho não dá. Pra isso, tem que tá por dentro das paradas, entende? Tem que estudar, conhecer. Assim a gente pode ter tudo. A gente é reconhecido e tratado se tem as coisas. Se não tem você não é ninguém. E, pra ter tem que ser doutor. Por isso estou estudando. Pena que percebi isso só agora, senão eu já era gente. A gente se sente o bam, bam, bam quando sabe das coisas, mais que os colegas” (I.C.L. 23 anos).

Em Santa Rita seus jovens se distribuem quase equitativamente em quantidade de respostas, uma vez que, dentre o total de 20 participantes, 15 se distribuem com índices de 27,78%, 19,23% e 17,24% em detrimento do número total de respondentes por grupo, com cinco menções para o Grupos 3 e os citados 4 e 5. Os demais Grupos – 1 e 2 – não constituem maioria

em nenhuma das cinco cidades, o que significa que os partícipes do ProJovem Urbano da Paraíba nem estão preocupados com a propalada liberdade sexual nem tampouco atribuem valor extremo ao fato de o jovem trabalhar e estudar.

Duas falas são importantes para caracterizar o grupo 1. A primeira se refere às palavras de M.R.S. de 20 anos quando diz que “Trabalho e estudo caracterizam o jovem de hoje. Antes a menina casava bem cedo, hoje pra ela se sentir gente e jovem, tem que estudar e trabalhar primeiro. Fazer sua vida, ser independente. Os homens também. Depois casam. Os jovens que fazem isso são mais bem de vida que aqueles que estão como eu: atrasada no estudo”. A segunda fala remete às palavras de L.I.S.S de 27 anos em que “Sou jovem e trabalho e estudo como todo jovem. É isso que é importante pra ser jovem: trabalhar e estudar além de outras coisas”.

Falas como “Ser jovem é muito sexo, drogas e *rock in roll*. É ser livre, é ficar bem muito, se divertir e curtir” (R.J.S.F. 24 anos); “Ser jovem é ter liberdade de pensamento, de fazer, liberdade sexual. Acabou o tempo de se amarrar, ser jovem é curtir, sem esse negócio de casar (J.B.P 21 anos).

Enfim, diante da multiplicidade de respostas à questão – O que significa ser jovem? – em vez de pensar em desordem ou desequilíbrio, preferimos pensar que o público-alvo do ProJovem está à procura de identidade que o caracterize no momento histórico vivenciado, sobretudo, porque os jovens são fiéis espelhos da sociedade. Talvez, o que possa ser feito é envolvê-los sistematicamente em discussões e ações políticas que os insiram na contemporaneidade como ator e, como tal, detentor de uma nova e satisfatória identidade.

Quais os temas importantes para discussão entre os jovens, sociedade e governantes para construção de políticas públicas de juventude que atendam às necessidades dos jovens nos tempos atuais?

Nichos e temas atuais indutores da participação juvenil nas políticas públicas de juventude estão devidamente identificados pelos nossos entrevistados diante da segunda pergunta do questionário enunciada (**APÊNDICE D**). As respectivas respostas estão distribuídas em quatro grupos (**Figura 7**), de acordo com as diretrizes da AC:

GRUPO 1 Educação e trabalho – O jovem se sente pressionado para se inserir nos moldes da sociedade do século XXI, quando, segundo Santos (1988), as surpresas que nos aguardam a cada dia face ao avanço das TIC com suas potencialidades (inclusive os *softwares* livres) parecem infinitas. Admitem o estudo como necessidade de primeira mão. E mais, reconhecem a informática como elemento de inclusão. A solução ideal parece estar em oportunidades

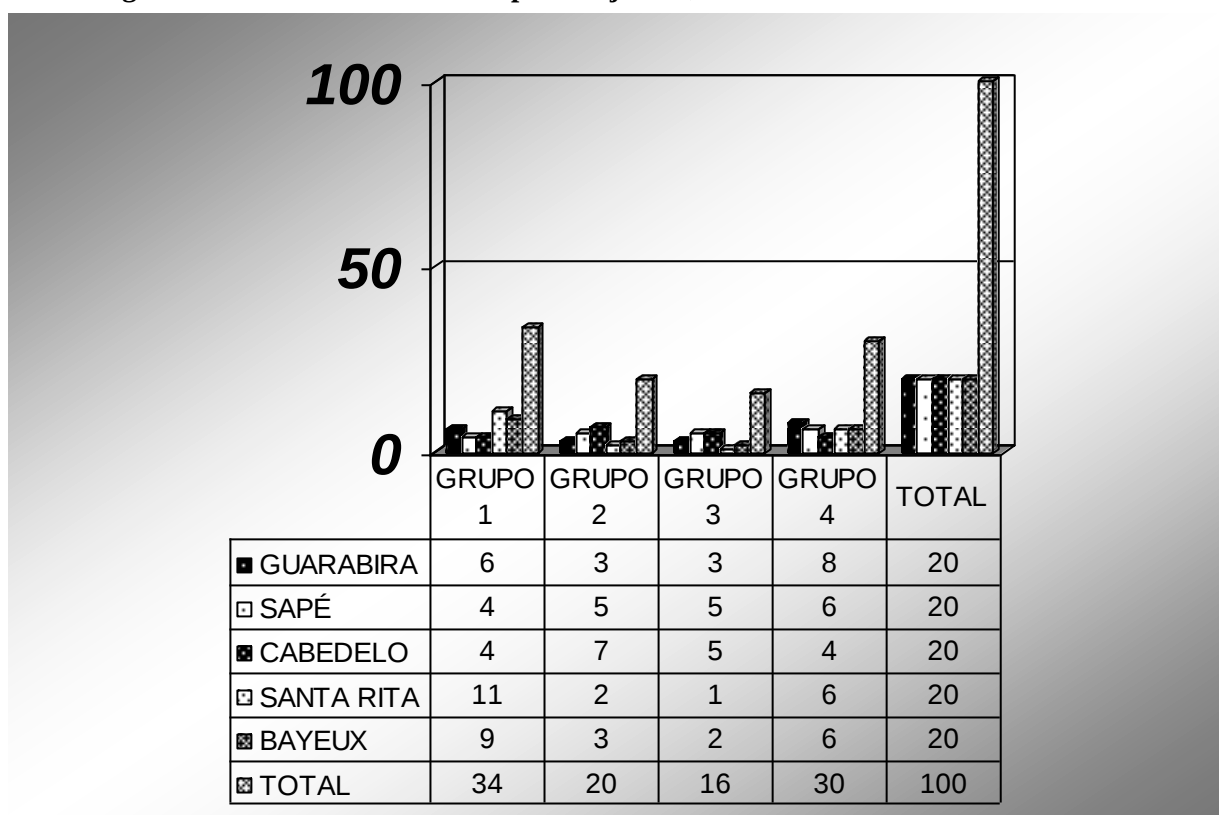
educacionais e de trabalho conjugadas: uma ocupação que lhes permita investir em sua formação educacional ou oportunidades educacionais que o qualifique para suas funções no trabalho, de modo que, ao terminar os estudos, esteja inserido no mercado de trabalho.

GRUPO 2 Arte e cultura – O jovem se sente atraído por fruição e inserção produtiva. É a busca por liberdade para expressar seus pensamentos por meio das artes, incluindo música, dança, pintura ou qualquer outra manifestação artística. Para eles, esse é o caminho para o equilíbrio emocional, psicológico e moral.

GRUPO 3 Qualidade de vida juvenil – Sustentabilidade sócio-ambiental, saúde, esporte e lazer constam dentre os itens bastante citados como fundamentais para serem contemplados dentro e fora da escola.

GRUPO 4 Direitos humanos e valorização da diversidade – A preocupação com violência, segurança, respeito à diversidade (de qualquer natureza: sexual, religiosa, étnica, etc.), paz, saúde e moradia são pontos recorrentes.

Figura 7 – Temas de interesse para os jovens, ProJovem Urbano da Paraíba



Fonte: Produção da autora, 2012.

Vemos que há primazia do Grupo 1, com 34 menções, numa prova incontestável de que o trabalho é visto em conjunção com o estudo como forma de libertação do ser humano, como apregoado por Freire (1991). O mais importante é que se trata de um resultado que confirma as expectativas do próprio ProJovem Urbano (2008, 2008a) em apostar na integração entre os três elementos – ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária – com vistas à formação integral dos jovens brasileiros.

Em segundo lugar, com 30 pontos, está o Grupo 4 alusivo à importância do respeito ao outro na diversidade inerente à natureza humana. Bem mais atrás, com 16 citações, estão as respostas categorizadas no Grupo 3, em que a essência dos interesses dos entrevistados recai em tópicos, como meio ambiente e questões de saúde. Estranhamente, as práticas esportivas e o lazer como necessidade básica são relegados a um plano inferior, o que talvez se explique pelo nível econômico e social das unidades amostrais. Isto porque, como Castells (2009) afirma os interesses e as motivações de cada um de nós mantêm estreita vinculação com nosso status econômico, social, cultural, ou seja, com a realidade de nosso entorno (**Figura 7**).

Você participa de algum movimento, grupo, projeto, ação, partido, sindicato, que favoreça a juventude ou a comunidade de maneira geral?

A terceira e última pergunta do **APÊNDICE D**, destinado aos 100 alunos entrevistados, discute sua participação em movimentos, grupos, projetos, ações, partidos políticos e / ou sindicatos que favoreçam sua atividade como ator na tessitura social. Neste caso, as respostas estão em dois grupos:

GRUPO 1 – Alunos participantes.

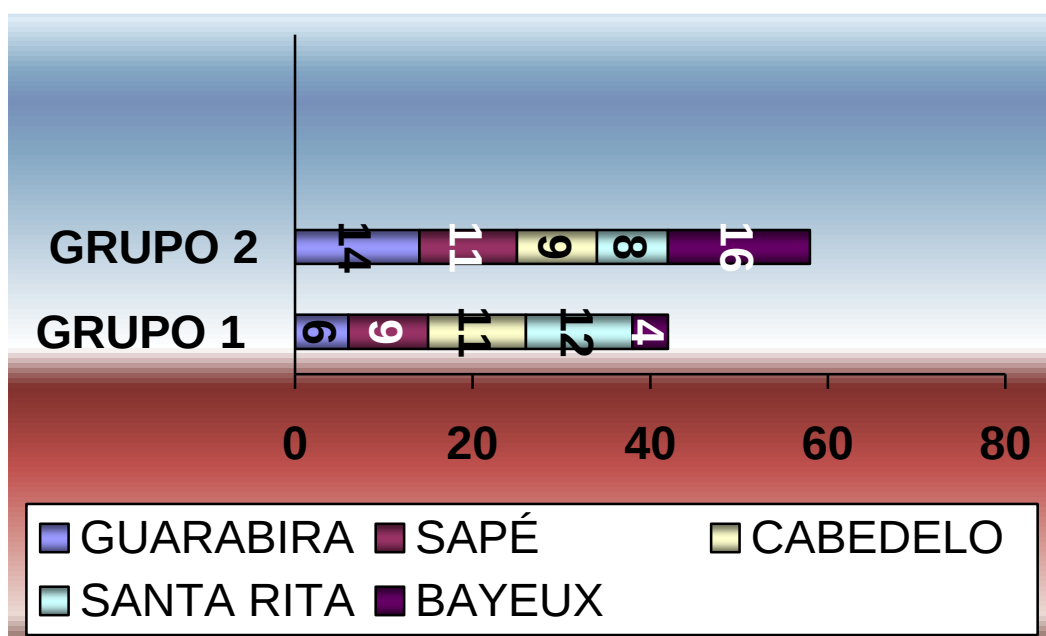
GRUPO 2 – Alunos não participantes.

Entre os jovens do primeiro grupo estão todos aqueles que participam de quaisquer movimentos em prol da comunidade e da juventude. Conforme a **Figura 8** sumariza, o Grupo 1 constitui a minoria, com 42 integrantes, o que corresponde a 42%. Dentre eles, a número mais significativo atua em promoções da Igreja evangélica e católica, e, em geral, em campanhas comunitárias ou em transmissão de informações de teor diversificado: religião, saúde e higiene, drogas lícitas e ilícitas, criminalidade e sexualidade, nas reuniões promovidas pelas igrejas. Os partícipes exercem atividades com crianças (catequese, escola dominical, por exemplo); jovens e adolescentes, à semelhança do Encontro de Adolescentes com Cristo (EAC) e Encontro de

Jovens com Cristo; além de ações, que buscam evangelizar por meio de música, teatro, dança, oração, ajuda comunitária, etc.

O Grupo 2 prepondera: são 58 alunos, (em termos de porcentagem 58%), do ProJovem Urbano que não participam de nenhum movimento a favor da juventude, **Figura 8**. Alguns deles, quando da coleta de dados, admitem desconhecimento da chance de filiação a algum grupo ou julgam que não sabem como agir. Outros, ao contrário, admitem sua descrença em relação a movimentos como esses, argumentando que apesar da existência de ONGs no país, a situação dos desfavorecidos economicamente permanece inalterada. Há quem alegue falta de tempo e de chances de entrosamento com os grupos consolidados, sem negar que há quem confessa priorizar sua própria vida e a de sua família.

Figura 8 – Participação em movimentos comunitários por partes dos jovens, ProJovem Urbano da Paraíba



Fonte: Produção da autora, 2012.

De fato, a participação relativamente baixa dos alunos nos movimentos sociais faz crer que as políticas públicas de juventude parecem ter alcançado maior ênfase com o Governo Lula, face à instalação da então SNJ. Como mencionado, a Secretaria está vinculada à SG-PR e além de coordenar o ProJovem, é a grande responsável por articular programas e projetos, em âmbito federal, destinados aos jovens de 15 a 29 anos. Contando com apoio incondicional de distintos ministérios, compreende ações, como:

- ♦ Fomentar a elaboração de políticas públicas para o segmento juvenil, em nível federal,

estadual e municipal.

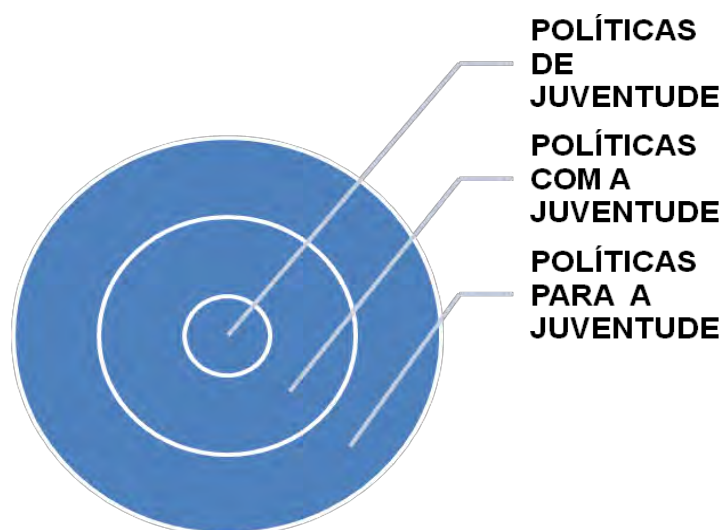
- ♦ Interagir com os poderes judiciário e legislativo na construção de políticas amplas.
- ♦ Promover espaços para que a juventude participe da construção dessas políticas.

Em termos mais específicos, tomando como referencial o diagnóstico das condições socioeconômicas do jovem brasileiro, a Secretaria Nacional da Juventude delineia nove desafios que norteia a consolidação da Política Nacional de Juventude:

1. Ampliar o acesso ao ensino e à permanência em escolas de qualidade.
2. Erradicar o analfabetismo.
3. Preparar o jovem para o universo do trabalho.
4. Gerar trabalho e renda.
5. Promover uma vida saudável.
6. Democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e às tecnologias de informação e de comunicação.
7. Promover os direitos humanos e as políticas afirmativas.
8. Estimular a cidadania e a participação social.
9. Melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais.

Considerada o marco da Política Nacional de Juventude, a SNJ retrata a política pública ideal para a realidade brasileira, de modo que essas políticas sejam traçadas especificamente para os jovens, com sua participação efetiva a partir da idealização e do planejamento das ações. Aliás, a **Figura 9** apresenta um diagrama da política pública para a juventude nacional.

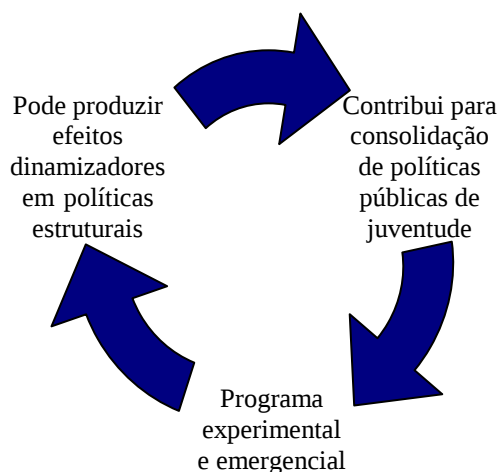
Figura 9 – Diagrama ilustrativo da política pública de juventude



Adaptação da fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Projeto pedagógico integrado do ProJovem Urbano, 2008.

Considerando a necessidade de adotar uma política pública de juventude que supra os critérios ora enunciados, o Governo Federal traça a missão do ProJovem Urbano frente às políticas públicas de juventude, como a **Figura 10** ilustra.

Figura 10 – Missão do ProJovem Urbano frente às políticas públicas de juventude



Adaptação da fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Projeto pedagógico integrado do ProJovem Urbano, 2008.

Em sua estrutura curricular, o PJU, por seu caráter emergencial, discute em suas unidades formativas temas integradores e adaptados às culturas locais do Brasil, como: juventude e cultura; juventude e cidade; juventude e trabalho; juventude e comunicação; juventude e tecnologia; juventude e cidadania. Visualizamos que a cultura é o *locus* de constante invenção e reinvenção de formas e canais de comunicação entre diferentes gerações e instituições sociais.

E, então, vale a pena refletir sobre as palavras antes transcritas de autoria de Santos (2006, p. 38), para quem as políticas públicas dizem respeito ao quase refrão: “Estado em ação”. Isto é, aos governos compete assegurar as condições de adoção de políticas públicas, que estão irremediavelmente vinculadas a fatores culturais, políticos, econômicos, políticos, geográficos e temporais das nações. Tudo o que vimos até então evidencia a força dos elementos culturais, responsáveis, em grande parte, por processos diferenciados de representação, aceitação, rejeição e / ou incorporação das conquistas sociais por parte de determinada sociedade. Com frequência, aí está a justificativa plausível para o sucesso ou fracasso de políticas ou programas estabelecidos e, também, as possíveis soluções parciais ou totais para intervenções. Isto nos faz afirmar que a cultura – fruição, criação e produção – consiste em elemento estruturante da vivência juvenil, embora pouco incorporada às prioridades dos gestores públicos.

A cada Estado, uma cultura, e, por conseguinte, novos traços culturais, que correspondem a uma realidade específica, a qual, por sua vez, demanda planejamento e formas particulares de execução. As conquistas tecnológicas modificam a comunicação, a socialização e a visão de dimensão do universo. Hoje, segundo diferentes autores (COLE, 1994; TARGINO, 1995; WURMAN, 1991), a intensidade e a velocidade do fluxo informacional aceleram as chances de hibridismo cultural, o que faz com que diversidades e identidades se manifestem num mesmo país, mas, também, entre países, regiões e continentes. Símbolos e valores se propagam mundo afora e permitem que jovens de diferentes nacionalidades e de condições sociais diametralmente opostas partilhem de universos similares de referência.

Não obstante todas essas comprovações, ao que tudo indica, no Brasil, a cultura informacional dos jovens é limitada e pouco mencionada dentre as políticas públicas para eles. Dados do IBASE / POLIS, de 2005, demonstram esse fato, quando anunciam, por exemplo, que apenas 10,1% de jovens brasileiros costumam ir ao cinema. Metade do público juvenil quase nunca vai ao cinema ou visita bibliotecas, com o agravante de que 85,5% se limitam a obter informações via televisão (TV) e 78% nunca participam da produção de informações em meios de comunicação, como jornais de escolas, fanzines, a própria TV, rádios comunitárias, vídeos, etc. Ainda são poucas as ofertas de cultura informacional.

Em contrapartida, em bairros, favelas e algumas comunidades, grupos culturais funcionam como articuladores de identidades e se tornam referência na redação de projetos individuais ou coletivos. A literatura sobre juventude tem registrado grupos de jovens voltados para esportes, rádio comunitária, teatro, dança e estilos musicais variados, tais como *rock*, *punk*, *heavy metal*, *reggae*, *hip hop*, *funk*, entre outros. Eles inventam e reinventam estilos que se tornam formas de expressão e de comunicação entre contingentes juvenis.

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), instituído em fevereiro de 2005, figura como espaço de diálogo entre Governo, sociedade civil e juventude. É um órgão consultivo com o fim de assessorar a SNJ na formulação de diretrizes governamentais; promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; e assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal alcance o reconhecimento dos direitos dos jovens e a ampliação de sua efetiva participação cidadã. Incorpora representantes do poder público e da sociedade civil, esta última representada por dois terços dos membros do Conselho, além de representantes de entidades; movimentos e redes de jovens; ONGs que lidam com segmentos juvenis; e especialistas sobre a juventude. Também integram o Conjuve ministérios que mantêm programas direcionados para esse público; representantes do Fórum de Gestores Estaduais e da Frente Parlamentar de políticas públicas de juventude; e de entidades municipais. Em se tratando do ProJovem Urbano, o Conjuve atua como órgão consultivo em suas determinações.

O Governo Federal possui, além do Conjuve, em áreas distintas, inúmeras ações, programas e políticas públicas para a juventude. Eis os principais planos de ação de diferentes localidades do país que têm como prioridade a população jovem:

- ◆ Projeto Agente Jovem.
- ◆ Programa Bolsa-Atleta.
- ◆ Programa Brasil Alfabetizado.
- ◆ Programa Escola Aberta.
- ◆ Programa Escola de Fábrica.
- ◆ Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed).
- ◆ Programa Juventude e Meio Ambiente.
- ◆ Programa Nossa Primeira Terra.
- ◆ Programa Cultura Viva.
- ◆ Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).
- ◆ Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE).
- ◆ Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).
- ◆ Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM).
- ◆ Projeto Rondon.
- ◆ Programa Pronaf Jovem.
- ◆ Programa Universidade para Todos (ProUni).

- ◆ Programa Saberes da Terra.
- ◆ Programa Segundo Tempo.
- ◆ Projeto Soldado Cidadão.

Na maioria desses programas, a educação age como mola propulsora para a formação de adolescentes e jovens. Quer dizer, há um clima de parceria efetivas entre essa modalidade de políticas públicas com as políticas públicas educacionais.

4.3.2 Políticas públicas educacionais

A necessidade de enfrentar novos padrões de produtividade e competitividade impostos pelo avanço tecnológico conduz à redescoberta da educação como essencial ao progresso dos povos. Nos países mais avançados, é inquestionável que conhecimento, capacidade de processar e selecionar informações, criatividade e iniciativa configuram-se como matérias-primas para as economias modernas. Diferentes nações promovem reformas nos respectivos sistemas educacionais com a finalidade de torná-los mais eficientes e equitativos frente à prática cidadã. Dizendo de outra forma, a educação passa a ser vista como um dos fatores que contribuem com o crescimento econômico, melhoria da qualidade de vida da população e consolidação de valores da democracia. As políticas públicas educacionais passam a ser determinantes na garantia de educação de qualidade que atendam às demandas das coletividades:

Políticas públicas educacionais são ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia dos processos de ensino e aprendizagem, da gestão escolar e da aplicação de recursos educacionais, com participação de todos (governantes, sociedade e comunidade escolar) nas esferas de decisão, de planejamento e de execução da política educacional, em busca de índices positivos quanto à avaliação dos resultados (PRETTO, 2006, p. 9).

As políticas educacionais, como as pertinentes à juventude, precisam estar atentas no tempo e no espaço, e para tanto, contam com as potencialidades da Grande Rede. Logo, a garantia de acesso à internet e às tecnologias faz com que professores, alunos e a sociedade em geral compreendam a lógica das políticas públicas educacionais no momento histórico atual:

A novidade dessas novas tecnologias para o âmbito educacional reside, justamente, no fato do desenvolvimento técnico-científico implicar no rompimento de padrões de organização e de funcionamento da vida social, bem como dos modelos de representação dessa realidade. Isso exige de cada um de nós, educadores, governantes e cidadãos, a indispensável problematização da

prática pedagógica, passando, necessariamente, pelo redimensionamento da concepção e pelo desenvolvimento educacional de nossos jovens (PRETTO, 2006, p. 10).

A aceleração da automação e a disseminação de informação e de comunicação, graças às TIC, afetam não apenas o processo produtivo como formas organizacionais a ele associadas, mas apontam para o direcionamento de tarefas integradas, realizadas em equipe ou individualmente, que demandam uma visão de conjunto que deve ser aplicada às políticas educacionais. Quer dizer, o Governo Federal integra as políticas públicas educacionais às de juventude. Nitidamente, o ProJovem não é uma política educacional, e, sim, uma política de juventude integrada à educação. Com isso, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, o Projovem, avoca intervenção de caráter emergencial, tenta minimizar as mazelas sociais que afetam o público jovem e assume caráter experimental, ao recorrer a novos paradigmas educacionais, estruturando a decantada proposta curricular integrada.

Como mencionado, o ProJovem possui organização pedagógica própria: núcleos que compõem estações, consideradas espaços de referência para os jovens, como local de encontro, busca de informação, orientação, estudo, realização de eventos culturais e outras ações. Além disso, possui material didático próprio, gestão intersetorial, contempla a questão de inclusão, mantém carga horária e atividades específicas, presenciais e não presenciais, com a ressalva de que está articulado em rede. Ao mesmo tempo em que forma os jovens, o Programa trabalha a questão social com vistas a inseri-los na realidade brasileira.

Tomando como referência as ideias contidas no Livro Verde, organizado por Takahashi, ano 2000, elencamos que a educação na sociedade da informação requer apoio aos esquemas de aprendizado, de educação continuada e a distância, baseados na internet e em sistemas de rede, mediante fomento às escolas, capacitação de professores, autoaprendizado e certificação em TIC em larga escala. Há, ainda, a adoção de reformas curriculares visando ao uso das inovações tecnológicas em atividades pedagógicas e educacionais, em todos os níveis da educação formal. Em relação aos conteúdos e à identidade cultural, requer promoção da geração de conteúdos e aplicações que enfatizem a identidade cultural brasileira e as matérias de relevância local e regional; fomento aos esquemas de digitalização para a preservação artística, cultural, histórica e de informações em C&T, bem como a projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para geração de tecnologias com aplicação em projetos de relevância cultural.

Ainda sobre o ProJovem, adiantamos que ele requer a informatização da administração pública e o uso de padrões em seus sistemas aplicativos, e, também, a concepção, a prototipagem e o fomento às aplicações em serviços governamentais, sobretudo, dos que tratam da ampla

disseminação de informações e da capacitação em GI e GC. Por fim, o Programa exige infraestrutura nacional e básica de informações, integrando as estruturas especializadas de redes – Governo, setor privado e P&D; adoção de políticas e de mecanismos de segurança e privacidade; fomento à instalação de redes, de processamento de alto desempenho e à experimentação de novos protocolos e serviços genéricos; transferência acelerada de tecnologia de redes do setor de P&D para outras redes e fomento à sua integração operacional.

4.4 Políticas públicas de informação: fato ou perspectiva no ProJovem Urbano?

As colocações expostas até então mostram a importância da informação e do conhecimento na definição de qualquer política pública, haja vista que, na contemporaneidade, apesar das observações de que enfrentamos um manancial de não informação (WURMAN, 1991) estamos diante de um binômio essencial a qualquer indivíduo e profissional. Assim, diante da premência de políticas públicas de informação, no caso do ProJovem Urbano, resta-nos questionar: “Políticas públicas de informação: fato ou perspectiva no PJU”?

Vamos rever alguns conceitos. Exemplificando: política é o estabelecimento, por parte de um país, Estado, município, organização, comunidade ou grupo, de estratégias e diretrizes de atuação com uma visão macroeconômica. Plano e planejamento são componentes da política nacional de desenvolvimento das nações, a qual pressupõe a concepção de um modelo global de desenvolvimento. A inserção da C&T é indício de crescimento econômico. Aliado à P&D, esse binômio torna-se passaporte para o mundo da competitividade econômica e progresso de um país mediante a melhoria de qualidade de vida de seus cidadãos. E esse desenvolvimento envolve a construção de políticas públicas adequadas às demandas das coletividades como resultado de um planejamento atento e cuidadoso.

Nesse momento, resta-nos enfatizar conceitos de informação, vistos no **item 3.1.4** com o intuito de aproximá-los a concepções acerca de políticas públicas de informação. A este respeito, referindo-se aos dias de hoje, Araújo (1994, p. 84) diz:

[...] se a informação é a mais poderosa força de transformação do homem, o poder da informação, aliado aos modernos meios de comunicação de massa, tem a capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo.

São colocações que reforçam González de Gómez (1999, 2002, 2003, 2004a, 2004b), cujo ponto de vista, expresso em diferentes momentos da dissertação, nos permite afirmar que, à

luz de suas concepções, a informação nomeia um conjunto de estratos heterogêneos e articulados que se manifestam através de três modalidades:

1. Ação de mediação – ação atrelada aos fins e orientação de outra ação.
2. Ação formativa – ação orientada à informação como um fim e não como meio.
3. Ação relacional – ação que busca intervir em outra ação para obter direção e fins.

Freire (2008, p. 199) então complementa:

[...] As ações de pesquisa e as ações de informação integrarão um mesmo domínio de orientações estratégicas e, em consequência, a política e a gestão da informação formarão parte do mesmo plano decisional e prospectivo ao qual pertencem a política e a gestão da ciência e da tecnologia.

Então, as políticas públicas de informação se assentam sobre “[...] interesses e metas políticas e burocráticas, não necessariamente congruentes, manifestando-se para além do aparato governamental”, em consonância com texto de Branco (2006, p. 87). Com outras palavras, essas políticas englobam práticas e ações informais de determinado contexto, no qual se mesclam pessoas e interesses, cujas manifestações nem sempre se revelam por organismos formais. Reiterando Barreto (2004, p. 12), uma política de informação

[...] mostra uma exterioridade de discurso e uma condição interna voltada para a execução de ações [...] É um ritual de passagem de uma intenção formal de um discurso de Governo para implementação com uma ação coordenada, que induza e convença a terceiros a realizarem o que o Governo julga ser uma necessidade na área.

Para Branco (2006), uma política de informação pode ser elaborada sob duas abordagens. A primeira, básica, refere-se aos aspectos gerais da produção da informação, como os que estão atrelados às TIC, às telecomunicações e à política internacional, dentre outros. A segunda abordagem, específica, refere-se aos traços de certo setor de atividade, como, por exemplo, uma política para GI que contemple a produção de conteúdos de identidade cultural e o acesso livre às fontes de informação relevantes na internet. É o momento em que a política de informação prioriza metas e objetivos específicos que imprimirão seu perfil específico e inerente ao respectivo espaço ou ao regime de informação (RI) (FREIRE, 2006).

Ainda sobre políticas públicas de informação, Aun (2001) afirma que elas demandam um:

- ♦ Programa – linha de ação com a participação continuada do Poder Legislativo e do Poder Executivo, sem a exigência de consultas públicas.
- ♦ Plano – programa ativo a curto prazo (informativo) orientado para a construção de culturas organizacionais, públicas e / ou privadas, operacionalizadas por metas de procedimentos objetivos, cuja inserção se dá em projetos a curto prazo.

Para Jardim e Marcondes (2003), as políticas públicas de informação devem manter elementos básicos: alcance e conceito de informação que a identifica; reconhecimento da informação como recurso nacional de valor estratégico sob ótica econômica, científica e política; demarcação de responsabilidades quanto às políticas setoriais tanto nos aparelhos (ideológicos) do Estado quanto, por adesão, na sociedade. Devem, ainda, contemplar aspectos administrativos, legais, científicos, culturais, tecnológicos, de produção, uso e preservação das informações de natureza pública ou privada de interesse da população. Diante dessa amplitude, Barreto (2004) acrescenta que essas políticas precisam da convergência de mídias, de tecnologias e de serviços.

Aliás, no Brasil, isso se confirma desde seu surgimento, nos anos 50, quando das primeiras evoluções mais marcantes do crescimento tecnológico. E, de fato, a estreita relação entre políticas públicas informativas e tecnologias se acentua nas décadas de 70 e 80, fase áurea do avanço das telecomunicações, da telemática, da informática e da eletrônica. No entanto,

[...] as propostas de políticas públicas de informação no Brasil ainda carecem de articulação entre as esferas cultural, educacional e de comunicação, que se entrelaçam com as relações socioeconômicas. Neste ambiente, as políticas públicas necessitam da convergência de mídias, de tecnologias e de serviços (FREIRE, 2006, p. 199).

É González de Gómez (2002, p. 69) quem propõe uma abordagem de políticas públicas, tendo como base o conceito de RI introduzido por Bernd Frohmann (1995) e assim definido:

[...] conjunto mais ou menos estável de redes neurocomputacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos.

Frohmann (1995, p. 2) conceitua RI como qualquer sistema ou rede que favorece o fluxo informacional por intermédio de “[...] estruturas específicas de canais e produtores a

consumidores, e este conceito passa a ser entendido como um elemento passível de ser utilizado como ponto de partida para a elaboração de políticas nacionais de informação”.

E é a partir do RI, e, portanto, de Bernd Frohmann, que González de Gómez propõe quatro conceitos de políticas de informação. A primeira percebe essa modalidade de política como um “[...] conjunto de ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um regime de informação, e podem ser tácitas ou explícitas, micro ou macropolíticas” (1999, p. 63). A segunda trata políticas de informação quando colocadas num domínio coletivo de ação, onde há conflitos entre distintas formulações de objetivos, planos, atores e recursos atribuídos às ações do domínio, às prioridades e às metas das ações de informação.

A terceira concepção considera as políticas como orientações com relação aos fins, valores e objetivos das políticas de informação, designando as figuras decisoriais e normativas do que é desejável e prioritário para um sujeito coletivo, acerca da geração e circulação, do tratamento e uso da informação. Por fim, na quarta definição, as políticas atuam como ação dirigida para consolidar a autonomia informacional dos sujeitos coletivos. E que, em cada contexto histórico e / ou em cada espaço de ação coletiva, há “[...] um saber local, um sentimento territorializado ou um desejo do que seja um bem coletivo, que forma parte das razões bem fundadas para priorizar, justificar, gerar ou aderir a um valor de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 71).

Recorrendo a essas conceituações, inferimos que, apesar de a sociedade da informação ou sociedade do conhecimento figurar como fenômeno mundial, uma política pública de informação deve privilegiar a estrutura informacional local para um aproveitamento mais profícuo.

4.4.1 Políticas públicas de informação na sociedade da informação

Uma sociedade baseada no uso intensivo de conhecimentos produz, simultaneamente, fenômenos de mais igualdade e de mais desigualdade, de maior homogeneidade e maior diferenciação (AUN, 2001). Aprender a aprender; aprender a agir; aprender a pensar; aprender a fazer são atitudes que decretam relações horizontais, de identidade e de interconexões, o que justifica a posição de Albagli (1999), quando argumenta que o desafio das políticas públicas informacionais no mundo globalizado é a atenção para os aspectos territorializados, para a cultura local, o respeito às diversidades, e, sobretudo, a integração desses elementos:

A partir do potencial interativo do novo padrão tecnológico, o local redefine-se, ganhando em densidade comunicacional, informacional e técnica no âmbito das redes informacionais que se estabelecem em escala planetária. A dimensão

cultural do local atua na globalidade como um fio invisível que vincula os indivíduos ao espaço, marcando certa ideia de diferença ou de distinção entre comunidades. Assim, o local constitui-se em suporte e condição para relações globais. É nele que a globalização se expressa concretamente e assume especificidades (ALBAGLI, 1999, p. 186-187).

Assim, amparadas na Lei nº. 10.753, de 30 de outubro de 2003, as políticas públicas de informação devem privilegiar não só a educação ou a formação cidadã, mas devem estar alertas para os demais segmentos sociais, dentro os quais estão:

- ◆ Promoção e incentivo do hábito de leitura.
- ◆ Apoio da livre circulação do livro no país.
- ◆ Exportação de livros e informações genéricas em âmbito internacional.
- ◆ Instalação de livrarias, bibliotecas, sebos culturais de fácil acesso.
- ◆ Atenção às pessoas com necessidade especiais para assegurar seu acesso à informação.
- ◆ Linhas de ação específicas do Governo Federal.
- ◆ Democratização do acesso à informação e ao conhecimento.
- ◆ Fortalecimento de redes virtuais de bibliotecas e de espaços de leitura e pesquisa.
- ◆ Conquista de novos espaços de leitura.
- ◆ Distribuição de livros gratuitos.
- ◆ Melhor acesso ao livro e a outras formas de expressão da cultura letrada.
- ◆ Incorporação do uso das TIC.
- ◆ Projetos sociais de leitura.
- ◆ Fomento à leitura e à formação integral e continuada.
- ◆ Formação de mediadores de leitura.
- ◆ Estudos e apoio à pesquisa acadêmica nas áreas do livro e da leitura.
- ◆ Sistemas de informação (SI) nas áreas de bibliotecas, bibliografias e mercado editorial.
- ◆ Concessão de prêmios e de outras estratégias de reconhecimento às ações de estímulo e fomento às práticas de leitura.
- ◆ Valorização da leitura por meio de diversas formas de comunicação.
- ◆ Ações de conscientização.
- ◆ Estímulo às publicações impressas e a outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura.

Complementando esse rol, González de Gómez (1999) menciona a relevância de outras

atividades que tragam implícitas uma GI capaz de envolver um plano, a instrumentalização, a definição / concessão de recursos humanos, materiais e financeiros, sem olvidar a importância de monitoramento sistemático das ações de informação com seus possíveis desdobramentos em SI, e, obviamente, serviços e produtos. Isto porque, é a gestão que determina a mediação entre as políticas de informação de determinado setor e o comportamento informacional dos atores sociais envolvidos, sejam eles o Estado, os administradores públicos ou as comunidades usuárias de bens e SI, além de instituições ou indivíduos atingidos em seu repertório cognitivo face à disponibilização ou omissão de informações demandadas.

Logo, a gestão de recursos informacionais é determinante no acesso (ou não) a serviços e às aplicações das tecnologias digitais de informação e de comunicação. Por isso, Freire (2006) destaca a democratização do acesso a esses recursos como elemento fundamental nas políticas públicas de inclusão social, independentemente de sua natureza. E no caso específico do PJu, como política pública de inclusão social, mantém, dentre suas diretrizes internas, políticas que podemos considerar como informacionais, em especial, se mantemos um olhar diferenciado em relação a elas e as relacionarmos com o conceito de RI.

4.4.2 Aplicação do regime de informação ao ProJovem Urbano: tentativa de entender suas políticas de informação

Vista a origem do RI e seu desenvolvimento em termos de Brasil face aos estudos de Gonzáles de Gómez (ver **item 4.4**), relembremos que a informação assume a condição de agente, que remete aos atores que agenciam contextos e situações nas quais ela se insere e, também, aos regimes de informação em que se inscreve. A ação de informação é, portanto, aquela que nutre uma orientação afim. Porém, e acordo com a autora supra, num único caso essa finalidade consiste em geração de informação como potência e competência de transformação, ou seja, nela mesma (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, 2003).

Essa mesma autora, ano 2002, resgata os constituintes de um RI, segundo seu introdutor, por Bernd Frohmann (1995):

- ◆ Dispositivos de informação – mecanismo operacional ou conjunto de meios compostos de regras de formação e de transformação.
- ◆ Atores sociais – reconhecidos por suas formas de vidas. Constroem suas identidades por meio de ações formativas, mediante certo nível de institucionalização e de estruturação das ações de informação.

- ♦ Artefatos de informação – modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e transmissão de dados, mensagens e informações, conforme Delaia (2008) acrescenta.

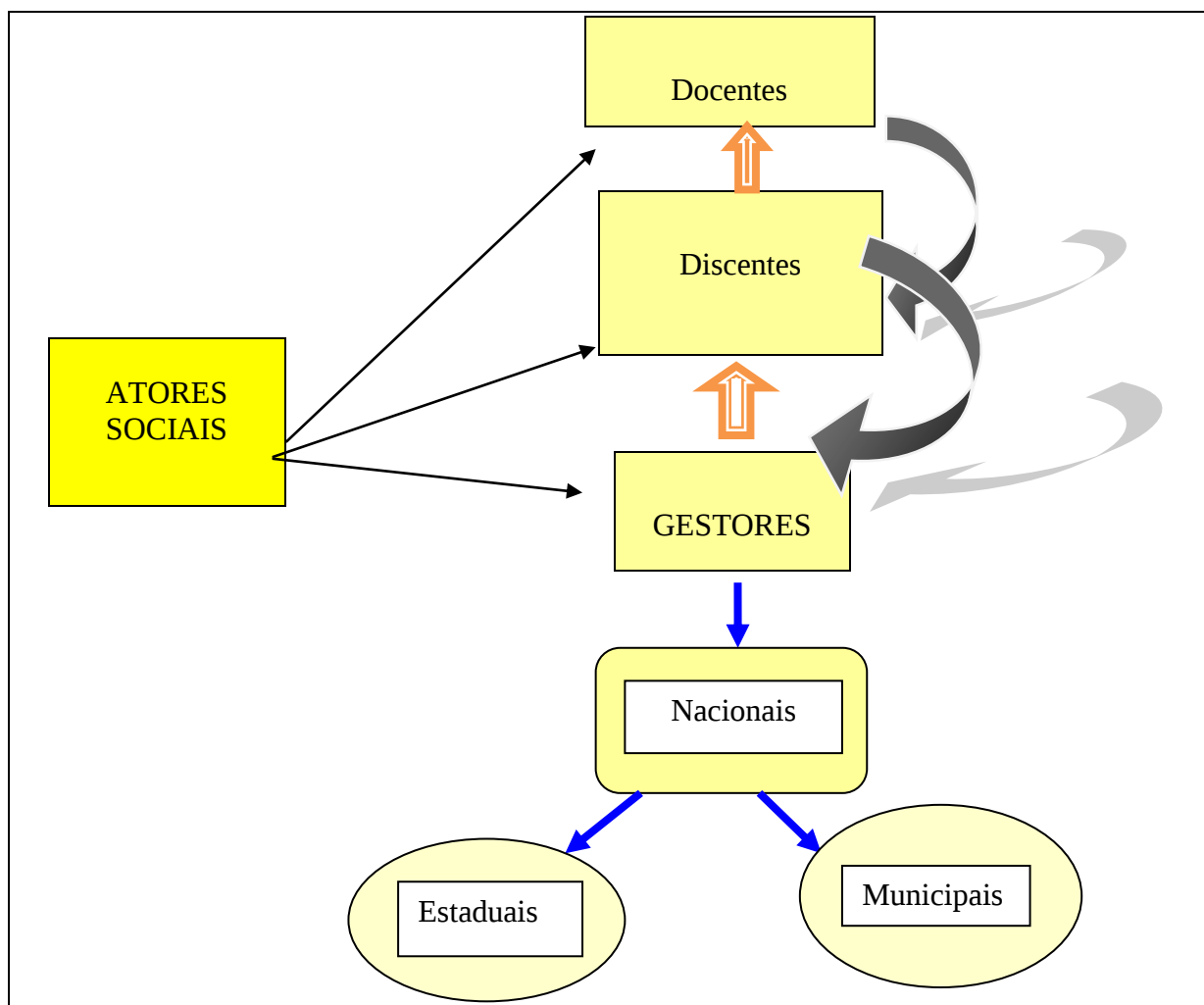
Reforçamos a ideia de que o entendimento das políticas de informação presentes no ProJovem Urbano e a gestão do fluxo informacional que nele circula demandam a aplicação dos conceitos vigentes de RI como estratégia para dinamizar a identificação de componentes que caracterizam essas políticas. Por isso, classificamos os fluxos informacionais do Programa em relação aos constituintes do RI do próprio PJU, com base nos mencionados Bernd Frohmann e Maria Nélda González de Gómez (1999).

Então, no que concerne às políticas públicas de juventude, o PJU assume estratégias de informação via organograma hierárquico com atores específicos. A partir da Coordenação Nacional, seguem os entes federados (Estado, municípios e DF) até alcançar as instituições formadoras, as coordenações de polo ou locais, os educadores e educandos. Esse circuito informacional segue uma instância de gestão que trabalha a formação dos atores do ProJovem em sentido amplo (implantação, execução, formação de professores, avaliação e acompanhamento de corpo docente e discente) por intermédio de mecanismos que viabilizam os objetivos do Programa através de seu RI específico. Há a presença de atores sociais e de dispositivos de informação, **Figura 11**.

Quanto aos dispositivos de informação como mecanismo operacional ou conjunto de meios compostos de regras de formação e de transformação, o ProJovem recorre a vários caminhos para cumprir seus objetivos. Para tanto, sua CN conta com a colaboração de / da:

- ♦ Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR) e Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- ♦ IES que compõem o Sistema de Monitoramento (**Quadro 2**) e Avaliação coordenado pelo Centro de Avaliação de Políticas Públicas (Caed) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
- ♦ Estados e municípios parceiros para a questão de formação.

Figura 11 – Fluxo de informações do ProJovem Urbano representado por atores sociais do Programa



Fonte: Produção da autora, 2012.

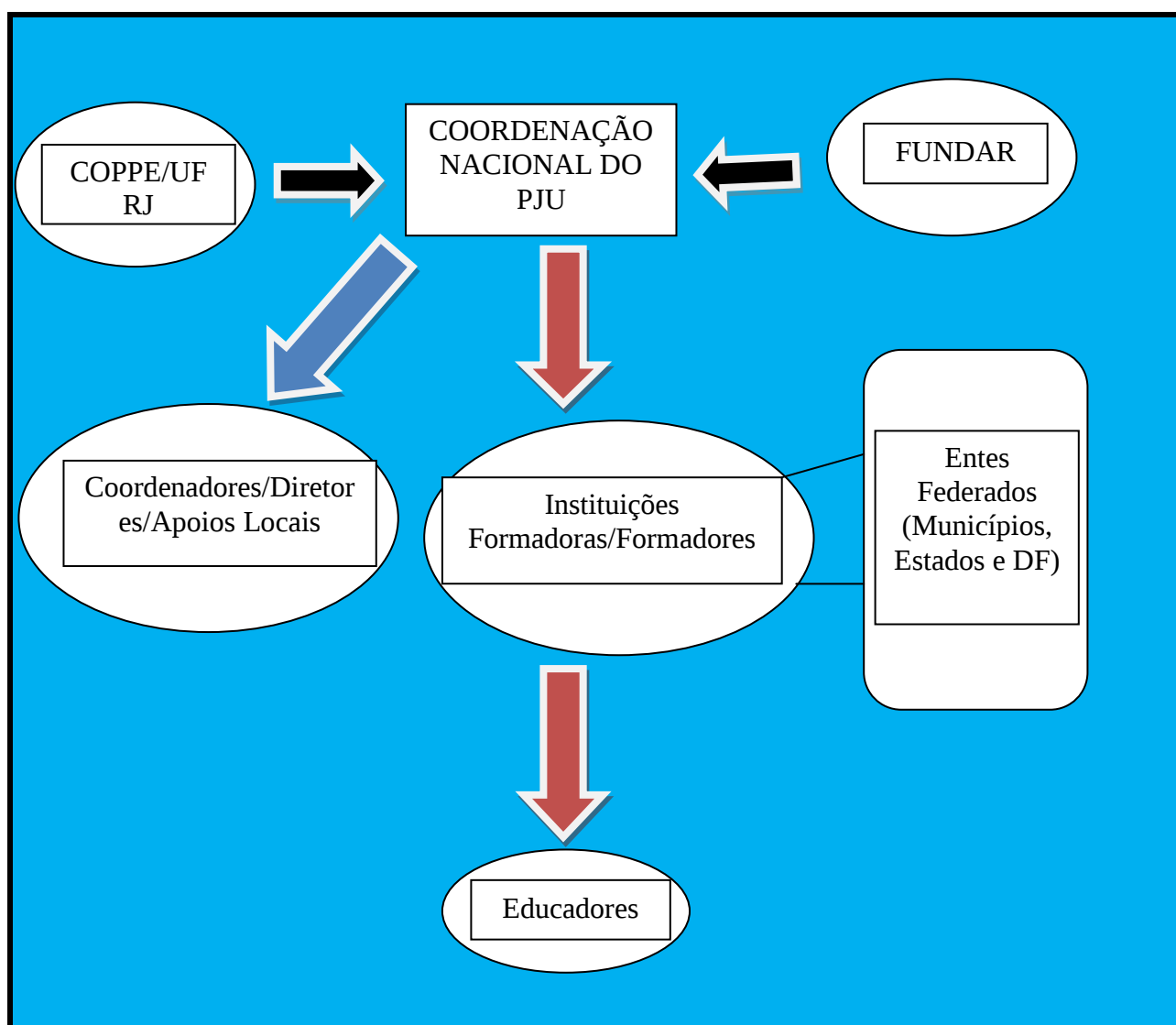
Graças a esses apoios, o funcionamento do ProJovem está assegurado, com destaque para seu portal, *site* / tutorial de formação. Aqui, mais uma vez, reforçamos que o PPI com seu currículo integrado reunindo as três dimensões para o trabalho pedagógico – qualificação profissional, formação básica e participação cidadã – figuram como os maiores viabilizadores das políticas informacionais, adaptáveis às características específicas das diferentes localidades. Logo, Estados e municípios estão livres para fomentar atividades de informação condizentes com as expectativas de seu público-alvo.

Segundo o ProJovem Urbano (PJU, 2008a), as políticas de informação devem sempre seguir princípios determinados previamente: democratização do acesso; ingresso e permanência dos jovens no Programa; eficácia da proposta pedagógica; currículo integrado; aproveitamento dos espaços criados para leitura, estudo e pesquisa; orientações; eventos culturais. Há mais: cumprimento do calendário elaborado; utilização plena do material didático; indicação de

leituras complementares; partilha de experiências e de vivências.

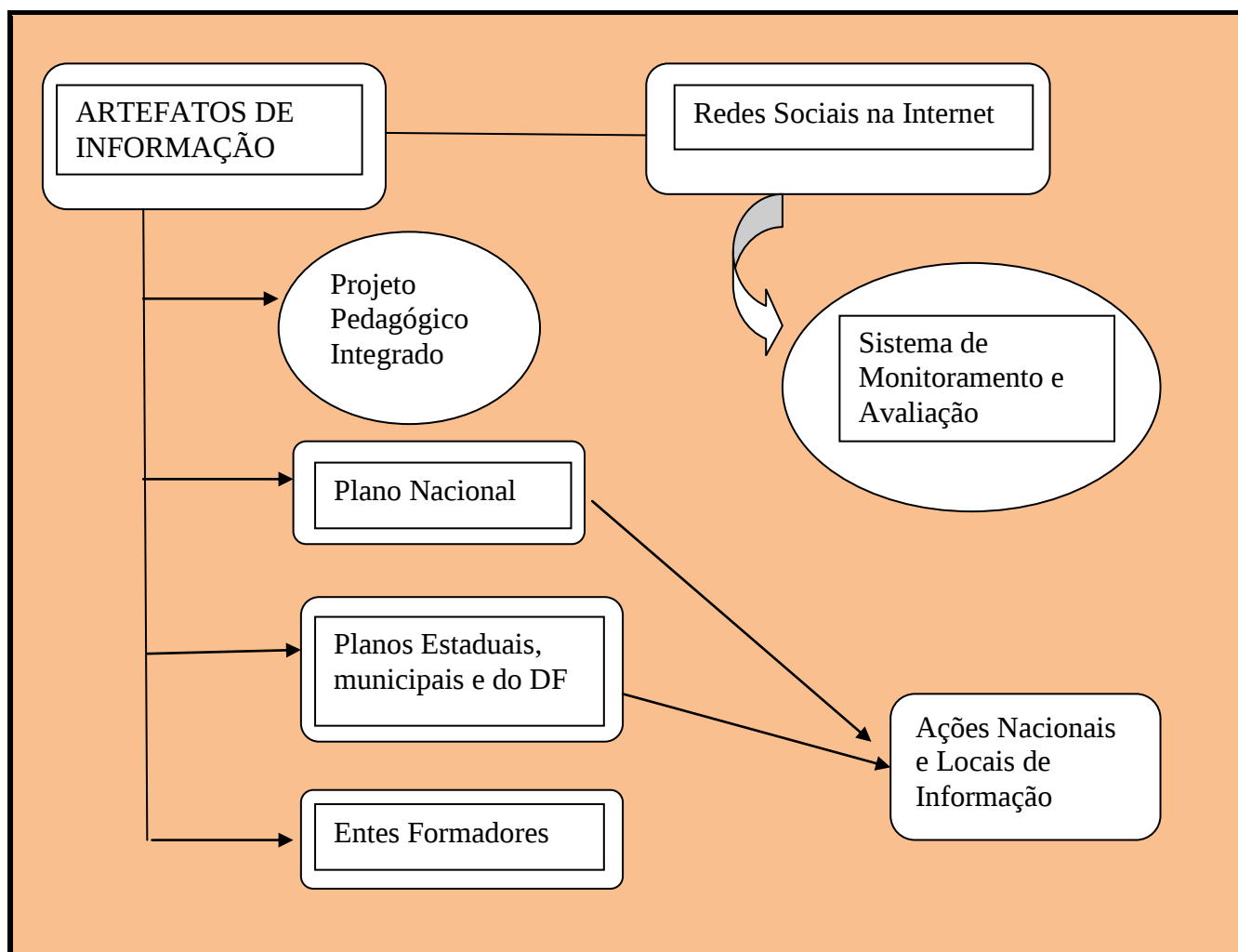
Site e tutorial de formação (<http://www.projovemurbano.gov.br/site/interna.php?p=material&tipo=Conteudos&cod=525>) constituem dispositivo de informação aberto aos participantes e ao público em geral, embora privilegie coordenadores, diretores, apoios, formadores, educadores e jovens envolvidos diretamente no desenvolvimento do ProJovem. Trata-se de espaço de interação, com amplo intercâmbio de informações e discussões acerca de temas relevantes, afora atividades não presenciais planejadas pelos educadores ou por iniciativa de um dos participantes. Para sumarizar, podemos representar os dispositivos de informação, como a **Figura 12** apresenta, e, ainda, os artefatos de informação (**Figura 13**).

Figura 12 – Dispositivos do ProJovem x instâncias de gestão do ProJovem Urbano



Fonte: Produção da autora, 2012.

Figura 13 – Artefatos de informação do ProJovem

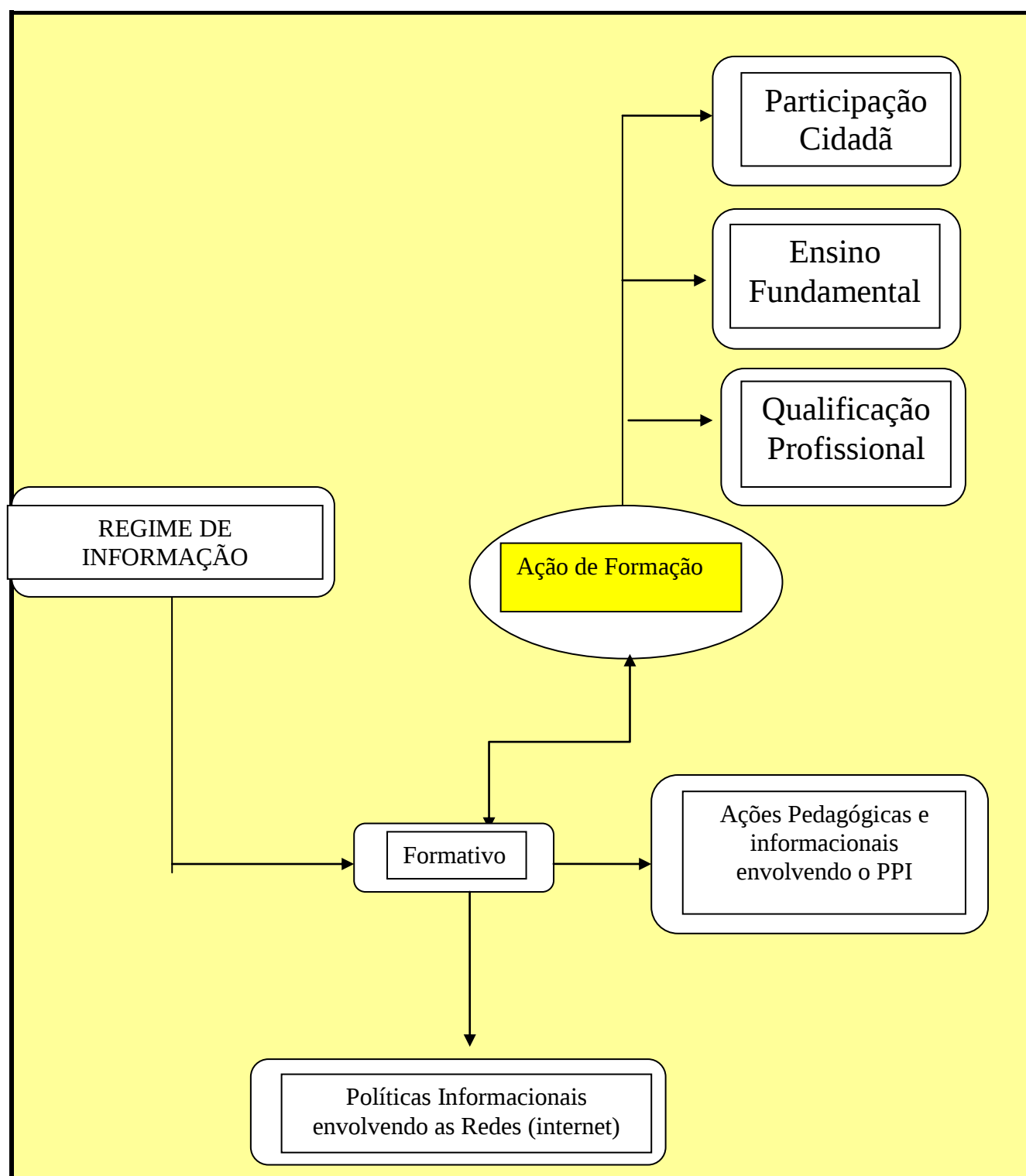


Fonte: Produção da autora, 2012.

Regime de informação

Por fim, é viável caracterizar o RI do PJU, segundo as modalidades antes citadas e descritas (**item 4.4**) por Maria Nélida González de Gómez: ação de mediação; ação formativa; e ação relacional. Confrontando cada modalidade com os objetivos do ProJovem Urbano, é visível que o RI possui caráter formativo. Suas ações estão voltadas para um fim genérico e amplo: formar jovens cidadãos atuantes e qualificados para o mercado de trabalho, como a **Figura 14** permite vislumbrar.

Figura 14 – Caracterização da modalidade do regime de informação do ProJovem



Fonte: Produção da autora, 2012.

4.4.3 Políticas de informação no ProJovem Urbano: traços de forte timidez

Perspectivas em políticas de informação se refletem no ProJovem Urbano a fim de contribuir não apenas como política pública (cujas missão é a inclusão social de jovens) mas também para a formação integral da juventude brasileira, cujos representantes não conseguem se incluir no *ranking* social sem a aquisição de hábitos sólidos de obtenção de informações e de apreensão de conhecimentos.

Segundo informações dos coordenadores locais adquiridas ao longo da coleta de dados, inexistem políticas de informação no sentido *stricto* do termo na PB. Os apoios de nível médio admitem arquivar as informações dispostas na *web*, depois de sua impressão, em pastas separadas e tituladas de acordo com as demandas do Programa. A documentação é armazenada em ordem cronológica, quer dizer, da mais antiga para a mais recente e sua consulta é privativa dos que fazem parte da Coordenação local, sem acesso ao público. Em geral, a documentação da *web* se refere à:

- ◆ Informativos.
- ◆ Solicitações.
- ◆ Ofícios.
- ◆ Convocações.
- ◆ Contratos.
- ◆ Decretos.
- ◆ Editais.
- ◆ Frequência de alunos para controle do SMA.
- ◆ Frequência de professores para controle da Coordenação local.
- ◆ Cadastros.
- ◆ Relatórios de ações executivas.
- ◆ Relatórios de visitas.
- ◆ Relatórios pedagógicos.
- ◆ Listagem de alunos e professores.
- ◆ Levantamento de materiais pedagógicos.
- ◆ Levantamento dos laboratórios das escolas.
- ◆ Levantamento de alunos aptos para a avaliação.
- ◆ Listagem de resultados da avaliação para o SMA.
- ◆ Listagem de escolas parceiras.

- ◆ Planilhas de contatos (Coordenação Nacional; coordenações locais e de polo; professores; Diretores de escolas parceiras).
- ◆ Relação de municípios parceiros.
- ◆ Listagem de resultados simplificados de processos seletivos para coordenadores, apoios técnicos Matriculadores e professores.
- ◆ Quadro de acompanhamento de matrículas.
- ◆ Quadro de acompanhamento dos arcos ocupacionais.
- ◆ Rol de endereços de escolas parceiras.
- ◆ Quadro de quantidade de vagas para alunos por município.
- ◆ Planos (implementação, mídia, etc.).
- ◆ Listagem de *e-mails* institucionais pertencentes à equipe local.
- ◆ Listagem de *e-mails* pertencentes a professores e diretores das escolas parceiras.
- ◆ Listagem de telefones de professores e diretores das escolas parceiras.
- ◆ Listagem de pontuação (avaliação dos alunos).
- ◆ Listagem de realização das provas de avaliação dos alunos.
- ◆ Relatórios de matrícula.
- ◆ Relatórios da formação inicial de matriculadores.
- ◆ Relatórios da formação inicial e continuada de professores.
- ◆ Relatórios da formação inicial e continuada da equipe local.
- ◆ Relatórios de reuniões.
- ◆ Relatórios de solicitações / demandas das escolas para acolhimento do Programa.
- ◆ Relatórios de necessidades pedagógicas dos professores.
- ◆ Cronogramas de eventos (nacionais e locais).
- ◆ Listagens de locais de matrícula.
- ◆ Licitações.
- ◆ Minutas.
- ◆ Fax.
- ◆ *E-mails*.
- ◆ Quadro de distribuição de material didático para professores e alunos.
- ◆ Documentos relativos aos processos seletivos: provas, lista de classificados para as etapas do processo seletivo, editais etc.
- ◆ Currículos de professores.
- ◆ Documentação pessoal de professores.

- ◆ Documentação pessoal dos alunos matriculados.
- ◆ Fichas de acompanhamento de alunos.

No que diz respeito aos fluxos da rede PJU nacional, Salgado (2005) menciona os itens:

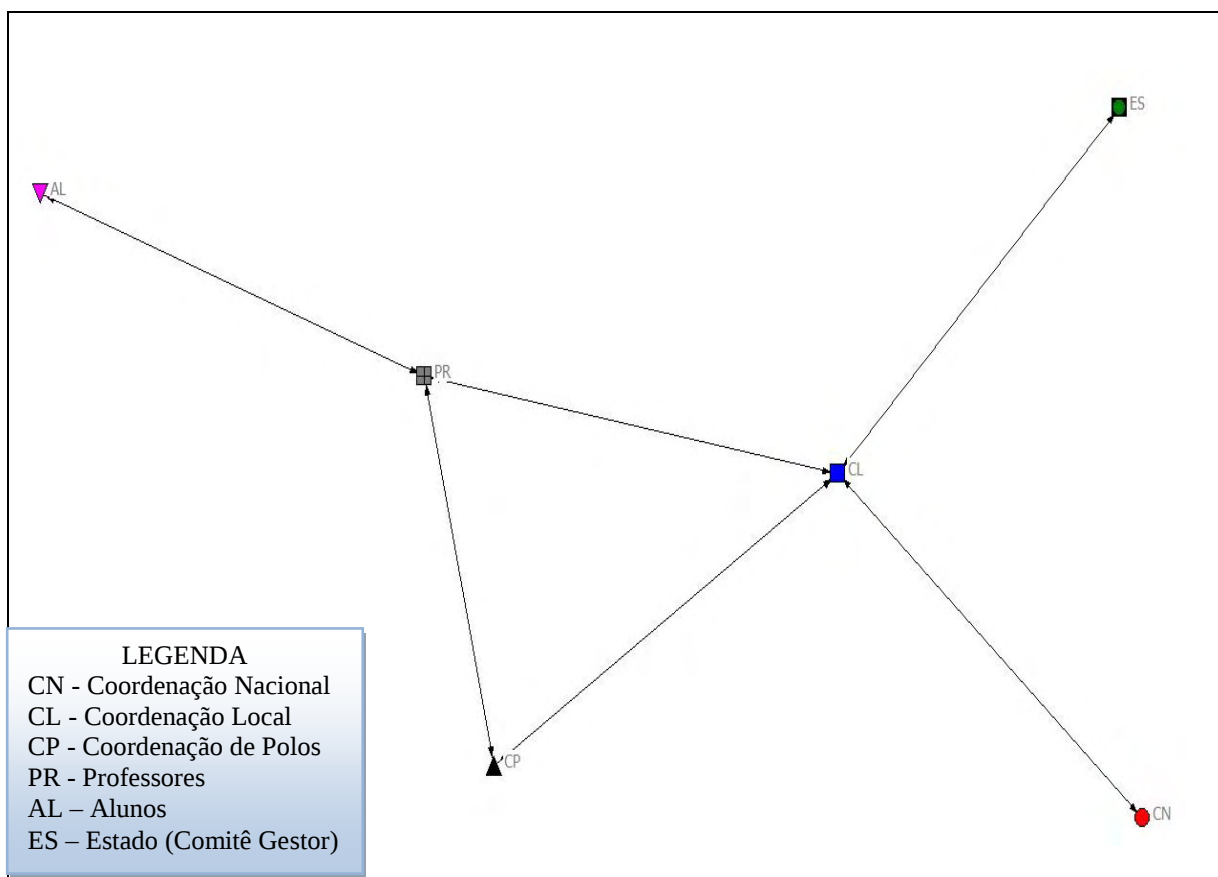
- ◆ Legislação que rege o Programa.
- ◆ Diretrizes da Coordenação Nacional.
- ◆ Orientações às coordenações locais.
- ◆ Conteúdos veiculados no portal e no Jornal do PJU.
- ◆ Conteúdos curriculares dirigidos aos alunos, nas três dimensões do currículo.
- ◆ Conteúdos curriculares da formação inicial de vários níveis de gestores locais e educadores.
- ◆ Reflexão acerca da formação continuada nos diferentes níveis – gestores locais e educadores.
- ◆ Planos de ensino-aprendizagem resultantes de trabalho coletivo de gestores e educadores.
- ◆ Produção do alunados – sínteses, POP, PLA.
- ◆ Informações resultantes da avaliação interna – provas e fichas.
- ◆ Informações resultantes da avaliação externa – diagnóstico; exame do primeiro e do segundo ciclo; exame final.

A direção dos fluxos informacionais se dá em algumas vias principais:

- a) Coordenação Nacional —————> Coordenação local.
- b) Coordenação local —————> Coordenação de polos.
- c) Coordenação de polo —————> professores.
- d) Professores —————> alunos.
- e) Coordenação local —————> Estado (Secretaria da Educação do Estado – Comitê Gestor local).
- f) Coordenação local —————> Coordenação Nacional.
- g) Coordenação de polo —————> Coordenação local.
- h) Professores —————> Coordenação de polo.
- i) Professores —————> Coordenação local.

A direção desses fluxos é mais visível na **Figura 15**.

Figura 15 – Desenho organizacional da rede dos fluxos informacionais do ProJovem Urbano do Estado da Paraíba



Fonte: Produção da autora, 2012, com base no *software* Ucinet.

Em visitas à sede da Coordenação local (**APÊNDICE A**), constatamos a inexistência de bibliotecas para apoio de professores, alunos e coordenadores. Os livros produzidos pelo ProJovem Urbano, inclusive os destinados aos docentes, quando enviados à Coordenação são guardados no mesmo ambiente onde está o arquivo geral do PJU-PB,. Os materiais didáticos para o alunado são encaminhados ao almoxarifado do Estado e distribuídos segundo o calendário. Face à ausência de profissionais especializados, a organização da documentação fica a cargo dos apoios técnicos de nível médio e superior. No caso específico da documentação que está na *web*, o PJU-PB é obrigado a salvá-la em pastas de arquivos do sistema geral da Secretaria da Educação do Governo do Estado. O resgate pode ser feito por membros da gestão estadual do Programa, da Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos (a qual o Programa está vinculado) e do Secretário da Educação, mediante senhas geradas pelo setor de informática do Estado da PB. Outros setores da secretaria não têm acesso a esses dados.

Quando nos referimos às políticas de informação mantidas no âmbito de Coordenação Nacional do ProJovem Urbano, os poucos dados a que tivemos acesso se limitam à afirmação de

que toda a documentação arquivada e / ou em circulação refere-se, basicamente, aos documentos enviados ou recebidos pelas coordenações locais, além dos que são elaborados na própria CN junto ao Governo Federal.

Ainda segundo informes da Coordenação Nacional, há uma Assessoria de Gestão da Informação responsável pela organização das informações produzidas no Programa em sua totalidade. Na verdade, os profissionais da ASGI, em geral, são especialistas em informática encarregados da manutenção da rede PJU (*site*, programas específicos para funcionamento do SMA e outros elementos) com a finalidade de garantir seu funcionamento harmônico. Além desses expertos, os entrevistados (**APÊNDICE A**) citam jornalistas responsáveis pelo jornal e portal PJU. Em termos amplos, os comunicólogos podem ser vistos como profissionais da informação. No entanto, ao contrário dos bibliotecários, cientistas da informação e arquivistas, eles não são especializados em GI e / ou GC.

No que tange à documentação produzida na internet, também não é tratada por profissionais especializados nem quando de sua organização e classificação nem tampouco quando da busca. A Coordenação Nacional informou apenas que cada setor do Programa é responsável pela produção e organização de sua documentação e, de forma similar, o resgate ou a recuperação de também é função dos chefes dos setores. Em outras palavras, cada segmento do Programa assume a responsabilidade de salvar a documentação produzida na *web* em pastas de arquivos específicas no sistema geral do PJU, para que os outros membros da CN utilize, sempre que necessário. Esse sistema, criado pelo Departamento de Engenharia de Produção da UFRJ, é sigiloso e exclusivo para o ProJovem, sob o controle da ASGI, que restringe a consulta às informações somente mediante senha.

As políticas de informação do ProJovem Urbano efetivadas via sistemas de informação ora descritos, tanto na esfera da Paraíba quanto em âmbito nacional, sinalizam fragilidade, tanto pelo cuidado exacerbado que cerca o fluxo informacional quanto pela escassez de profissionais da informação. Em oposição às marcas de timidez, há sempre a chance de o próprio PPI investir na construção de políticas de informação nos entes federados, permitindo aos Estados e municípios traçarem princípios alusivos ao circuito de informações em consonância com suas necessidades e possibilidades.

Resumindo: apesar da existência do portal, *site* / tutorial de formação em sintonia com as informações atuais e o Programa estar atento para as mudanças da era da informação, inexistem políticas consolidadas de natureza nacional. Isso demanda uma série de iniciativas. Dentre elas: sistemas eficazes de busca e de recuperação de informações geradas em âmbito nacional, estadual e municipal; políticas de manutenção das redes na *web*; contratação de profissionais

especializados em GI e / ou GC; incremento de informações; acesso mais democrático às informações por meio de manutenção de biblioteca virtual própria. Há, ainda, outras alternativas: edição de revista eletrônica, onde os educadores possam divulgar artigos de sua autoria, inclusive sobre sua vivência no ProJovem; edição de livros, tanto dos educadores e educando, mas, também, dos órgãos parceiros ou entes federados ou coordenações; organização de eventos, a exemplo de mesas redondas, seminários, exposições e congressos; concursos de naturezas distintas; premiação para *sites* e redes sociais criativas e voltadas aos objetivos centrais do Programa. Enfim, há um leque vasto de opções que podem transformar o ProJovem Urbano em referência mundial para outros países.

5 O FIO CONDUTOR DA GESTÃO PROJOVEM URBANO: AS AMARRAS DAS REDES SOCIAIS

“As redes sociais não são uma virtualidade em nossa vida: é nossa realidade que se fez virtual” (Castells, 2011 em entrevista ao o 1º jornal-site-revista-laboratório - Webmanario).

Como proposto na introdução, este capítulo tem a finalidade de refletir sobre a estratégia de gestão do ProJovem Urbano e as implicações que apresenta para a atuação de cada membro participante no que procede às relações sociais e ao contexto informacional do Programa. Ora, se como visto no decorrer das demais partes da dissertação, o Programa configura-se como rede, com participantes de diferentes naturezas – professores, estudantes, administradores, consultores, órgãos governamentais, IES, etc. – além de incluir diferentes categorias de gestores em nível nacional, estadual e municipal, é preciso, de início, rever a concepção de redes e de redes sociais, no meio eletrônico ou fora dele. Também vale a pena discutir e entender a gestão dessas redes para chegar às redes sociais do ProJovem Urbano e do PJU-PB com maior chance de compreensão e aprofundamento.

5.1 Conceituando e entendendo redes

Derivado do latim *rete*, rede significa entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, etc., com aberturas regulares, fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido. Trazendo para a CI ou para o conhecimento mais elaborado, refere-se a:

- (i) qualquer conjunto ou estrutura que por sua disposição lembre um sistema reticulado;
- (ii) conjunto dos meios de comunicação ou de informação (telefone, telégrafo, rádio, televisão, jornais, revistas, etc.), ou o conjunto das vias (e do equipamento) de transporte ferroviário, rodoviário, aéreo, etc., que, pela sua estrutura e modo de distribuição, se assemelha a uma rede e se difunde em áreas mais ou menos consideráveis;
- (iii) conjunto de estabelecimentos, agências, ou mesmo de indivíduos, que se destina a prestar determinado tipo de serviço (SALGADO, 2008a, p. 52).

Para a autora, as redes podem ser predominantemente tecnológicas / informacionais, tais como redes de distribuição de água e de energia elétrica; redes de equipamentos de TV via satélite; e as infovias. Temos, também, redes sociais que congregam indivíduos ou instituições, e

cujo funcionamento depende de condições técnicas para que a conexão entre as partes se dê de forma satisfatória. Isso corresponde à convicção de que quanto mais avançados são os recursos tecnológicos que lhes dão sustentação, maior será sua estabilidade.

Para Castells (2009), na era da informação, funções e processos dominantes estão cada vez mais organizados em torno de redes. O termo pressupõe a existência de estruturas abertas capazes de expansão de forma quase ilimitada, integrando novos nós desde que consigam manter e compartilhar os objetivos propostos. Logo, uma estrutura social com base em redes atua como sistema aberto altamente dinâmico e suscetível de inovações sem ameaças ao seu equilíbrio. Para Cruz e Martins e Augusto (2008), a definição de redes surge como chave cognitiva privilegiada no entendimento das mudanças de significativa magnitude que acontecem nas esferas políticas, econômicas e sociais. Martinho (2003) complementa e afirma que, no campo das CHS, é natural a apropriação do termo rede na acepção de sistemas, estruturas ou desenhos organizacionais que possuem elementos dispersos no espaço e que mantêm relações entre si.

Para Marteleto (2010), nas ciências sociais e, em especial, na CI, o termo rede – empregado no singular ou no plural – associa-se ao qualificativo social para especificar o campo das CS, mas sem definir uma disciplina específica. Afinal, além da CI, ele encontra acolhida preferencial em determinados ramos do saber, como antropologia, ciências políticas, comunicação social, economia, psicologia e sociologia. Aliás, há outras e variadas temáticas que atravessam diferentes domínios acadêmicos e são mais bem aceitos em determinadas disciplinas. Por exemplo, a sociabilidade interessa à antropologia, sociologia e psicologia.

As relações entre Estado e movimentos sociais com mediação de ONGs, políticas públicas e governança suscitam curiosidade intelectual à ciência política e à economia, enquanto na administração, predominam pesquisas sobre redes organizacionais e interorganizacionais, redes de cooperação entre pequenas e médias empresas, além de arranjos produtivos locais. Na comunicação social e CI, prevalecem análises sobre relações interpessoais e ações colaborativas na produção do conhecimento na internet, além de redes de conhecimento, redes cognitivas, comunidades de práticas, sempre priorizando a produção, organização, apropriação, gestão e o uso do conhecimento. Por fim, Marteleto (2010, p. 2) diz que, em sua percepção e em linhas gerais, “os estudos de redes sociais permitem a construção de uma compreensão inovadora da sociedade, que ultrapassa os princípios tradicionais, nos quais o elo social é visto como algo que se estabelece em função dos papéis instituídos e das funções que lhes correspondem”.

5.2 Redes sociais: desvendando a teia de comunicações

Estudos sobre redes sociais começam a se estruturar no início do século XXI. A autora antes citada chama a atenção para a vasta e dispersa literatura internacional sobre redes. São trabalhos que atribuem ao antropólogo A. Barnes a criação do conceito para descrever uma questão metodológica fundamental dos estudos em pauta: a extensão das redes sociais. Ao realizar uma etnografia sobre os princípios de estratificação social numa ilha norueguesa, Barnes (1954, p. 40) explorou uma hipótese, segundo a qual todos os habitantes estariam “[...] interligados uns aos outros por cadeias de interconhecimentos mais ou menos extensas que não se limitam [...] à ilha, mas ligam seus habitantes a outros sujeitos fora de seu espaço social e geográfico de pertencimento”.

Outro marco fundador do conceito de redes sociais refere-se à pesquisa da antropóloga de E. Bott, realizada ainda em 1957 sobre o elo entre relações conjugais e redes de referência do casal. À época, evidencia que a lógica de compartilhamento e de divisão de tarefas entre os pares é influenciada pelo pertencimento às redes sociais e, sobretudo, pelos traços dessas redes. Também J. C. Mitchell (1969), antropólogo da escola estruturalista inglesa, integra o rol dos fundadores do conceito de redes sociais. Em 1969, lidera pesquisas de grupos de antropólogos na África Central, com base no pressuposto de que redes sociais e seus respectivos elos podem ser empregados para compreender e analisar o comportamento dos indivíduos que as integram.

Os achados desses fundadores demarcam, anos depois, juntamente com pesquisadores da sociologia norte-americana orientados pelos estudos empíricos da sociometria, o campo de estudos da mencionada Análise de Redes Sociais. Fizemos menção à contribuição à ARS de Regina Marteleto e colaboradores, no Brasil, ainda no **item 2.4**, pertinente à apresentação de dados sobre a coleta de dados da pesquisa. Os estudos acerca da ARS estabelecem três princípios gerais para o estudo das redes sociais:

1. Sua extensão e não finitude em relação ao espaço local.
2. Compreensão das redes densas, advindas das relações de proximidade (familiares e de vizinhança) e das redes ampliadas (relações de trabalho, associativas e participativas);
3. O entendimento de que, por meio da configuração das redes sociais e dos elos entre os atores, é possível analisar o comportamento individual e coletivo de seus membros (MARTELETO, 2010, p. 3).

Por outro lado, em termos de evolução dos pesquisas sobre a ARS, no caso particular da CI e em território nacional, segundo Marteleto (2010), elas surgem desde o final dos anos 90. De início, como em outros domínios de conhecimento, chegam associadas aos efeitos da globalização econômica e da mundialização cultural no contexto da ampliação da comunicação e

dos fluxos informacionais mediados pelas TIC. Esse panorama tanto inspira temáticas e questões abordadas quanto favorece a produção de ferramentas metodológicas sofisticadas para a ARS.

A bem da verdade, o alcance científico e a aplicabilidade metodológica dessas iniciativas ainda carecem de sistematização em diferentes países. No Brasil, porém, são ainda mais raros e esparsos, sem formar uma massa crítica epistemológica sobre o emprego do conceito de redes sociais e de suas ferramentas metodológicas em pesquisas direcionadas às redes sociais de informação e de conceitos correlatos.

Historicamente, as primeiras demarcações sobre os estudos de redes sociais em CI passam por Aguiar (2007), a quem coube efetivar levantamento com o fim de perceber a trajetória, as tendências e as lacunas de investigações sobre o tema no país. Naquele momento histórico, a pesquisadora explorou a literatura acadêmica produzida por pesquisadores doutores com currículos disponíveis na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre os anos de 1996 e 2006. Incorporou 10 disciplinas das CHS, inclusive a CI. Dentre os resultados alcançados, destacamos o inesperado interesse acadêmico pelo tema desde 2000, talvez por conta da expansão da Grande Rede e do caráter indiscutivelmente multidisciplinar das redes sociais.

De fato, o elemento comum dos trabalhos em torno das redes é a ênfase nas relações sociais para analisar fenômenos sociais, culturais, econômicos ou políticos, o que constitui preocupação clássica e perene nas CS. O conceito de redes sociais leva à compreensão da comunidade a partir dos vínculos relacionais entre os indivíduos, que tendem a reforçar sua capacidade de atuação, compartilhamento, aprendizagem, captação de recursos e mobilização. Assim, como natural, as redes sociais figuram como conjuntos de contatos que unem diversos atores. Tais contatos podem ser de diferentes tipos, com conteúdos distintos e diversas propriedades estruturais, como Nelson (1984) assegura. Nesse caso, é evidente que a forma de relações entre os atores sociais consiste no caráter orientado (ou não) das inter-relações. A relação orientada entre dois atores existe quando há transmissão de um para o outro. A não orientada se efetiva quando não há transmissões unilaterais de um ator para o outro, mas, sim, perfaz um relacionamento que não comporta qualquer orientação.

Em sentido oposto, Berry (1997) argumenta que, independentemente das relações, dos contatos ou das modalidades de interação entre os atores sociais, a inovação numa rede flui da reflexão sobre experiências e do aprendizado advindo do contato e da experimentação e, portanto, do valor atribuído à rede pelo próprio ator. Em outras palavras, no seu ponto de vista, a inovação não advém de conversações ou do compartilhamento de informações e conhecimentos diversificados, nem muito menos do nível como as orientações acontecem no interior das redes.

É também interessante analisar as palavras *ipsis litteris* de Sodré (2002, p. 14), para quem as redes são configurações “[...] onde as conexões e as interseções tomam o lugar do que seria antes pura linearidade”. E mais, conexões e interações ocorrem pelo contato direto (face a face) ou contato indireto, por meio de veículos mediadores, como internet, telefone e outros meios.

Quando nos referimos à discussão da conceituação de redes sociais nas CS, é útil rever o pensamento de Tomaél e Alcará e Di Chiara (2005). Para as autoras, a ideia de redes nas ciências sociais é vista como agrupamento de relações e de funções exercidas pelos indivíduos uns em relação aos outros, haja vista que, como se dá em qualquer sociedade complexa, cada associação de seres humanos assume feição singular, observando-se dependência, maior ou menor, entre as pessoas. Marteleto (2000) enfatiza que os vínculos entre elas acontecem continuamente, embora, com frequência, de forma invisível. Mas, insiste, que são vinculações reais.

Nas CI, as redes sociais perpassam a necessidade de compartilhamento entre informação e conhecimento, considerando que estamos diante de dois elementos que estão

[...] em todas as esferas e áreas, são considerados essenciais tanto do ponto de vista acadêmico quanto profissional e, quando transformados pelas ações dos indivíduos, tornam-se competências valorizadas, gerando benefícios sociais e econômicos que estimulam o desenvolvimento e são, ainda, recursos fundamentais para formação e manutenção das redes sociais (TOMAÉL; ALCARÁ; DI CHIARA, 2005, p. 8).

São colocações que reiteram a configuração das redes sociais como teias de comunicações, e, por conseguinte, inerentes à natureza humana. O homem, por não sobreviver isolado, se une aos seus semelhantes. Com eles, vai, pouco a pouco ou com maior rapidez, estabelecendo relações de naturezas diferenciadas. Às vezes, relações estritamente comerciais; outras, de trabalho; outras, de amizade e assim por diante. O certo é que são relações de interesses que se desenvolvem e oscilam em consonância com as circunstâncias e, sobretudo, a depender de como se dá sua inserção em determinado contexto social.

Ora, se onde quer que estejamos, há constantes mudanças contextuais, decerto, as redes se firmam como ponto de convergência de informações circulantes e de conhecimentos gerados ou sedimentados. Logo, para Tomaél e Alcará e Di Chiara (2005), no campo da CI, as redes sociais constituem estratégias usadas pela sociedade para o compartilhamento de informações e de conhecimentos, por meio das relações entre os atores que delas participam. Sendo assim, da mesma forma que, como antes descrito, C&T e P&D abrem caminho para a competitividade econômica das nações, informação e conhecimento também agem como passaportes essenciais à inovação e à obtenção e gestão de poder.

Em 2010, Marteleto realiza uma busca livre no Google com os termos informação e redes sociais. Identifica, então, dois artigos de autores brasileiros com maior índice de citações. O primeiro pertence à CI e o segundo, ao campo da saúde. O *paper* em Ciência da Informação, *Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação*, com 156 citações, escrito pela própria Regina Marteleto (2001), trata da temática da construção de redes sociais com foco no conhecimento e na apropriação de informações em movimentos sociais e comunitários orientados por questões de saúde. O segundo, intitulado *Redes sociais e difusão da Aids no Brasil*, de C. Barcellos e F. I. Bastos (1996), com 81 citações, analisa a difusão da Aids com base na interação social ampliada, mormente, nos grandes centros urbanos.

Adiante, levando em conta apenas as 10 primeiras referências posteriores, seguem oito trabalhos oriundos das CS, além de dois outros, no campo da saúde, assim distribuídos:

- ◆ Ciência da Informação = 2
- ◆ Sociologia = 2
- ◆ Ciências Políticas = 2
- ◆ Saúde = 2
- ◆ Administração = 1
- ◆ Demografia = 1

Como ora exposto, são resultados de pesquisa, entre 1999 e 2006, que se enquadram em seis diferentes disciplinas. É um dado concreto comprobatório da multidisciplinaridade do tema – redes sociais – além de provar sua estreita vinculação com as questões de informação, haja vista o fato de a CI aparecer com três publicações, ou seja, como a área com o número mais alto de menções. Em sua análise, Marteleto (2010) constata, ainda, que os documentos encontrados no Google, no que se refere às suas temáticas específicas, tratam de problemáticas associadas à organização e à participação da sociedade civil em esfera nacional e internacional; à relação entre Estado, sociedade e políticas públicas; aos processos participativos e comunitários; e de planejamento na saúde em redes organizacionais. De qualquer forma, os teóricos consultados estão de acordo quanto ao valor das redes organizacionais, como as palavras de Capra (2002, p. 267) demonstram:

[...] na era da informação – na qual vivemos – as funções e processos sociais organizam-se cada vez mais em torno de redes. Quer se trate das grandes empresas, do mercado financeiro, dos meios de comunicação ou das novas ONGs globais, constatamos que a organização em rede tornou-se um fenômeno

social importante e uma fonte crítica de poder.

Para o citado autor, com base em seu dinamismo, as redes, no ambiente organizacional, funcionam como espaços para compartilhamento de informações e conhecimentos. São espaços presenciais ou virtuais, onde pessoas com objetivos idênticos ou similares trocam experiências, criam bases e geram informações relevantes para o setor em que atuam.

A este respeito, na mesma linha de Marteleto (2001, 2010) e de Marteleto e Tomaél (2005), para Tomaél e Alcará e Di Chiara (2005), as redes sociais são estruturas invisíveis, informais e tácitas. São conexões ocultas ou como Capra (2002) sustenta, são estruturas submersas com evidentes relações de horizontalidade. Tal noção de horizontalidade refere-se à impossibilidade de determinar, com precisão, a extensão da rede em sua completude, ou seja, além de um ponto determinado. Na verdade, no cotidiano, cada um de nós mantém mais de um círculo de relacionamento. Porém, dificilmente, sabemos mensurá-los ou identificá-los. É como se só víssemos a rede, quando necessitamos dela, como Costa e Castanhar (2003) alertam. Na esfera da CI, Tomaél e Alcará e Di Chiara (2005, p. 9) vão além e afirmam:

Como um espaço de interação, a rede em CI possibilita, a cada conexão, contatos que proporcionam diferentes informações, imprevisíveis e determinadas por um interesse que naquele momento move a rede, contribuindo para a construção da sociedade e direcionando-a.

Devido ao avanço dos mcm, Wellman (1996) verifica, na internet, sua identidade singular em determinada situação. Isto é, representação e interpretação das relações em rede estão fortemente ligadas à realidade que a cercam: a rede é influenciada por seu contexto e este por ela. Na mesma linha, Tomaél e Alcará e Di Chiara (2005, p. 9) acrescentam:

A interação constante ocasiona mudanças estruturais e, em relação às interações em que a troca é a informação, a mudança estrutural que pode ser percebida é a do conhecimento. Quanto mais informação trocamos com o ambiente que nos cerca, com os atores da nossa rede, maior será nossa bagagem de conhecimento, maior será nosso estoque de informação, e é nesse poliedro de significados que inserimos as redes sociais.

Ao que parece, as redes sociais já estão além dos muros acadêmicos e científicos. Alastram-se e ganham espaço em outras esferas, alcançando o espaço virtual e as informações eletrônicas. Na internet, as redes conquistam cada vez mais adeptos, aglutinando pessoas com interesses comuns.

5.3 Redes sociais na internet: entrelaçados em suas próprias características

Definida como um conjunto de dois elementos – atores (pessoas, instituições ou grupos) e conexões (interações ou laços sociais) – rede social é uma metáfora que favorece observar os padrões de dependência de um agrupamento social, a partir de conexões estabelecidas entre os atores. Em se tratando da internet, concretiza-se quando a chance de expressão e de socialização acontece por meio das ferramentas de CMC. Segundo Recuero (2009, p. 24), esses instrumentos permitem que atores interajam e se comuniquem com os demais atores, “[...] deixando rastros na rede de computadores que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais através destes rastros”.

Os elementos que caracterizam as redes sociais na internet passam por sua constituição, suas tipologias e sua reflexão sobre o poder de difusão das informações e a dinamicidade das redes. Na internet, elas mantêm traços característicos que servem de fundamento para que sejam percebidas e as informações a respeito delas sejam apreendidas. Sob esta perspectiva, Recuero (2009) retoma os dois elementos componentes das redes sociais, já mencionados:

- a) Atores – considerados o primeiro elemento da rede social, são pessoas envolvidas na “trama” e que atuam de forma a moldar as estruturas sociais por meio da interação e da constituição de laços sociais. Podem ser representados num *weblog*, num *fotolog* ou em comunidades virtuais. Constroem espaços de interação de forma a expressar elementos de sua personalidade ou individualidade.
- b) Conexões – constituídas por laços sociais, são efetivadas por conta da interação social entre os atores. Figuram como o foco central do estudo das redes sociais, uma vez que sua variação é o elemento responsável pela alteração das estruturas desses grupos. A interação mediada por computador também é geradora e mantenedora de relações complexas e de tipos de valores que constroem e mantêm as redes sociais na internet, consequentemente, faz emergir relações sociais que levam aos laços sociais.

O valor constituído a partir das interações entre os atores sociais via conexões conforma o conceito de capital social aplicado à internet. Refere-se à conexão entre indivíduos – redes sociais e normas de reciprocidade e de confiança dela emergentes. Ainda para Recuero (2009), o conceito de capital social aplicado à internet está atrelado à noção de civismo e de moralidade

fortalecida graças às relações recíprocas. Estas mantêm três fatores básicos: obrigação moral e as normas; a confiança; e as redes sociais. Bourdieu (1983, p. 248-249) assim se pronuncia:

O capital social é o agregado dos recursos atuais e potenciais, os quais estão conectados com a posse de uma rede durável, de relações de conhecimento e reconhecimento mais ou menos institucionalizadas, ou em outras palavras, à associação a um grupo, o qual provê cada um dos membros com o suporte do capital coletivo.

Quanto à tipologia, as redes sociais estão categorizadas de formas variadas, mas privilegiamos as que se aproximam de nossa proposta de pesquisa:

- ◆ Redes igualitárias – redes, cujos nós, face à quantidade de conexões, têm probabilidade de arrematar com uma quantidade mais ou menos igual de conexões. São redes mais harmônicas e sem conglomerados, pois não há nós que possuam quantidade maior de conexões em detrimento de outra.
- ◆ Redes mundos pequenos – redes voltadas para pessoas que se conhecem e que, assim, ostentam baixo nível de separação interpessoal, uma vez que possuem padrões altamente conectados.
- ◆ Redes sem escalas – redes com nós altamente acoplados com uma significativa maioria de nós com poucas conexões.
- ◆ Redes emergentes – redes expressas a partir da interação entre atores sociais, cujas vinculações emergem através de trocas sociais resultantes da interação social e da conversação via CMC. São redes pequenas e mantidas face ao interesse dos atores em fazer amigos e dividir suporte social e confiança.
- ◆ Redes de filiação ou redes associativas – redes percebidas ou medidas por duas variáveis: os atores e os eventos ou grupos. Elas não podem ser vistas sozinhas, e, sim, em conjunto, de modo a permitir a análise de atores e grupos envolvidos.

Além dos elementos que traçam o perfil das redes sociais na internet e de sua classificação, o terceiro ponto que chama a atenção quando o assunto alude às redes sociais na internet é sua extrema dinamicidade no espaço virtual. As dinâmicas das redes sociais são

dependentes das interações que abarcam uma rede e intervêm em sua estrutura, por sinal, em constante transformação. Em consonância com o pensamento de Recuero (2010), nas redes sociais, fatores diversificados, como presença de cooperação, competição e conflito edificam sua estrutura ou exercem influência sobre uma estrutura de rede constituída. A interação social, que participa de toda a dinamicidade por meio de padrões de cooperação, competição e conflito, é vista como geradora de processos sociais.

Outro elemento representativo das redes sociais na internet é sua capacidade de difundir informações através de conexões previamente existentes entre os atores:

Os processos de difusão das informações são emergentes e resultado das interações e dos processos de conflito, cooperação e competição. As informações são difundidas de forma quase epidêmica, alcançando grandes proporções tanto *on-line* quanto *off-line* (RECUERO, 2009, p. 116).

Além disso, lembramos que para entender os fluxos informacionais nas redes sociais inseridas na internet, é preciso, antes de tudo, compreender os valores percebidos nos *sites* de redes sociais e as conexões estabelecidas entre os atores em cada um desses espaços, o que remete à ideia de capital social. Alguns desses espaços onde a interação se dá são as organizações em sua variedade. A comunicação pode ser presencial ou comunicação mediada por computador. É por meio da CMC que muitas instituições gerenciam e administram seu fluxo informacional visando à prestação de serviços para a comunidade.

5.4 Organizações e redes sociais: gestão interconectada

Um mecanismo de flexibilização das relações interpessoais levado em conta em investigações científicas sobre as redes sociais é a governança ou a gestão de redes. Conforme Souza (2004), a governança é um elemento capaz de potencializar o compartilhamento de informações entre organismos e indivíduos e, ainda, contribuir para a geração de novos conhecimentos e de inovações tecnológicas. Como Scott (2000) assegura, as relações nas organizações vêm ganhando relevância e se tornaram foco de estudo somente depois que os sociólogos entenderam que a comunidade urbana constitui uma rede de organizações que precisam do intercâmbio de experiências num processo contínuo e sistemático de troca de informações e conhecimentos.

Para entender a interveniência das redes nas instituições, vamos rever a distinção entre informação e conhecimento. Somente depois, é possível definir a relevância dos termos na gestão das redes sociais nas organizações. Isto porque, apesar de a literatura (DAVENPORT;

PRUSAK, 1998; McGARRY, 1999) reconhecer a dificuldade em conceituar os dois elementos, em consonância com Tomaél e Alcará e Di Chiara (2005, p. 6), concebemos que

[...] a informação está no domínio pessoal do receptor, isto é, é ele quem define se a mensagem recebida acrescenta algum valor ao estado anterior, estabelecendo sentido e modificando atitudes. Informação é sempre fluxo e para o sujeito ela funciona como troca com o mundo exterior, o que lhe confere seu caráter social.

Portanto, ao ser assimilada / interiorizada / processada por um indivíduo, a informação assume a posição de fundamento para sua integração no mundo. Segundo posicionamento de Tálamo (2004), ela permite ajustes contínuos entre mundo interior e mundo exterior. Referindo-se à informação no meio organizacional, e, ao mesmo tempo, valorizar as pessoas nos processos informacionais e a aquisição de informações, Choo (1998) ressalta que as instituições usam a informação de diferentes formas. Na primeira delas, é coletada do ambiente e interpretada para a construção de significados (*sense making*), em busca de sua retenção. Numa outra forma, a informação dá origem a novos conhecimentos (*knowledge creating*) por meio da conversão do conhecimento tácito em explícito e do compartilhamento de informações rumo à inovação. Por último, procura e analisa informações para a tomada de decisões (*decison making*).

Tomaél e Alcará e Di Chiara (2005) também resgatam Choo (1998), quando interpretam a representação proposta por ele, em que a relação entre informação e conhecimento se dá num ciclo, isto é, demanda, busca e uso de informação estão atrelados e há alternância de uma situação para outra. Essas etapas compõem a estrutura cognitiva interna dos cidadãos e refletem sua organização emocional. O modelo pode ser analisado recorrendo-se aos seguintes aspectos:

Necessidade de informação – contém elementos cognitivos, afetivos e situacionais. É primeiramente sentida como uma incerteza. Conforme esse sentimento vai diminuindo, a necessidade de informação progressivamente vai chegando à consciência e então a questão é formalizada.

Busca pela informação – o modelo é analisado valendo-se das seguintes categorias: iniciação, encadeamento, pesquisa, diferenciação, monitoramento, extração, verificação e conclusão. As três primeiras categorias são importantes para o desenvolvimento do foco e estratégia da pesquisa, as demais são fortemente influenciadas pelo ambiente cultural e organizacional, ou seja, a escolha das fontes de informação depende da inserção do indivíduo e da motivação que gerou a busca.

Uso da informação – seleção e processamento de informação resultando em um novo conhecimento ou ação. Nesse aspecto a informação é frequentemente usada para responder às questões, resolver problemas, tomar decisões, negociar posições, ou construir significados para determinada situação. As pessoas sentem satisfação e confiança quando suas pesquisas têm bons resultados, mas,

quando ocorre o contrário, sentem desapontamento e frustração (TOMAÉL; ALCARÁ; DI CHIARA, 2005, p. 9).

Estabelecendo afinidade similar entre informação e conhecimento, Nonaka e Takeuchi (1997, p. 64) afirmam: “[...] a informação é um fluxo de mensagens, enquanto o conhecimento é criado por esse próprio fluxo de informação, ancorado nas crenças e compromissos de seu detentor”. Desse modo, o conhecimento consolida-se com base em informações com valor agregado, assimiladas por sujeitos ou instituições, incorporadas às vivências e aos saberes anteriores acumulados, o que conduz à ação.

Na mesma corrente de pensamento, Krogh e Ichijo e Nonaka (2001) reforçam o conhecimento como inerente a cada um de nós. Daí então, justifica-se o fato de o agenciamento de relacionamentos e a confiança entre os indivíduos assumirem, no meio organizacional, papel determinante na geração de novos conhecimentos. As ligações profícuas favorecem o compartilhamento de *insights* e a livre discussão de temas, corroborando a formação espontânea de pequenas comunidades, que podem agir como verdadeiras fontes de geração de conhecimentos nas organizações empresariais.

Nonaka e Takeuchi (1997, p. 13) classificam o conhecimento em tácito e explícito:

O conhecimento explícito é facilmente transmitido entre os indivíduos, pois “[...] pode ser articulado na linguagem formal, inclusive em afirmações gramaticais, expressões matemáticas, especificações, manuais e assim por diante”. O conhecimento tácito, por sua vez, é o conhecimento pessoal incorporado à experiência individual e envolve fatores intangíveis (crenças pessoais, valores e perspectivas) e é difícil ser articulado na linguagem formal.

Ainda em relação à classificação do conhecimento, Miranda (1999, p. 287) vai além do tácito e explícito para acrescentar o conhecimento estratégico:

Conhecimento explícito – conjunto de informações já elicitadas em algum suporte (livros, documentos, etc.) e que caracteriza o saber disponível sobre o tema específico.

Conhecimento tácito – acúmulo de saber prático sobre um determinado assunto, que agrega convicções, crenças, sentimentos, emoções e outros fatores ligados à experiência e à personalidade de quem o detém.

Conhecimento estratégico – combinação de conhecimento explícito e tácito formado a partir das informações estratégicas e de informações de acompanhamento, agregando-se o conhecimento de especialistas.

Sobre a tipologia ora apresentada, Tomaél e Alcará e Di Chiara (2005) salientam que os dois tipos de conhecimento (tácito e explícito) são inerentes às redes sociais. E é a interação

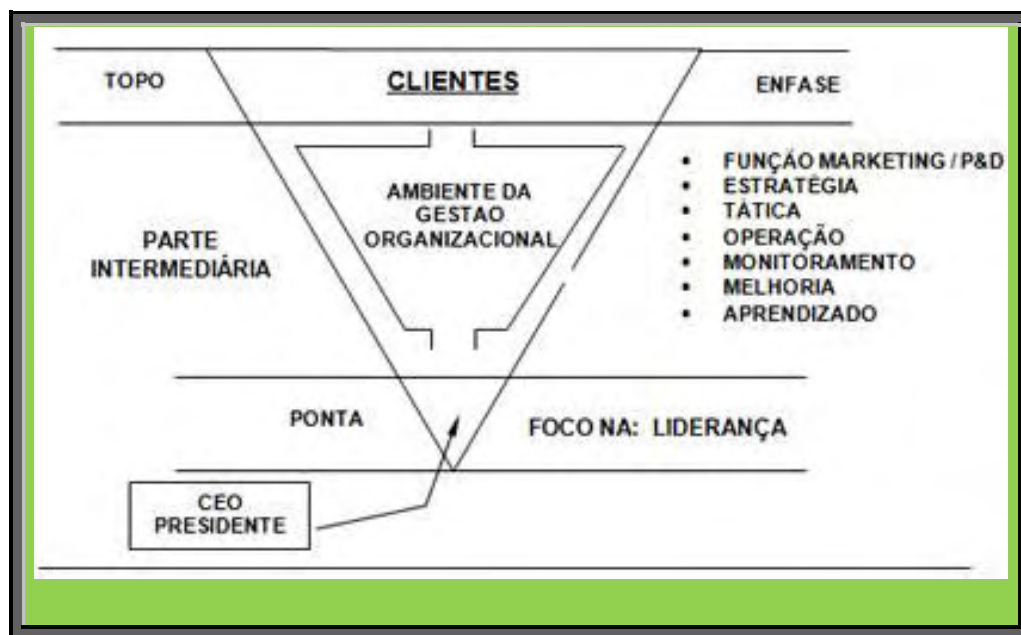
entre eles que admite e estimula novos conhecimentos, uma vez que o dinamismo inerente à sua geração resulta da vinculação entre conhecimento tácito e conhecimento explícito. A essa influência mútua, Nonaka e Takeuchi (1997) nomeiam de conversão do conhecimento, ao tempo em que chamam a atenção para a importância de visualizar tal conversão como processo social entre indivíduos e, nunca, limitada a uma só pessoa. Assim, as redes sociais também quando inseridas nas organizações se mantêm por conta do dinamismo presente na relação entre os indivíduos rumo ao estabelecimento de conhecimentos recém-gerados. É uma ideia que fundamenta as palavras de Marteleto (2001, p. 12): “Com base neste dinamismo, as redes, dentro do ambiente organizacional, funcionam como espaços para o compartilhamento de informação e do conhecimento”.

Portanto, é indiscutível que a formação de redes nas organizações não obedece a parâmetros rígidos. Ocorre por meios e formas variadas, que incluem desde conversas informais com colegas de trabalho ou encontros com amigos após o expediente, até reuniões, congressos, listas de discussões, portais corporativos, ou seja, quaisquer outras situações formalmente criadas com a finalidade de alcançar resultados específicos:

As conversas nas organizações geralmente apresentam dois objetivos básicos: confirmar a existência e conteúdo do conhecimento ou criar novos conhecimentos [...] O intercâmbio de ideias, opiniões e crenças propiciado pelas conversas possibilita o primeiro e o mais importante passo para a criação do conhecimento: o compartilhamento do conhecimento tácito dentro da comunidade da rede (KROGH; ICHIJO; NONAKA, 2001, p. 159).

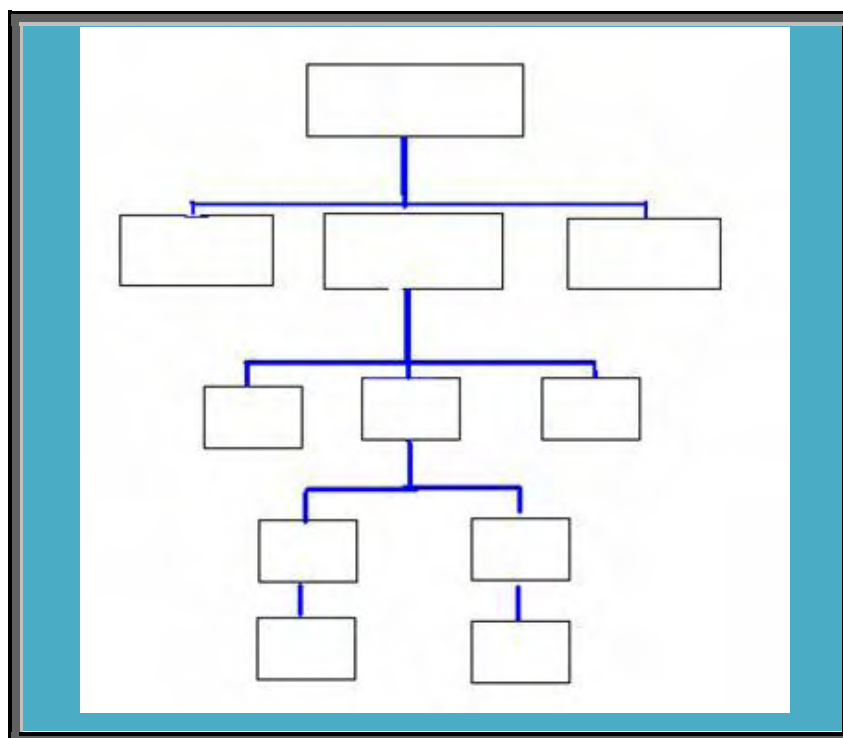
Nesse sentido, a ideia de rede contrapõe-se à noção de organizações verticais representadas de forma piramidal, em que há percurso único e duas direções possíveis de desenvolvimento e gestão: da base para o vértice ou do vértice para a base. A **Figura 16** representa a relação hierárquica piramidal de gestão organizacional e a **Figura 17**, o modelo de organograma de hierarquia em organizações com base na gestão piramidal. Sorj (2003) esclarece que as organizações em rede convivem com o modelo piramidal, porque são elas identificáveis em governos e grandes empresas que tendem a fundir-se ou a formar conglomerados, atuando segundo princípios da organização em rede. Como resultado de projetos mais ou menos definidos, as redes apresentam, segundo Salgado (2005), exigências advindas da questão crucial de criar e manter vínculos orgânicos entre partes heterogêneas e, ao mesmo tempo, integrar-se com organizações verticais, face à consecução dos objetivos que originam sua formação.

Figura 16 – Modelo de relação hierárquica piramidal de gestão organizacional



Fonte: URL <http://www.google.com.br/imgres>, 2012.

Figura 17 – Modelo de organograma de relação hierárquica piramidal de gestão organizacional



Fonte: URL <http://www.google.com.br/imgres>, 2012.

A seguir, apresentamos modelo de organização em rede mediante a presença de relações horizontais necessárias à sua gestão.

5.4.1 A influência das redes sociais no ProJovem Urbano e no ProJovem Urbano da Paraíba

Diante da discussão em torno das redes e, em particular, das redes sociais, no âmbito da internet ou fora do espaço virtual, resta-nos questionar: como tudo isso se manifesta no projeto pedagógico e na gestão do ProJovem Urbano em geral ou no ProJovem Urbano da Paraíba? Afinal, não podemos perder de vista que o PJU configura-se, essencialmente, como rede, e, por conseguinte, é “[...] um conjunto de células interligadas por conexões, pelas quais circulam fluxos de informações e valores” (SALGADO, 2008, p. 59).

Logo, a descrição e a análise do Programa pressupõem fragmentá-lo para identificar seus componentes múltiplos e heterogêneos, cuja dinâmica tem de ser sustentada por estratégias de gestão distintas daquelas usadas para gerir uma organização de formato piramidal. Para tanto, fizemos uma adaptação do modelo discutido por Mance (2002), para entender a gestão em rede do ProJovem Urbano. Como qualquer outra rede social, compõe-se de células (categorias de sujeitos envolvidos como usuários, produtores, executores e reguladores); conexões (articulações que definem abrangência e capilaridade da rede); e fluxos, informações e valores relacionados aos objetivos e essenciais à produção e à sustentação da rede. As relações entre os componentes produzem estruturas mutáveis e provisórias que devem ser periodicamente recicladas, de modo que possam dar conta da gestão das singularidades emergentes do intercâmbio de diversidades, que caracterizam as redes sociais.

Categorias de células

Nesse momento, tomando como referencial teórico o texto de Salgado (2005), acrescido dos depoimentos de membros da equipe responsável pelo PJU, em esfera nacional (**APÊNDICE A**), esclarecemos que ele se divide em células assim classificadas: usuários, produtores, executores, reguladores, conexões e fluxos como aqui descritos:

Usuários – Os usuários do PJU são jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas sem ensino básico concluído, incluindo os internados em unidades prisionais e / ou entidades socioeducativas.

Produtores – (1) O Comitê Gestor define as diretrizes amplas do PJU como política pública de juventude, sob a Coordenação da SG-PR e Secretaria Nacional de Juventude e com a participação efetiva do MEC, do MDS e do MTE. (2) Coordenação Nacional do PJU assume a

responsabilidade pela elaboração do projeto pedagógico específico do curso, a concepção e a produção dos materiais de ensino, o desenho da rede PJU, além da estruturação do SMA (rever **item 4.1**). Este conta com a ajuda de: (a) autores especialistas nos componentes curriculares; (b) consultores pedagógicos nas áreas de elaboração de currículos e metodologia de ensino, aprendizagem e desempenho escolar; (c) expertos em formação de formadores e de educadores; e (d) expertos em monitoramento e avaliação de políticas públicas e avaliação da educação.

Executores – (1) Coordenação Nacional assume a responsabilidade pela execução do ProJovem Urbano em todo o país. Congrega: Coordenadoria Nacional; Subcoordenadoria Nacional; Assessorias de Gabinete (ASGA); ASGI; e uma Assessoria de Planejamento e Organização (ASPO). E mais, a CN cobre quatro áreas: (a) Administração, Orçamento e Finanças; (b) Avaliação e Supervisão; (c) Monitoramento; (d) Pedagógica. Parceiros institucionais colaboram com a Coordenação Nacional na formação de gestores, formadores e educadores, com ênfase para Fundar e Coppe / UFRJ. (2) Coordenações estaduais ou municipais que contam com: (a) um Comitê Gestor local, formado por representantes das secretarias estaduais ou municipais partícipes do Programa; e (b) Coordenação local, estadual ou municipal, incumbida da operacionalização do ProJovem Urbano em nível local. (3) Polos e núcleos – o polo é a menor instância de gestão. Cada um deles compreende 16 núcleos e possui uma equipe de gestão composta por: (a) um diretor-executivo; (b) um diretor pedagógico; e (c) pessoal de apoio técnico e administrativo. Além do pessoal de gestão, são lotados nos polos os educadores que trabalham nos núcleos componentes. (4) Escolas – os educandários do sistema público são o *locus* obrigatório de funcionamento do ProJovem, e, então, mesmo que indiretamente, os diretores das escolas atuam como executores do Programa.

Reguladores – (1) Conselho Nacional de Educação; (2) Integrantes do SMA: Caed / UFJF; Universidade de Brasília (UnB); UFPA; UFBA; UFPE; UFMG; UFJF; UFPR. O SMA é dirigido por um Conselho Técnico, formado por representantes das entidades componentes e presidido pela CN do PJU.

Conexões – As conexões definem a dinâmica da rede, pois dependem das interações nela estabelecidas. São as atividades do curso e outras situações que colocam em contato os diferentes tipos de células. São elas:

- (a) Reuniões do Comitê Gestor – Órgãos Gestores das Políticas de Juventude do Governo Federal e Coordenação Nacional do ProJovem.
- (b) Assinaturas de termos de adesão – CN, DF, Estados e municípios parceiros.
- (c) Assinaturas de termos de cooperação – ministérios envolvidos e CN.
- (d) Reuniões de formação inicial – CN, Fundar, Coppe / UFRJ, autores dos materiais de ensino-aprendizagem, consultores pedagógicos, instituições formadoras, vários níveis de gestores locais, educadores vinculados às três dimensões do Programa.
- (e) Reuniões de formação continuada – CN, Fundar, Coppe / UFRJ, instituições formadoras, vários níveis de gestores locais, educadores vinculados às três dimensões do Programa.
- (f) Reuniões de planejamento – instituições formadoras, vários níveis de gestores locais, educadores vinculados às três dimensões do Programa.
- (g) Aulas no Núcleo – autores, vários níveis de gestores locais, educadores vinculados às três dimensões do Programa, pessoal da escola sede do núcleo e alunos do PJU.
- (h) Estudo individual não presenciais – alunos, educadores, autores.
- (i) Atividades complementares – alunos que delas tiverem necessidade, educadores, autores.
- (j) Atividades de elaboração das sínteses integradoras – alunos, educadores na função de orientadores, autores, vários níveis de gestores locais, pessoas e instituições da comunidade.
- (k) Laboratórios e oficinas de qualificação profissional – alunos e educadores de qualificação profissional, vários níveis de gestores locais, pessoas e instituições da comunidade.
- (l) Atividades do PLA – alunos, educadores de participação cidadã, vários níveis de gestores locais, pessoas e instituições da comunidade.
- (m) Monitoramento e avaliação – todas as células da rede.
- (n) Portal PJU – todas as células da rede.
- (o) Jornal do PJU – todas as células da rede.

Fluxos – Correspondem às matérias e informações, aos conhecimentos e valores intercambiados entre as células, de acordo com as conexões, de modo a alimentar a *autopoiese* (ou autoconformação) necessária à conservação do conjunto.

5.4.2 Gestão da rede do ProJovem Urbano

A descrição do ProJovem Urbano em forma de rede, fragmentado em células, mesmo não sendo exaustiva, fornece uma ideia dos desafios enfrentados por sua gestão, relacionados, sobretudo, aos aspectos citados por Salgado (2008, p. 61): “(a) heterogeneidade dos componentes em jogo; (b) incertezas intrínsecas ao contexto de funcionamento das redes sociais; (c) necessidade de criar um conjunto de significados e identidades comuns”.

Assim, no caso específico do PJU, em se tratando do primeiro item – heterogeneidade dos componentes em jogo – frisamos que dele fazem parte, simultaneamente, pessoas jurídicas e pessoas físicas. Os componentes são responsáveis por atividades que determinam conexões, fluxos de conteúdos e valores, trazendo à tona sua heterogeneidade. O primeiro grupo reúne:

1. Órgãos da administração direta da União (Comitê Gestor e Coordenação Nacional), do Distrito Federal, de Estados e municípios participantes do Programa – comitês gestores e coordenações locais.
2. Órgãos da administração pública indireta – Conselho Nacional de Educação e universidades federais.
3. Entidades de natureza pública e privada e outras entidades formadoras.

No segundo grupo – pessoas físicas – estão alunos, educadores, consultores e as próprias comunidades com as quais os jovens interagem diuturnamente.

Como vemos, o ProJovem Urbano configura-se como rede complexa, e como tal, demanda gestões específicas que liguem organicamente o conjunto de componentes, delineando as modalidades de interação entre as células com a finalidade de viabilizar conexões e fluxos desejados. No entanto, como Salgado (2008, p. 60) afirma, “[...] a própria ação de desenhar formas de interação, conexões e fluxos já implica a existência de células em interação, ou seja, as redes sociais não têm um ponto zero e têm de começar a funcionar simultaneamente [...]”, a partir de sua própria feição e configuração. Como decorrência, a gestão do ProJovem é complexa. Não basta planejar previamente uma estrutura que permita normatizar as ações de seus integrantes. Trata-se da constituição de um esboço gigantesco de conexões e fluxos, devidamente detalhado em ações interligadas, a ponto de permitir a cada participante sua adesão.

É preciso ter em mente, constantemente, que o desafio da gestão de redes, em todos os níveis, está exatamente em definir

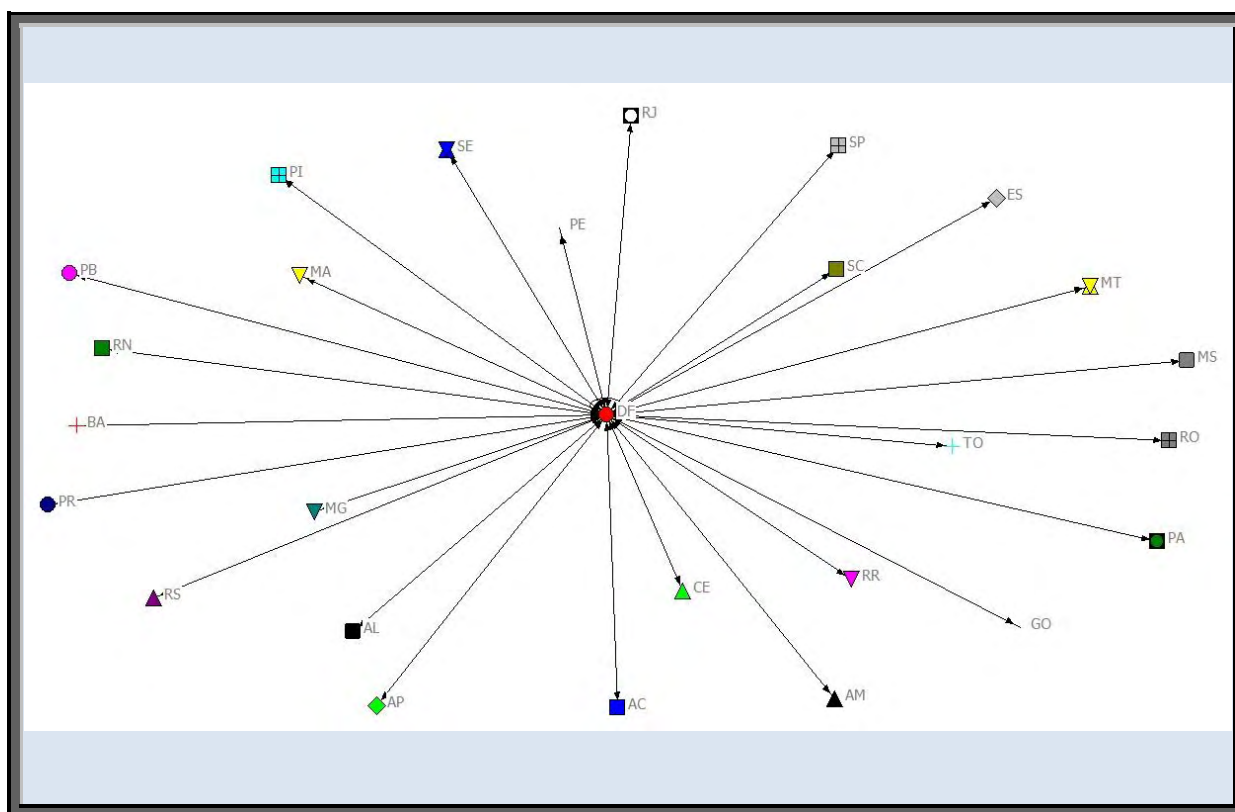
[...] que estratégia usar na articulação de entes heterogêneos, com especificidades locais, coordenando-os de modo que sejam mantidos os princípios e as linhas essenciais do projeto que motivou a parceria dos componentes. Essa Coordenação é essencial para que a rede planejada não se desfaça no caos de uma rede aleatoriamente configurada (SALGADO, 2008, p. 61).

Silveira (2000, p. 22), ao descrever variadas configurações de rede, apresenta o modelo centralizado, definido como a “associação simultânea de vários fatores que contribuem para uma ação coordenada”. É uma rede constituída em torno de um projeto específico, focado em objetivos previamente estabelecidos e que exigem estratégias de gestão capazes de assegurar a sinergia entre os participantes.

No caso do ProJovem Urbano, segundo Salgado (2005), a centralização representa as interações do Comitê Gestor e da CN com comitês gestores e coordenações locais. Nessa modalidade de rede, percebem-se as células (pontos vermelhos, **Figura 19**) conectadas a um centro por vias de mão dupla. Quando da implementação, no momento da adesão e em momentos determinados, ações e decisões são discutidas por todos, mediante um pacto que garanta a unidade do Programa. Além da administração financeira e de recursos humanos, nos moldes do termo de adesão, cabe aos gestores do PJU garantir que o PPI não sofra distorções que descaracterizem as concepções fundamentais, os pressupostos e as diretrizes norteadoras do ProJovem, em sua condição de política pública de juventude. Assim, as vias de comunicação entre comitês gestores nacionais e locais se dão em mão dupla, afiançando a lisura da implantação, implementação e execução do Programa.

A **Figura 19** corresponde ao desenho da rede organizacional de fluxos informacionais entre comitês gestores dos Estados, simbolizado por rede centralizada do ProJovem Urbano. Apresenta apenas as direções dos fluxos informacionais das Unidades Federativas conveniadas, embora, como visto antes, qualquer município com mais de 200 mil habitantes possa se conveniar ao Programa via contato direto com a CN, mantendo-se independente do Estado onde se situa. Logo, o fluxo informacional do Programa abarca municípios independentes e Estados conveniados, com a ressalva de os municípios independentes não são aqui contemplados.

Figura 19 – Modelo de gestão organizacional em rede



Fonte: Produção da autora, 2012, com base no *software* Ucinet.

Com os fluxos informacionais equilibrados em rede centralizada (**Figura 19**), o Paju garante sua funcionalidade no que tange à (ao):

- ◆ Desenvolvimento do currículo integrado nas dimensões: educação básica, qualificação profissional e participação cidadã inter-relacionando uma a outra.
- ◆ Utilização do material de ensino e aprendizagem.
- ◆ Cumprimento da carga horária definida.
- ◆ Promoção das atividades e avaliações previstas.
- ◆ Garantia da participação dos educadores na formação inicial e continuada e nas reuniões de planejamento.
- ◆ Conhecimento dos diferentes aspectos do Programa e não somente aqueles relacionados tradicionalmente à administração.

No Paju, gestão administrativa e gestão pedagógica caminham necessariamente juntas para cobrir as demandas alusivas às três dimensões. Por isso, o formato descentralizado de gestão se limita a contemplar a capilaridade da rede. Face à sua abrangência e presença em todos

os Estados mais o DF, é inevitável que o ProJovem Urbano precise levar em conta especificidades regionais e locais. Consequentemente, segundo dados da própria CN, a rede centralizada não consegue cumprir a tarefa, uma vez que não possui a capilaridade necessária para chegar efetivamente aos jovens. Por isso, é dividida em redes menores que se estendem pelos Estados e municípios independentes e que detêm perfis singulares, advindos de atividades criadas livremente pela gestão local com o intuito de abarcar o maior número de informações possíveis e suprir as demandas de total mais elevado de jovens em seu âmbito de atuação.

Um exemplo de rede simplificada e não centralizada (as redes estaduais mantêm capilaridade com a rede nacional) é a do Estado da Paraíba. Abrange os municípios parceiros do Programa conforme sua inserção ou etapas. A capilaridade da rede no Estado, conforme falas (**APÊNDICE A**) da coordenadora executiva e da coordenadora pedagógica (em exercício nos anos de 2010 e 2011), se estende também aos municípios onde o PJU-PB já atuou desde 2007, ano de sua instituição na PB. Portanto, o PJU-PB pode ser representado na **Figura 20**.

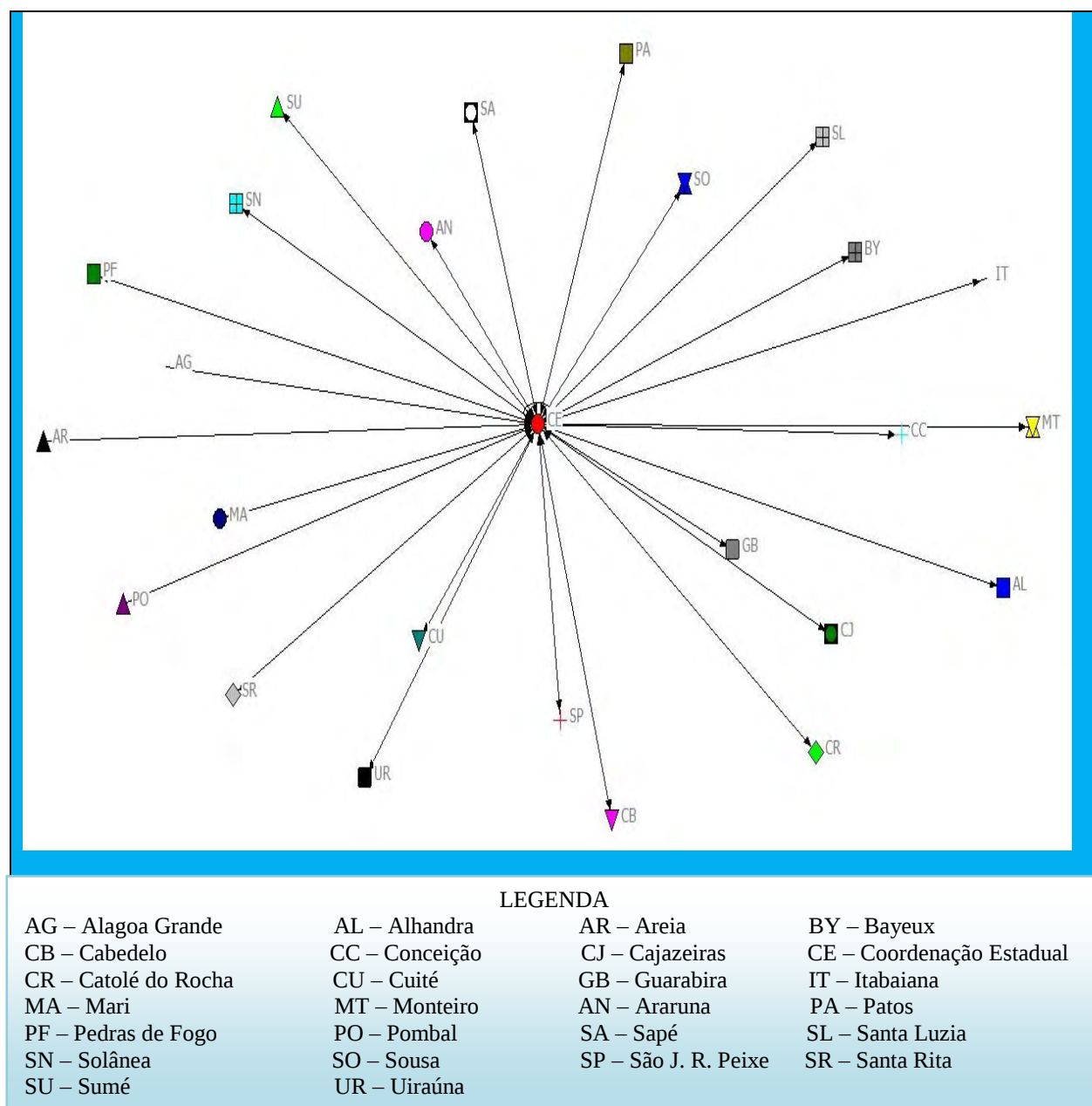
Conexões e fluxos de uma rede centralizada, como o ProJovem Urbano nacional, representam somente um esboço estruturante a ser completado e enriquecido por ações cotidianas. As redes menores que o integram e são descentralizadas, por meio de conexões e fluxos, devem envolver demandas significativas de trabalho com o intuito de contribuir com a proposta inicial do Programa. São colocações que reforçam as palavras de Salgado (2005, p. 63):

Todas as células do PJU participam da construção do respectivo projeto pedagógico e, da mesma forma que os gestores devem conhecer esse projeto, os educadores e jovens devem ter uma noção clara da gestão de redes, pois seu papel não é apenas submeter-se a normas predeterminadas, mas também participar de sua construção.

Na realidade, Morin (2003, p 16) emite nova conceituação para as redes descentralizadas, a partir da noção do elemento fractal. Segundo dicionários generalistas, fractal é uma forma geométrica, de aspecto irregular ou fragmentado, que pode ser subdividida indefinidamente em partes, as quais, de certo modo, são cópias reduzidas do todo. Sob essa ótica, cada subdivisão do PJU, no que tange aos municípios independentes e aos Estados, deve replicar, em linhas gerais, as estratégias de gestão da rede como um todo, o que requer comunicação efetiva e contínua, não somente entre os gestores, mas também entre eles e os demais partícipes.

Na terceira configuração, denominada por Silveira (2000) de distribuída, as relações entre os componentes se dão de forma aleatória ou, no mínimo, independente do previsto num programa determinado.

Figura 20 – Desenho organizacional de fluxos informacionais entre os municípios parceiros do ProJovem Urbano no Estado da Paraíba



Fonte: Produção da autora, 2012, com base no *software* Ucinet.

Para Salgado (2008, p. 63),

Essa configuração diz respeito a tudo que circula espontaneamente nas redes, sem foco em objetivos determinados e fora do controle de coordenações centrais ou regionais de um programa específico. Essas redes distribuídas fazem parte da vida dos jovens, podendo surgir nas comunidades, no trabalho, nas “galeras”, na convivência com o narcotráfico e com a violência, nas comunidades da internet, etc. Sua influência não é necessariamente positiva ou negativa, apenas elas estão presentes, acentuando a pluralidade entre os jovens, e devem ser levadas em conta na gestão de um programa determinado.

Não há como evitar contatos com redes distribuídas e nem se deve fazê-lo, mesmo quando trazem ruídos ou produzem efeitos problemáticos para a gestão. Os administradores devem aprender a lidar com essas questões, pois se propõem atingir a inclusão social de jovens. Então, parte-se do pressuposto de que é preciso relacionar “[...] estreitamente educação escolar, vida e vulnerabilidades dos jovens, teoria e prática profissional, cognição, ação, afetividade e sociabilidade, direitos e responsabilidades de cidadania” (SALGADO, 2008, p. 64).

Na Paraíba, essas redes se configuram em *blogs* e *site* surgidos a partir da movimentação dos professores e, hoje, com o pleno envolvimento de alunos, gestores e parceiros nos próprios municípios. Essas redes são compartilhadas com membros da Coordenação local que, muitas vezes, tomam decisões com base em informações que nelas circulam. Nesse sentido, diante de perguntas do **Apêndice A** – Quais as redes sociais utilizadas pelo PJU-PB na *web*? / Quais as características dessas redes sociais? / Quem pode acessar às referidas redes? – o mais importante, segundo Fábria Daniela Santos da Silva (função de apoio técnico de nível superior), é a comprovação de que o PJU-PB baseia-se em redes alternativas como o **Quadro 3** resume.

Quadro 3 – Redes distribuídas do ProJovem Urbano do Estado da Paraíba: *blogs* e *site*

MUNICÍPIO	BLOGS E / OU SITE
Alhandra	www.projovemurbanoalhandra.com
Cajazeiras	projovemurbanodecajazeiras.blogspot.com
Conceição	projovemurbanoconceio-pb.blogspot.com
Guarabira	educaocaminhoparaademocraciaplena.blogspot.com
Mari	marifuxico.blogspot.com/2010/03/mari-professores-do-programa-projovem.html
Santa Luzia	projovemurbanosantaluzia.blogspot.com
Santa Rita	projovemsantarita.wordpress.com
Uiraúna	projovemurbanouirauna.blogspot.com/2010/10/projovem-urbano-de-uirauna-pb.html

Fonte: Produção da autora, 2012.

Entre os 24 municípios parceiros do PJU-PB, desde 2009, apenas oito possuem rede distribuída, possibilitando que discussões em torno do PPI e do funcionamento do Programa no Estado possam ser democráticas, visando à tomada de decisões via Coordenação local. Exemplificando: em termos de porcentagem, apenas um terço (33,33%) dos municípios envolvidos com o ProJovem Urbano no Estado possui poder de decisão junto à Coordenação

local. Além desse dado um tanto quanto desalentador, os conteúdos ou os fluxos informacionais dos *blogs* e *site* (**Quadro 3**) se resumem a:

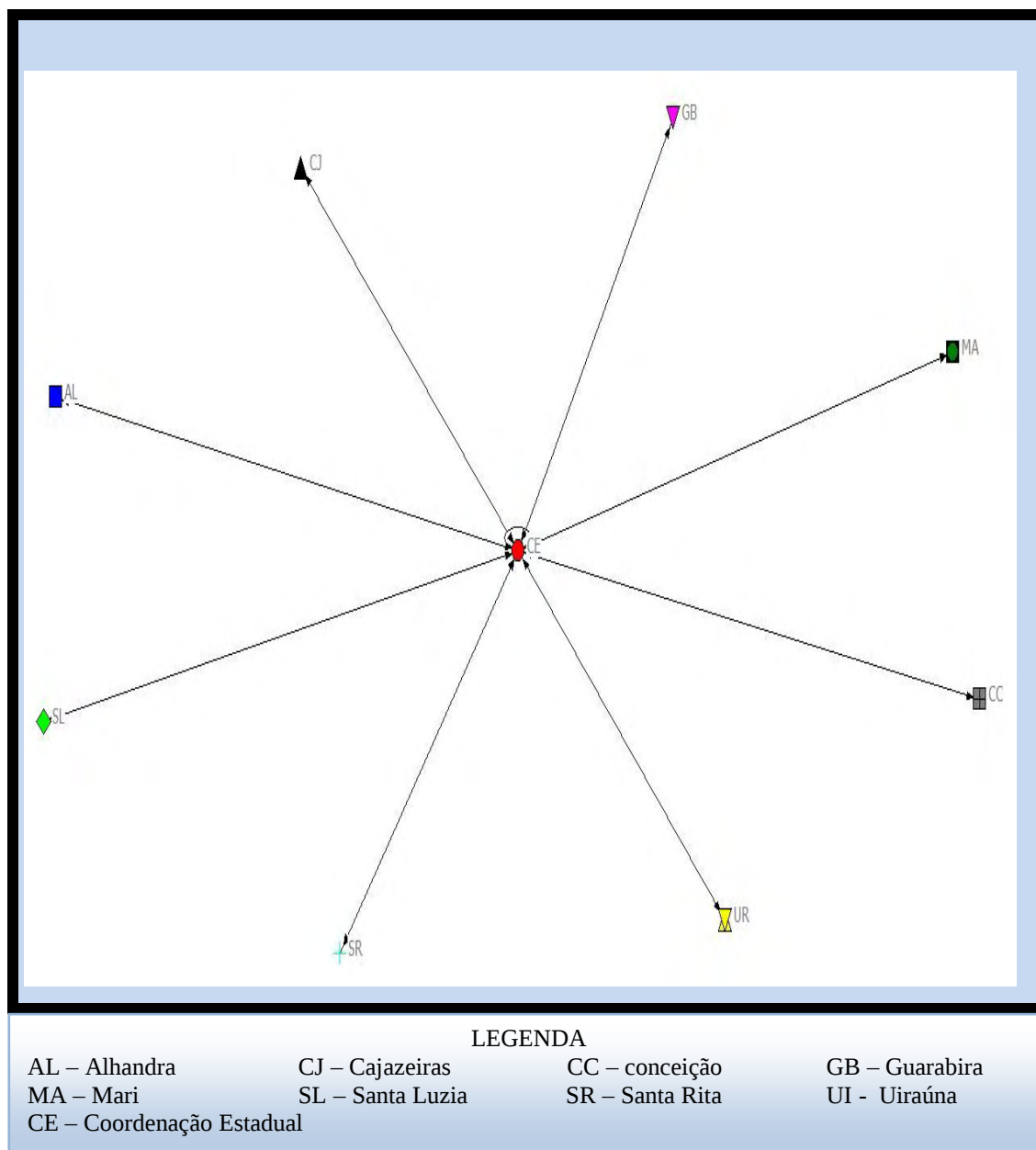
- ◆ Informações recebidas diretamente da Coordenação local.
- ◆ Comentários sobre informações ou decisões recebidas pela Coordenação local.
- ◆ Mensagens de motivação e otimismo para professores e alunos.
- ◆ Textos reflexivos ou políticos sobre tópicos trabalhados em sala de aula.
- ◆ Calendários de eventos pedagógicos.
- ◆ Mural virtual com fotos de aulas e / ou produções de alunos.
- ◆ Vídeos educativos e motivacionais.
- ◆ Espaço “Fale conosco” para troca de informações específicas e discussões sobre decisões importantes.
- ◆ Informações retiradas do *site* nacional.
- ◆ Agradecimentos especiais aos parceiros envolvidos nos projetos pedagógicos.
- ◆ Textos e trabalhos de alunos.

A frequência de acesso aos conteúdos por parte dos alunos e professores é considerada mediana pelos professores responsáveis pela manutenção dos *blogs* e *site*. Essa observação resulta da experiência empírica, pois ainda não se utiliza instrumento para a devida mensuração. Mesmo assim, de acordo com os depoimentos dos envolvidos na operacionalização do ProJovem Urbano do Estado da Paraíba, o poder de argumentação e a negociação com a Coordenação local sobre determinado evento, por exemplo, ou sobre ações importantes, envolvendo alunos ou professores, são facilitados devido à utilização das redes sociais na internet.

De qualquer forma, reiteramos que, segundo docentes e discentes do PJU-PB (**APÊNDICE B** e **APÊNDICE C**) e, também, de membros da Coordenação estadual (**APÊNDICE A**), o acesso aos *blogs* e ao *site* citados (**Quadro 3**) é de frequência mediana, inclusive em relação aos responsáveis por sua criação. Em contraposição, as visitas às redes sociais por parte dos participantes do Programa são livres. Todos podem opinar, conversar, participar de movimentos sociais e políticos...

Por fim, traduzindo em termos de ARS, o desenho organizacional do ProJovem Urbano do Estado da Paraíba pode ser visualizado na **Figura 21**.

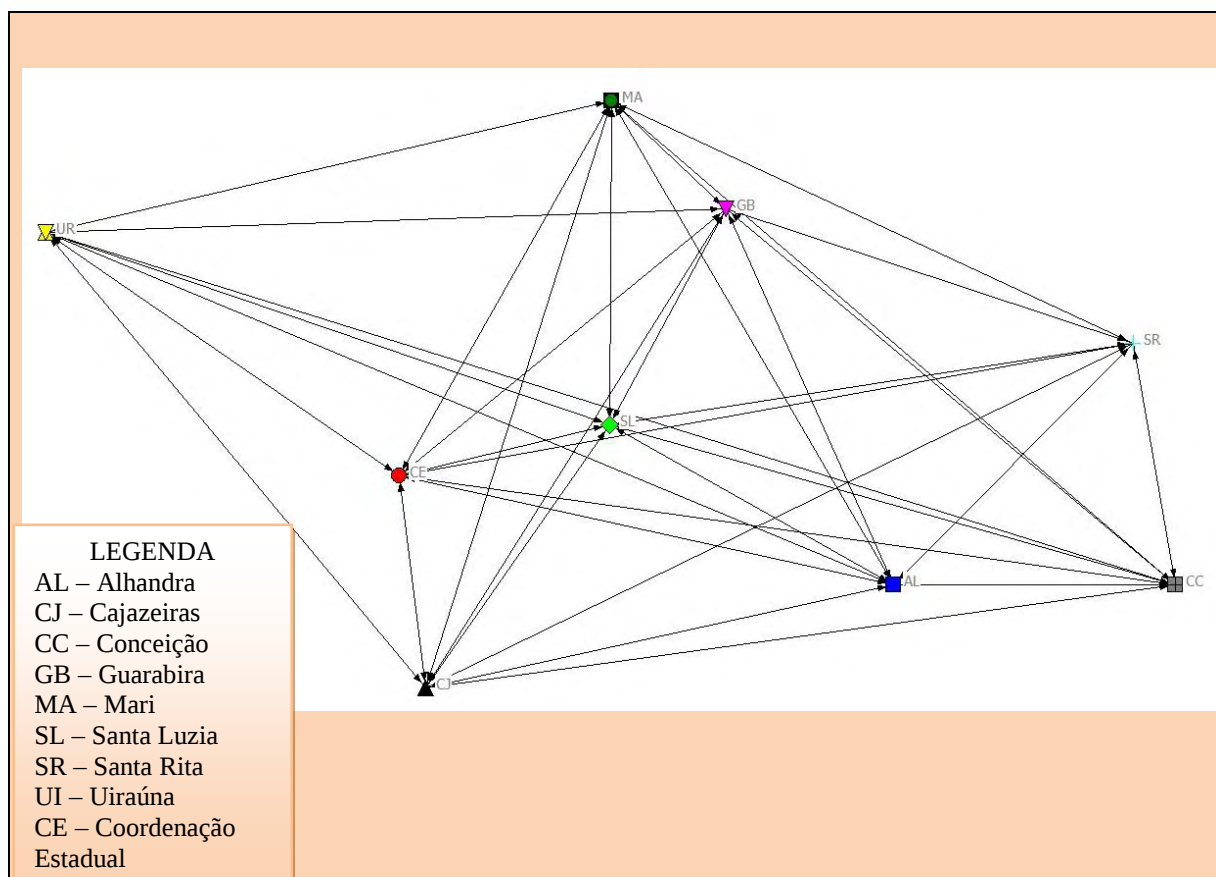
Figura 21 – Desenho organizacional de fluxos informacionais das redes de municípios parceiros do ProJovem Urbano do Estado da Paraíba



Fonte: Produção da autora, 2012, com base no *software* Ucinet.

Indo além, podemos representar a comunicação entre os municípios através dos *blogs* e do site por meio do desenho organizacional do ProJovem Urbano do Estado da Paraíba (**Figura 22**).

Figura 22 – Desenho organizacional das redes de fluxos informacionais: *blogs* e *site* dos municípios parceiros do ProJovem Urbano do Estado da Paraíba



Fonte: Produção da autora, 2012, com base no *software* Ucinet.

Incertezas intrínsecas ao contexto do ProJovem Urbano do Estado da Paraíba

A relação com múltiplas culturas institucionais que possuem experiências e compromissos diferenciados gera incertezas em qualquer instância, incluindo no Programa. Esses elementos de incerteza somam-se aos que são levados em conta sempre que os participantes de qualquer rede social são sujeitos e protagonistas de sua própria ação e educação.

Isso implica trabalhar com variações etárias e de gêneros, interesses diversificados e plurais, projetos pessoais múltiplos, responsabilidades familiares diversas, o que somente agrava a responsabilidade dos gestores do ProJovem. Há, ainda, os fatores de vulnerabilidade social dos jovens. Eles enfrentam problemas diversificados, dentre os quais estão: dificuldade de estabelecer vínculos estáveis com o mercado de trabalho; exposição quase diária à violência; drogas; doenças sexualmente transmissíveis; e exclusão da escola formal; e baixa autoestima. A esses fatores, somam-se as singularidades de suas experiências histórico-educacionais anteriores (entre um e sete anos de escolaridade) e a variação pessoal nos ritmos de aprendizagem.

Os educadores e gestores também são vistos como sujeitos de seu trabalho, perpassando por seus traços pessoais, vivências e projetos pessoais. Esse quadro panorâmico faz com que o projeto pedagógico tenda a valorizar a diversidade sem perder de vista uma ação escolar a efetiva, ou seja, sem se distanciar da missão do PJU:

Promover a inclusão social dos alunos abrindo-lhe um conjunto de possibilidades que lhes permitam completar sua educação básica na escola regular, participar de experiências cidadãs, planejar sua inserção no mundo do trabalho e preparar-se para ela. A gestão de redes sociais demanda a criação de estratégias flexíveis e adaptáveis às situações mutantes, de modo a coordenar participações heterogêneas, conseguindo que cada parte dê o melhor de si, tendo em vista um projeto coletivo e solidariamente construído (SALGADO, 2008, p. 66).

Criação de significados e identidades comuns

A gestão de redes do PJU visa ordenar e atribuir sentido aos numerosos fragmentos que devem ser articulados para formar uma totalidade que imprima significado às ações do ProJovem. Isso significa reunir as três configurações numa só rede que integra as dimensões centralizadas (Coordenação); descentralizadas (capilaridade); e distribuídas (subjetividades), reiterando-se a perspectiva antes abordada de que as redes sociais representam construções edificadas por sujeitos individuais ou coletivos a partir dos significados que concedem às células, às conexões e aos fluxos que configuram as variadas situações. A finalidade é sempre a mesma: as redes, em suas configuração e complexidade, devem imprimir sentido para cada um em particular e para o grupo em geral.

Segundo Salgado (2005), tal significação é orientada de acordo com os valores dos cidadãos envolvidos, de modo que a gestão de redes perpassa o gerenciamento de subjetividades com as implicações daí advindas e que dizem respeito à impossibilidade total de neutralidade das ações. Logo, conflitos são inevitáveis, mas são eles que garantem dinamismo às redes e asseguram sua vitalidade. É de responsabilidade dos gestores tratar esses desacertos adequadamente, de modo que não degenerem em confrontos e impasses.

Ainda para Salgado (2005), os significados atribuídos pelos sujeitos aos componentes das redes sociais se arquivam em estreita relação com determinado contexto. Como decorrência, com frequência, só fazem sentido nesse universo de referência, que envolve, sempre, a construção de acordos que incluem discussões e revisões com vistas ao monitoramento e à avaliação da rede. Vemos, assim, quão importante é a formação inicial e continuada dos gestores e educadores. De forma similar, a reflexão do próprio público-alvo sobre o PPI e suas ações na

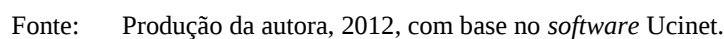
rede é valiosa, permitindo aos alunos estabelecerem significados sobre sua aprendizagem e atuação na sociedade, no papel de protagonista da história de sua vida.

Outra competência indispensável tanto para gestores quanto para educadores do ProJovem é a de contribuir para a construção e solidificação da dimensão identitária dos jovens (SALGADO, 2005). O planejamento coletivo das atividades de ensino-aprendizagem, a análise conjunta dos entraves, a atenção em relação aos projetos e aos planos de vida ou de trabalho, tudo, enfim, constitui um todo indissociável com o objetivo macro de assegurar as condições necessárias para que alunos, gestores e educadores cumpram sua missão na esfera do Programa. E como é impossível imaginar a dissociação do PJU-PB em relação à Coordenação Nacional, a **Figura 23** traça o perfil do desenho organizacional dos fluxos informacionais do PJU-PB junto à rede nacional e, também, em referência aos demais Estados.

A rede geral de fluxos informacionais entre o ProJovem Urbano do Estado da Paraíba e o ProJovem Urbano nacional se caracteriza por:

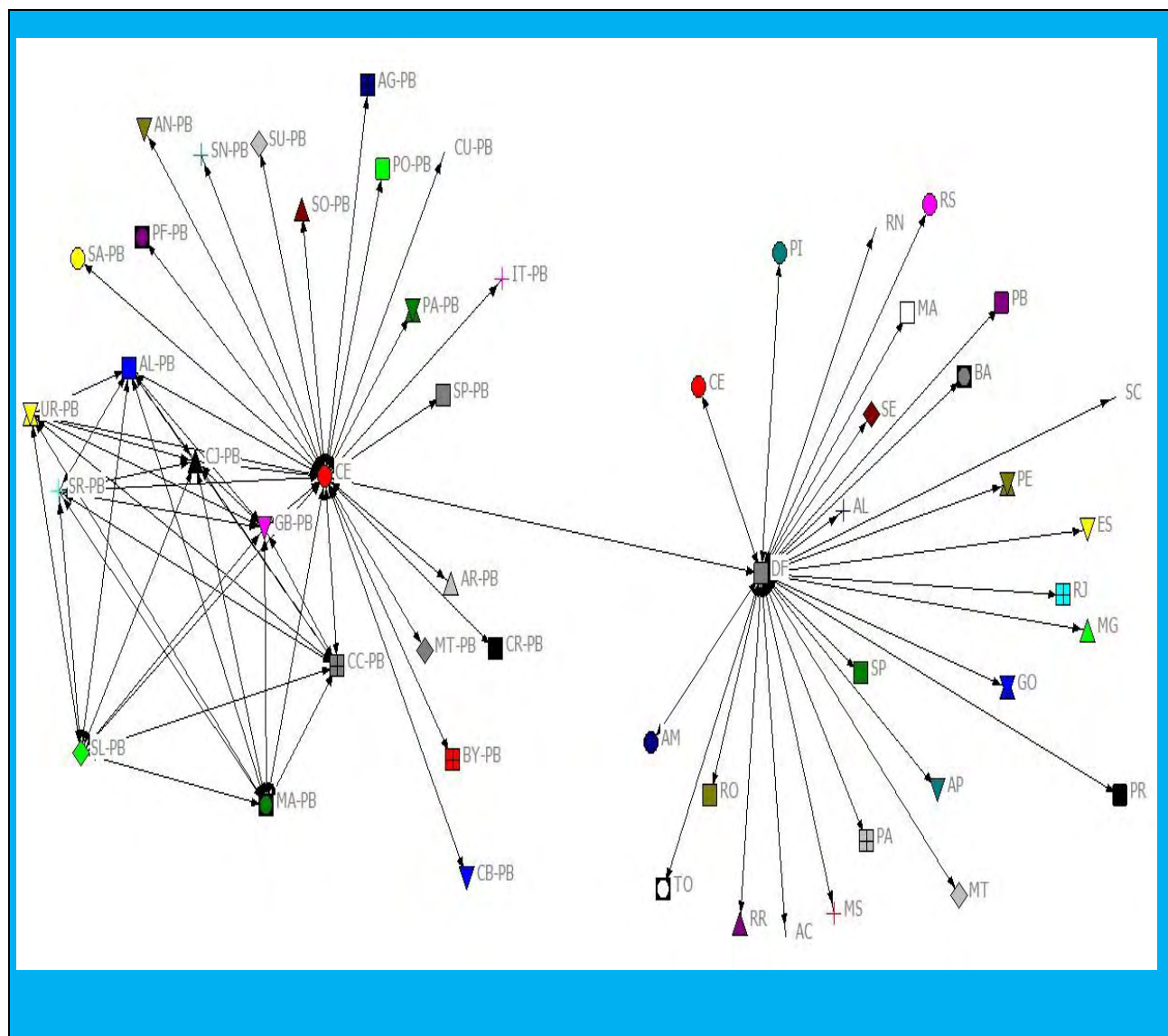
- ◆ Rede centralizada caracterizando a rede do PJU nacional.
- ◆ Rede centralizada caracterizando a rede do PJU-PB.
- ◆ Rede distribuída / emergente formalizada pelos educadores do PJU-PB.
- ◆ Redes igualitárias nos contextos decisoriais tanto no PJU nacional quanto no PJU-PB.
- ◆ Redes associativas ou de filiação no contexto em que atores do PJU e do PJU-PB se caracterizam por ações interativas no âmbito do Programa estruturando uma rede com feição própria.

Por outro lado, acrescentamos que, no decorrer da coleta de dados feita por meio de entrevistas e questionário (ver **APÊNDICES**), não há relatos sobre redes sociais específicas dos alunos do Programa na PB. Supomos que as inter-relações entre eles, além de presenciais, em sala de aula ou na comunidade onde residem, também acontecem via espaço virtual, até porque a informática é um dos campos explorados pelo Programa.



No momento seguinte, apresentamos (**Figura 24**) a rede geral de fluxos informacionais em todas as direções referente ao ProJovem Urbano do Estado da Paraíba e o ProJovem Urbano nacional.

Figura 24 – Desenho organizacional das redes de fluxos informacionais entre ProJovem Urbano do Estado da Paraíba e o ProJovem nacional



Fonte: Produção da autora, 2012, com base no *software* Ucinet.

Lembramos, também, que é indispensável avaliação permanente e sistemática sobre o andamento do PJU para que os resultados advindos dos procedimentos de revisão se revertam a favor dos jovens. Para tanto, as redes devem estar acessíveis ao público a que se destina, de quem depende, em grande parte, seu aperfeiçoamento. No caso particular do PJU-PB, inexistente sistema de monitoramento e avaliação específico. Contamos com o SMA para avaliação e, também, compartilhamento dos fluxos informacionais das diferentes redes que se estendem em território nacional.

Diante da ausência de uma avaliação direcionada especificamente à realidade dos municípios paraibanos, talvez, pudesse ser pensada a introdução no Programa de uma equipe de profissionais da informação como contrapartida do Estado. Cientistas da informação, arquivistas,

profissionais de informática, bibliotecários, comunicólogos e gestores informacionais, de maneira geral, poderiam desenhar um SMA para o Estado visando à criação de redes informacionais diferenciadas das já existentes no PJU nacional e com oportunidade de adaptação a outras Unidades da Federação.

6 CONSIDERAÇÕES PARA RECOMEÇAR

Ao finalizar a trilha percorrida ao longo desta pesquisa e ao avaliá-la, realçamos alguns pontos determinantes. O primeiro, sem dúvida, o mais emocionante dentre todos, refere-se ao contato profícuo com professores, alunos, equipe estadual e Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. As experiências partilhadas e o sentimento que os une ao Programa condizem por si só a uma estrutura de rede com nós extremamente ligados. As inter-relações e o envolvimento dos profissionais são intensos. Todos, apesar das diferenças individuais, trabalham por um único objetivo: tentar sanar uma dívida social que há anos o país tem com os jovens brasileiros excluídos da decantada sociedade da informação.

Muitas vezes, no decorrer da coleta de dados, nos distanciamos, voluntariamente ou inconscientemente, dos roteiros de entrevistas ou do esquema de questionário preparado, com a intenção de ouvir experiências de vida de alunos e professores: ora vivências significativas de caráter pedagógico, ora casos de gestão compartilhada, mas sempre, fatos que emocionam a qualquer profissional e nos faz meditar sobre as mudanças sociais possíveis no Brasil para reduzir as diferenças alarmantes entre os segmentos da sociedade.

Um segundo momento importante foram as descobertas quando da revisão de literatura, sobretudo, no que diz respeito aos documentos gerados sobre o Programa ou por ele e, também, quando da transcrição das entrevistas. Ao comparar transcrição e escritos, nos sentimos desafiados a identificar o que, de fato, está sendo operacionalizado conforme a teoria apregoa. Quer dizer, tentamos perceber o que funciona, se funciona e como o Programa funciona como um todo. Confessamos nosso grato susto ao observar que há verdadeira sintonia entre o previsto e a prática diária vivenciada no ProJovem Urbano do Estado da Paraíba.

Não estamos nos referindo à perfeição, mas a um trabalho sistemático em busca de atingir a missão do Programa. As falhas existem, sim. Algumas pertinentes ao processo de comunicação do PJU-PB intermuros e extramuros, quem sabe por se tratar de gestão em rede e rede virtual, mas que são passíveis de melhoria, como antes sugerido. Relembramos a limitação do poder decisório dos municípios envolvidos com o PJU-PB, além da pouca amplitude dos conteúdos disponibilizados na Grande Rede (rever **Quadro 3**) e, sobretudo, a frequência de acesso um tanto quanto incipiente a esses conteúdos por parte de alunos, professores e até gestores. Talvez com a inserção de uma equipe interdisciplinar as dificuldades possam ser sanadas ou amenizadas, como antes sugerimos. A contratação de expertos, entre cientistas da informação, arquivistas e jornalistas, e outros, com a finalidade não apenas de desenvolver um SMA para o Estado, mas, sobretudo, para se investir maciçamente em GI e GC.

Ao longo da dissertação, descrevemos o ProJovem Urbano, em esfera nacional e estadual. O intuito maior: responder aos objetivos propostos (**item 1.2**) e suprir nossos questionamentos em torno das políticas públicas brasileiras, no mínimo, as que tratam da juventude, e ainda mais restritamente, o caso do PJU-PB. Portanto, buscamos entender sua dinâmica de rede, o que nos fez explorar sua origem, sua história e evolução, sua organização e gestão, o compartilhamento de informações e as relações existentes, com ênfase para o Sistema de Monitoramento e Avaliação, os tipos de informação e de conhecimentos partilhados e o RI prevalecente.

Os resultados obtidos, decorrentes do estudo teórico e da pesquisa de campo, nos permitem inferir que o PJU, em meio às demais políticas públicas levadas a cabo na Paraíba, apesar de suas limitações, contribui de maneira positiva para a gestão dos fluxos informacionais rumo ao público-alvo. Exemplificando: a inclusão digital dos jovens é por si mesmo fator determinante para incrementar sua formação pessoal e profissional, haja vista que, agora, como ator de sua própria vida, os jovens podem obter informações de naturezas diversas via internet.

Percebemos, ainda, que o número significativo de informações que alimentam o fluxo informacional do PJU-PB, em parte advindas da Coordenação Nacional, são subsídios para as decisões tomadas do Programa. Mas, repetimos: a descaracterização do desenho organizacional informacional das redes e a falta de profissionais especializados para sua gestão ainda são itens que precisam ser revistos pela Coordenação estadual. A premência de classificação, organização e arquivamento dessas informações é indiscutível, sobretudo, diante da expansão do ProJovem Urbano na PB e nos demais Estados.

Esses fatores foram decisivos para nossa proposta de desenhos organizacionais de redes dos fluxos informacionais do PJU-PB e do PJU. Eles permitem se ter ideia de como esses fluxos ocorrem, quais os tipos de informações que prevalecem e em que direção elas acontecem. Os desenhos propostos estão representados nas **Figuras 21, 22, 23 e 24**, alusivas, respectivamente, ao desenho organizacional de fluxos informacionais das redes de municípios parceiros do ProJovem Urbano do Estado da Paraíba; ao desenho organizacional das redes de fluxos informacionais: *blogs* e *site* dos municípios parceiros do PJU-PB; ao desenho organizacional das redes de fluxos informacionais do PJU-PB em confronto com a realidade da Coordenação Nacional e, ainda, dos demais Estados; e, por fim, ao desenho organizacional das redes de fluxos informacionais entre o PJU-PB e PJU nacional. Nossa expectativa, agora, está na apresentação desses esboços à CN e à Coordenação estadual com o fim de receber subsídios para novas propostas e, quiçá, sua adoção gradativa.

Um terceiro momento relevante se refere à possibilidade vivenciada de “passar” nos caminhos da CI e rever ou elucidar conceitos fundamentais, a exemplo de informação,

conhecimento, interdisciplinaridade, recuperação da informação, gestão da informação, redes sociais, políticas públicas em sua diversidade e até mesmo conceituação acerca da própria expressão – Ciência da Informação.

Assim, retomamos os pressupostos básicos da pesquisa diluídos em sua fase inicial e os discutimos um a um:

(1)

A Coordenação Nacional do ProJovem Urbano não mantém consolidado um desenho organizacional de suas redes sociais distribuídas nos diferentes Estados, incluindo a Paraíba.

- ◆ Trata-se de uma pressuposição confirmada. Apesar de a Coordenação Nacional possuir organograma de funcionamento do Programa, não adota um desenho consolidado dos fluxos informacionais que circulam em seu universo, o que, como dito antes, nos motivou a apresentar um desenho para o Estado da Paraíba, com possibilidade de apresentação à CN com vistas ao melhor funcionamento.

(2)

O encaminhamento dos fluxos informacionais nas redes sociais do PJU no Estado da PB está caracterizado por desenhos organizacionais não suficientemente articulados e consistentes, gerando indefinição na organização das informações e dos conhecimentos gerados pelo Programa.

- ◆ Esta definição também se positiva à medida que o Programa em nível estadual encontra-se num âmbito menor de fluxos informacionais do que o PJU nacional, como esperado. Por isso, as ações de organização, classificação e recuperação de informação ficam mais fáceis de ser gerenciadas, até porque as informações no Estado são específicas e relativas aos municípios parceiros do Programa em esfera estadual. Então, o que articula na Coordenação local é um organograma de ações específicas que dependem dos fluxos informacionais para que aconteçam e que, no entanto, não estão devidamente articulados de modo a serem recuperadas com facilidade.

(3)

Significativo número de informações que alimentam o fluxo informacional do PJU-PB acaba por não ser devidamente utilizado.

- ◆ A falta de profissionais habilitados para lidarem com as informações no PJU-PB permite a utilização do fluxo informacional, mas, às vezes, de forma indevida: a não recuperação de documentos necessários para um dado momento; o arquivamento de informações em ordem desconexa; a transmissão errada de informações aos participantes, entre outros pontos.

Não obstante a confirmação dos três pressupostos acima, há possibilidade efetiva de (re) estruturação dos desenhos organizacionais dos fluxos informacionais das redes do ProJovem Urbano do Estado da Paraíba. Se a missão do Programa está sendo cumprida, é possível, sim, revisão no tratamento até então dispensado às informações que circulam em suas redes, principalmente no que concerne às redes sociais da internet, com o intuito de fazer valer as ações com objetivos coletivos. É uma síntese que afirma as redes como paradigma de realidade baseado na heterogeneidade dos componentes das construções sociais, na descentralização dos focos de poder e na relativa autonomia das partes, o que requer novas formas de ação e de coordenação, e, por conseguinte, revisão contínua. Sob essa ótica,

[...] é possível inscrever trajetórias no conjunto das redes aleatoriamente formadas na sociedade, de modo a gerar condições para o desenvolvimento de projetos coletiva e solidariamente construídos, o que requer condições específicas de elaboração e gestão, baseadas na coordenação, na cooperação e na adesão responsável (SALGADO, 2005, p. 70).

O grande desafio que se apresenta para a gestão de uma proposta como a do PJU-PB é a competência dos gestores de todos os níveis para coordenar o heterogêneo, reconhecer e valorizar especificidades. Mediante essas estratégias de ação, é possível estimular maior participação dos componentes e, ao mesmo tempo, manter os princípios estruturantes do Programa, criando significados e identidades comuns com o intuito de conseguir que cada um dê o melhor de si na concretização do que foi cooperativamente planejado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sônia. **Observatório da cidadania**: monitorando as políticas públicas em âmbito global. Rio de Janeiro, UFRJ-ECO / IBICT, 2007.

AGUIAR, S. L. Produção compartilhada e socialização do conhecimento em rede: uma abordagem exploratória. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO PPG EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2., 2002, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2002.

_____. **Redes sociais e tecnologias digitais de informação e comunicação**: relatório final de pesquisa. Rio de Janeiro: Nupef / Rits, 2007. Disponível em: <http://www.nupef.org.br/pub_redessociais.htm>. Acesso em: 8 maio 2011.

ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo do local. In: ALBAGLI, S.; LASTRES, H. **Globalização e inovação localizada**: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: IBICT, 1999.

ARAÚJO, V. M. R. H. **Sistemas de recuperação da informação**: nova abordagem teórico conceitual. 1994. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 1994.

ARRUDA, Maria Izabel Moreira. Biblioteconomia ou Ciência da Informação? In: BORGES, Maria Manoel; CASADO, Elias Sanz (Coord.). **Documentos**: a Ciência da Informação criadora de conhecimento. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009.

AUN, M. P. **Antigas nações, novas redes**: as transformações do processo de construção de políticas de informação. 2001. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – UFRJ-ECO / IBICT, Rio de Janeiro, 2001.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, p. 1-25, 2008.

BARCELLOS, C.; BASTOS, F. I. Redes sociais e difusão da AIDS no Brasil. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, Washington, D.C., v. 121, n. 1, p. 11-24, 1996.

BARNES, J. A. Class and committees in a Norwegian Island Parish. **Human Relations**, [S. l.], n. 7, p. 39-58, 1954.

BARRETO, A. de A. Políticas nacionais de informações: discurso ou ação. **DataGramaZero**:

Revista de Ciência da Informação, v. 4, n. 2, abr. 2004. Disponível em: <http://www.datagramzero.org.br/abr03/Ind_com.htm>. Acesso em: 15 jan. 2011.

BERRY, A. **SME competitiveness: the power of networking and subcontracting**. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, 1997.

BERRY, J. F. ; COOK, C. M. **Managing knowledge as a corporate resource**. Washington, D.C.: Department of Defense, 1976.

BORGATTI, S.P., EVERETT, M.G. and FREEMAN, L.C. 2002. *Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis*. Harvard, MA: Analytic Technologies.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 122-55.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1983. 176 p.

BRANCO, M. A. F. **Política Nacional de Informação em Saúde no Brasil: um olhar alternativo**. 2006. Tese (Doutorado em Medicina Social) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº. 10.753**, de 30 out. 2003. Política Nacional do Livro. Capítulo I. Brasília, 2003.

_____. **Lei nº. 11.129**, de 30 jun. 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em: 10 jan. 2012.

_____. **Resolução CD / FNDE nº. 22**, de 22 maio 2008. Brasília: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação / Conselho Deliberativo, 2008.

_____. **Resolução CD/FNDE nº. 29**, de 19 jun. 2009. Brasília: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação / Conselho Deliberativo, 2009.

_____. Programa Nacional de Inclusão de Jovens. ProJovem Urbano. **Manual do educador: orientações gerais**. Brasília, 2008a.

_____. _____. **Plano nacional de formação para gestores, formadores e educadores.** Brasília, 2008b.

_____. _____. **Projeto pedagógico integrado do ProJovem Urbano.** Brasília, 2008c.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Guia de políticas públicas de juventude.** Brasília, 2006. 48 p.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas:** ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan. / abr. 2007.

CASSAPO, Felipe M. **O que entendemos por conhecimento tácito e conhecimento explícito.** 2008. Disponível em: <<http://www.sgbc.org.br>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede:** a era da informação – economia, sociedade e cultura. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. v. 1.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Políticas de informação para a competência informacional: o papel das universidades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação: Nova Série**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 47-62, 2006.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996. 90 p.

CHÂTELLET *et al.* **História das ideias políticas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 1994.

CHOO, Chun Wei. **The knowing organization:** how organizations use information to construct meaning, create knowledge, and make decisions. New York: Oxford University, 1998.

COLE, C. Operationalizing the notion of information as a subjective construct. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v.45, n.7, p. 465-476, Aug. 1994.

COSTA, Frederico L.; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003.

CRUZ, J. A. W.; MARTINS, T. S.; AUGUSTO, P. O. M. (Org.). **Redes sociais e organizacionais em administração**. Curitiba: Juruá, 2008.

CRUZ, Vicente Vagner. **Um oratório salesiano como proposta de políticas públicas**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

DAVENPORT, E.; CRONIN, B. **Knowledge management: semantic drift or conceptual shift?** ANNUAL MEETING OF THE ASSOCIATION FOR LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE EDUCATION, San Antonio, Jan. 2000. Disponível em: <http://www.alise.org/nondiscuss/conf00_Davenport-Cronin_paper.htm>. Acesso em: 12 jan. 2012.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1997.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DELAIA, C. R. **Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos à luz do regime de informação**. 2008. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos à luz do regime de informação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA DA ANCIB, 10., 2009, João Pessoa. João Pessoa: ENANCIB, UFPB, 2009.

DOUGHERTY, R. M. Libraries and computing center: a blueprint for collaboration. *College & Research Libraries*, v. 48, n. 4, p. 289-298, July 1987.

DRETSKE, F. I. **Knowledge and the flow of the information**. Oxford: Blackwell, 1981.

DRUCKER, P. F. **The age of discontinuity**: guidelines to our changing society. New York: Harper and Row, 1969.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Políticas públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social. In: DANTAS, Humberto; M. JUNIOR, José Paulo (Org.). **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto Ferreira; TARGINO, Maria das Graças. **Conhecimento: custódia e acesso**. São Paulo: SibiUSP, 2012.

FOSKETT, D. J. Ciência da Informação como disciplina emergente: implicações educacionais. In: GOMES, Hagar Espanha. **Ciência da Informação ou informática?** Rio de Janeiro, Calunga, 1980. p. 53-69. (Artigo publicado originalmente no *Journal of Librarianship*, 1973).

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 195-207, set. / dez. 2008.

FREIRE, Gustavo H. A.; MALHEIRO, Armando. **Identificação de paradigmas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação oferecidos em Portugal e no Brasil**. Brasília: Asociación de Educación en Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y Documentación de Ibero América y el Caribe, 2006a.

_____. **Produção científica brasileira na temática epistemologia da Ciência da Informação**. Brasília: Asociación de Educación en Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y Documentación de Ibero América y el Caribe, 2006b.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995. **Proceedings...** Edmond: Alberta, 1995.

GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia**: romance da história da filosofia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 43 p.

GEERTZ, Clifford. Centros, reis e carismas: reflexões sobre o simbolismo do poder. In: _____. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2001. p.182-219.

GOFFMAN, William. Information science: discipline or disappearance? **Aslib Proceedings**, [S. l.], v. 22, n. 12, p. 589-595, Dec. 1970.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 55-67, jan. / abr. 2004a.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002.

_____. A pesquisa em Ciência da Informação: da epistemologia institucional à política do conhecimento. In: WORKSHOP EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE PESQUISA E ENSINO NA PÓS-GRADUAÇÃO. **Anais...** Niterói: [s. n.], 2004b. p. 113-125.

_____. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 21-32, 1999.

_____. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan. / abr. 2003.

HENRY, N. Knowledge management: a new concern for public administration. **Public Administration Review**, Washington, D.C., v. 34, n. 3, p. 189-196, May / June 1974.

IBASE & POLIS. **Que Brasil queremos? Como chegar lá?**: roteiro para o diálogo da pesquisa juventude brasileira e democracia. Rio de Janeiro: Ibase, 2005.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. **Políticas públicas de informação**: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA DA ANCIB, 9., São Paulo. São Paulo: ENANCIB, 2008.

JARDIM, J. M.; MARCONDES, C. H. Políticas de informação governamental: a construção de Governo eletrônico na Administração Federal do Brasil. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, abr. 2003. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr03/Art_04.htm>. Acesso em: 12 jan. 2012.

KROGH, Georg Von; ICHIJO, Kazuo; NONAKA, Ikujiro. **Facilitando a criação de conhecimento**: reinventando a empresa com o poder de inovação contínua. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

KUHN, Thomas S. **The structure of scientific revolutions**. 7. ed. Chicago: The University of Chicago, 2003.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2004.

LINDBLOM, Charles E. The science of muddling through. **Public Administration Review**, [S. l.], n. 19, p. 78-88, 1979.

LYNN, L. E. **Designing public policy**: a casebook on the role of policy analysis. Santa Mônica: California: Goodyear, 1980.

McGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1999.

MANCE, E. A. **Redes de colaboração solidária**: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARQUES, Eduardo C. **Estado e redes sociais**: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. São Paulo: FAPESP; Rio de Janeiro: Revan, 2000.

MARTELETO, Regina Maria. **Análise de Redes Sociais**: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, jan. / abr. 2001.

_____. **Cultura, espaço e textualidade**: relações inter-campos, redes sociais e novas configurações comunicacionais e informacionais. Rio de Janeiro: CNPq / UFRJ-ECO- PPGCI / IBICT, 2010.

MARTELETO, Regina Maria; TOMAÉL, M. I. A metodologia de Análise de Redes Sociais. In: VALENTIN, M. L. P. **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005.

MARTINHO, C. **Redes**: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. São Paulo: WWF-Brasil, 2003.

MEAD, L. M. Public policy: vision, potential, limits. **Policy Currents**, New York, p. 1-4, Feb. 1995.

MELO, Marcus André. Estado, Governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995):** ciência política. São Paulo, Brasília: Sumaré, CAPES, 2006.

MIKHAILOV, A.I; CHERNYI, A.I., GILYAREVSKII, R. S. Estrutura e principais propriedades da informação científica: a propósito do escopo da informática. In: GOMES, Hagar Espanha. **Ciência da Informação ou informática?** Rio de Janeiro, Calunga, 1980 p. 71-89. (Artigo publicado originalmente na *Fid Publication*, 1975).

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* (Org.). Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. In: _____. **Avaliação por triangulação de métodos:** abordagem de programas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

MINOGUE, Kenneth. **Política:** uma brevíssima introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MIRANDA, Roberto Campos da Rocha. O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 286-292, set. / dez. 1999.

MOKYR, J. **The gifts of Athena:** historical origins of the knowledge economy. Princeton: Princeton University, 2002.

NELSON, R. Uso da Análise de Redes Sociais no estudo das estruturas organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 150-157, 1984.

NÓBREGA, F. Pereira. **A palavra na construção do homem:** crônicas escolhidas. João Pessoa: EDUFPB, 2001.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa:** como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OTLET, P. **Traité de documentation:** le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

_____. Documentos e documentação. In: CONGRESSO DE DOCUMENTAÇÃO UNIVERSAL, 1937, Paris. Discursos... Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. Separata. Disponível em: < <http://www.conexaorio.com/biti/otlet> >. Acesso em: 08 jan. 2012.

PEIRCE, Charles S. **Collected papers of C. Hartshornr; P. Weiss; W. Brurks.** Cambridge: Havard University, 1995.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras rêmoras e recentes. In: _____. (Org.). **Ciência da Informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: IBICT, 1999. p. 155-182.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **Políticas de informação e estado informacional**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA DA ANCIB, 10., 2009, João Pessoa. João Pessoa: ENANCIB, UFPB, 2009.

PINTO, Virgínia Bentes; CAVALCANTE, Lúdia Eugênia; SILVA NETO, Casemiro (Org.). **Ciência da Informação: abordagens transdisciplinares, gêneses e aplicações**. Fortaleza: EDUFC, 2007.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Hemus, [340 a.C.?). v. 7, 518 b-d, p. 188.

PLATÃO. **Teeteto**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2005.

POPPER, Karl R. **Conhecimento objetivo**. São Paulo: EDUSP, 1975.

PRETTO, Nelson de Luca. Políticas públicas educacionais no mundo contemporâneo. **Liinc em Revista**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 8-21, mar. 2006.

PROJOVEM URBANO (PJU). **[Informações dispersas]**. 2011. Disponível em: <<http://www.projovemurbano.gov.br>>. Acesso em: jan. / dez. 2011.

PRUSAK, L. Where did knowledge management came from? **IBM Systems Journal**, [S. l.], v. 40, n. 4, p.1002-1007, 2001.

RANDOM, M. **O pensamento transdisciplinar e o real**. São Paulo: Triom, 2000.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REES, Alan; SARACEVIC, Tefko. **Education for information science and its relation to librarianship**. In: *KEYPAPERS in information science*. Washington, 1972. p. 63. (Artigo publicado originalmente em 1968).

ROBREDO, Jaime. **Documentação de hoje e de amanhã**: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4. ed. rev. e ampl. Brasília: Ed. do Autor, 2005.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SAINT – EXUPÉRY. **O Pequeno Príncipe**. Trad. Vinna Mara Fonseca. São Paulo. Editora Agir, 1981

SALGADO, Maria Ubelina Caiafa. **Manual do educador**: orientações gerais. Brasília: ProJovem Urbano, 2005.

_____. **O ProJovem e a gestão das redes sociais**. Brasília: ProJovem Urbano, 2008.

SALGADO, Maria Umbelina C.; AMARAL, Ana Lúcia (Org.). **Guia de estudo**: unidade formativa I. Brasília: ProJovem Urbano, 2008a.

_____. **Manual do educador**: unidade formativa I. Brasília: ProJovem Urbano, 2008b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Revista Estudos Avançados**, Lisboa, p. 46-71, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimp. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Técnica-espaço-tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 2004.

SCOTT, J. **Social network analysis**: a handbook. 2. ed. London: Sage Publ., 2000.

SENGE, Peter M. **The fifth discipline**: the art and the practice of the learning organization. New York: Doubleday, 1990.

SHANNON, Claude E. **A mathematical theory of communication**. *The Bell System Technical Journal*, v. 27, n. 3, p. 379, 1948.

SHERA, Jesse H. Sobre biblioteconomia, documentação e Ciência da Informação. In: GOMES, Hagar Espanha. **Ciência da Informação ou informática?** Rio de Janeiro, Calunga, 1980. p. 91-105. (Artigo publicado originalmente em 1968, *Unesco Bulletin for Libraries*).

SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, D. B. History and foundations of information science. **Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)**, New York, v. 12, p. 249-275, 1977.

SILVA, A. B. O. *et al.* Análise de Redes Sociais como metodologia de apoio para a discussão da interdisciplinaridade na Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 72-93, 2006.

SILVEIRA, Rogério L. L. **Redes sociais: trajetórias e fronteiras**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SORJ, B. **brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SOUSA, P. T. C. Metodologia de análise de redes sociais. In: MULLER, S. P. M. **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24. jul. / dez. 2003.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jun. / dez. 2006.

SOUZA, Q. R. **Governo de redes interorganizacionais no terceiro setor: níveis de controle formal em atividades operacionais de gestão do conhecimento – O caso do Coep (Paraná 2000-2003)**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2004.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. A pesquisa: recepção da informação e produção do conhecimento. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.dgzero.org>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde**. Brasília: MCT, 2000.

TARGINO, M. G. A interdisciplinaridade da Ciência da Informação como área de pesquisa. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.5, n.1, p. 11-19, 1995.

TAYLOR, R. S. Professional aspects of information science and technology. **Annual Review of Information Science and Technology** (ARIST), New York, v. 1, p. 249-275, 1966.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; DI CHIARA, Ivone Guereiro. Das redes sociais à inovação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio / ago. 2005.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2006.

WEBMANARIO. 1º Jornal-site-revista Laboratório
<http://webmanario.com/2010/09/26/castells-a-rede-social-nao-e-uma-virtualidade-em-nossa-vida-e-nossa-realidade-que-se-fez-virtual/>. Acesso em 03 mar. 2012.

WELLMAN, Barry. Are personal communities local? A dumptarian reconsideration. **Social Networks**, Amsterdam, v. 18, p. 347-354, 1996.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of post-modern knowledge usage. **Information Processing Management** Washington, D.C., v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WURMAN, R. S. **Ansiedade de informação**: como transformar informação em compreensão. São Paulo: Cultura, 1991. 380 p.

ZUNDE, Pranas; GEHL, John. Empirical foundations of information science. **Annual Review of Information Science and Technology** (ARIST), New York, v. 14, p. 67-92, 1972.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA À EQUIPE RESPONSÁVEL PELO PJU-PB



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: REDES SOCIAIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PROJOVEM URBANO NO ESTADO DA PARAÍBA

Rosilene Agapito da Silva Llarena, **MESTRANDA**
Professora Pós-Doutora Maria das Graças Targino, **ORIENTADORA**

1. Como se dá a gestão em rede do PJU-PB?
2. Qual sua função no PJU-PB?
3. Quais suas atribuições de acordo com a função exercida?
4. Quais as redes sociais utilizadas pelo PJU-PB na *web*?
5. Quais as características dessas redes sociais?
6. Quem pode acessar às referidas redes?
7. Qual a frequência de acesso?
8. Existe algum critério para utilização dessas redes sociais junto ao PJU-PB?
9. Quais ou que tipos de informações circulam nessas redes?
10. Qual a influência dessas redes no PJU-PB?
11. Qual a política de organização e armazenamento dos fluxos informativos oriundos dessas redes?

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
APLICADA AO CORPO DOCENTE DO PJU-PB**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: REDES SOCIAIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DO PROJOVEM URBANO NO ESTADO DA PARAÍBA**

Rosilene Agapito da Silva Llarena, **MESTRANDA**
Professora Pós-Doutora Maria das Graças Targino, **ORIENTADORA**

1. Qual seu entendimento sobre o PJU e o PJU-PB?
2. Qual sua função no PJU-PB?
3. Quais suas atribuições de acordo com sua função no Programa?
4. Que tipo de serviço informacional utiliza para cumprir sua função como educador do PJU?
5. Como acontece a comunicação entre:
 - (a) professores x alunos?
 - (b) professores x professores?
 - (c) professores x Coordenação local?
6. Você participa de redes sociais na *web* referentes ao Programa?
7. Com que frequência?
8. Que tipos de redes sociais referentes ao PJU na Paraíba você identifica?
9. Quais as informações trocadas entre educador e Coordenação local?
10. Quem utiliza as referidas redes?
11. Quais ou que tipos de informações circulam nessas redes?

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
APLICADA AO CORPO DISCENTE DO PJU-PB**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: REDES SOCIAIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DO PROJOVEM URBANO NO ESTADO DA PARAÍBA**

Rosilene Agapito da Silva Llarena, **MESTRANDA**
Professora Pós-Doutora Maria das Graças Targino, **ORIENTADORA**

1. Qual seu entendimento sobre o PJU-PB?
2. Como acontece a comunicação entre:
 - (a) Professores x alunos?
 - (b) Alunos x alunos?
 - (c) Alunos x Coordenação local?
3. Você utiliza o computador e a internet com facilidade?
4. Você utiliza os serviços da *web* para obter ou passar informações sobre o PJU-PB? Se sim, quais?
5. Como você conceitua redes sociais?
6. Você tem conhecimento sobre redes sociais referentes ao PJU-PB?
7. Você utiliza redes sociais no PJU-PB? Se sim, com que frequência?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO APLICADO AO CORPO DISCENTE DO PJU-PB



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: REDES SOCIAIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PROJOVEM URBANO NO ESTADO DA PARAÍBA

Rosilene Agapito da Silva Llarena, **MESTRANDA**

Professora Pós-Doutora Maria das Graças Targino, **ORIENTADORA**

Caros alunos,

Solicitamos responder ao questionário a fim de contribuir com a pesquisa de dissertação de Rosilene Agapito da Silva Llarena sobre AS REDES SOCIAIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PROJOVEM URBANO NO ESTADO DA PARAÍBA. Nosso objetivo é o entendimento dos participantes em relação às políticas públicas sociais, educacionais e de juventude. Sua participação é voluntária. A identificação é opcional.

Agradecemos antecipadamente.

1. O que significa ser jovem nos tempos atuais?
2. Quais os temas importantes para discussão entre os jovens, sociedade e governantes para construção de políticas públicas de juventude que atendam às necessidades dos jovens nos tempos atuais?
3. Você participa de algum movimento, grupo, projeto, ação, partido, sindicato, que favoreça a juventude ou a comunidade de maneira geral?

() SIM. () NÃO

Justifique sua resposta:

1. Em caso de resposta afirmativa, identifique qual (is).

2. Em caso de resposta afirmativa, quais suas ações neste movimento?
